

*CADERNO
DE
TEXTOS*

*60º CONAD
do
ANDES-Sindicato Nacional*

TEMA CENTRAL: Atualização da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, da liberdade de organização sindical dos docentes para enfrentar a mercantilização da educação

Vitória/ES, 13 a 16 de agosto de 2015

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 5º andar
Brasília - DF

Fone: (61) 3962-8400

Fax: (61) 3224-9716

Gestão 2014/2016

Presidente: Paulo Marcos Borges Rizzo

Secretária-Geral: Cláudia March Frota de Souza

1º Tesoureiro: Amauri Fragoso de Medeiros

Diretora responsável por Imprensa e Divulgação: Marinalva Silva Oliveira

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

Proposta de Cronograma e Pauta do 60º CONAD	7
Proposta de Regimento do 60º CONAD	8
TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 34º CONGRESSO	
Texto 1 Movimento Docente e Conjuntura - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	18
Texto 2 - Diante da crise, governo Dilma Rousseff (PT) e governadores atacam direitos e conquistas dos trabalhadores. responder com organização, mobilização e luta pelos métodos da ação direta - <i>Contribuição dos professores: Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)</i>	26
Texto 3 - Nem PT, nem PSDB: por uma alternativa dos trabalhadores contra o ajuste fiscal de Dilma e Levy - <i>Contribuição dos professores Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Janaína Bilate (ADUNIRIO), Bruno José Oliveira (ADUNIRIO), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Marcela Rufato (ADUNIFAL), Maíra Mendes (ADUSC), Nairan Moraes Caldas (ADUSC), Luana Rosário (ADUSC), Walter Lowande (ADUNIFAL), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR), Elias da Silva Ribeiro (ADUNIFAL), Luís Antônio Groppo (ADUNIFAL), Daniel Mazzaro (ADUNIFAL), Daniel Precioso (ADUEG), Vicente Ribeiro (SINDUFFS), Frederico Henriques (ADURN), Daniela Eufrásio (ADUNIFAL), Paula da Costa Souza (ADUNIFAL)</i>	28
Texto 4 – Conjuntura Nacional - <i>Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Lana Bleicher (UFBA), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES) e Wagner Damasceno (UFSC)</i>	31
Texto 5 - Ofensiva neoconservadora do capital - <i>Contribuição dos professores Alcides Pontes Remijo (ADUFG) e Lucinéia Scremin Martins (ADUFG)</i>	33
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
Texto 6 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política sindical - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	38
Texto 7 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política educacional - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	43
Texto 8 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de ciência e tecnologia, agrária, urbana e ambiental - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	47
Texto 9 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de seguridade social e assuntos e aposentadoria - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	52
Texto 10 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de comunicação - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	59
Texto 11 - Necessidades de recursos educacionais nos diferentes estados - <i>Contribuição dos professores Otaviano Helene, Lighia Horodynski-Matsushigue e João Zanetic - sindicalizados da ADUSP Seção Sindical.</i>	61
Texto 12 - Contra a ofensiva conservadora na educação: ousar lutar! - <i>Contribuição dos</i>	66

<i>professores Ediane Lopes de Santana, Caroline de Araújo Lima, Vamberto Ferreira Miranda Filho e Milton Pinheiro - sindicalizados da ADUNEB Seção Sindical.</i>	
Texto 13 - Contrarreforma do estado e precarização do trabalho: os desafios para o movimento sindical docente - <i>Contribuição dos professores Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Janaína Bilate (ADUNIRIO), Bruno José Oliveira (ADUNIRIO), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Marcela Rufato (ADUNIFAL), Maíra Mendes (ADUSC), Nairan Moraes Caldas (ADUSC), Luana Rosário (ADUSC), Walter Lowande (ADUNIFAL), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR), Elias da Silva Ribeiro (ADUNIFAL), Luís Antônio Groppo (ADUNIFAL), Daniel Mazzaro (ADUNIFAL), Daniel Precioso (ADUEG), Vicente Ribeiro (SINDUFFS), Frederico Henriques (ADURN), Daniela Eufrásio (ADUNIFAL), Paula da Costa Souza (ADUNIFAL)</i>	69
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
Texto 14 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	74
Texto 15 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IFES - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	81
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 16 - Sede do 61º CONAD do ANDES-SN - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	87
Texto 17 – Homologação de novas seções sindicais – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	87
Texto 18 - Homologação de alterações regimentais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	88
Texto 19 - Prestação de contas do exercício 2014 - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	88
Texto 20 - Previsão orçamentária para 2016 - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	110
Texto 21 - Prestação de contas do 34º Congresso do ANDES-SN – <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	112
Texto 22 – Em defesa da democracia sindical: contra a barreira às posições políticas minoritárias - <i>Contribuição dos professores: Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)</i>	114
Texto 23 - Defender os métodos da democracia sindical contra o chamado “consenso progressivo” - <i>Contribuição dos professores: Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)</i>	116
Texto 24 - Repasses das seções sindicais - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	118
SIGLAS	170

Os Textos Resolução (TR) receberam a mesma numeração que os Textos Apoio (TA) correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, seja utilizado como proposta de Resolução apresentada durante o evento.

SUMÁRIO DOS TR

TEMA I: MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA: AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO ANDES-SN FRENTE ÀS AÇÕES ESTABELECIDAS NO 34º CONGRESSO	
TR 2 - Diante da crise, governo Dilma Rousseff (PT) e governadores atacam direitos e conquistas dos trabalhadores. responder com organização, mobilização e luta pelos métodos da ação direta	27
TR 3 - Nem PT, nem PSDB: por uma alternativa dos trabalhadores contra o ajuste fiscal de Dilma e Levy	31
TEMA II – AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PLANOS DE LUTAS: EDUCAÇÃO, DIREITOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES	
TR 6 – Avaliação e atualização do plano de lutas de política sindical	42
TR 7 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política educacional	47
TR 8 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de ciência e tecnologia, agrária, urbana e ambiental	51
TR 9 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de seguridade social e assuntos e aposentadoria -SN	58
TR 10 - Avaliação e atualização do plano de lutas de política de comunicação	61
TR 11 - Necessidades de recursos educacionais nos diferentes estados	65
TR 12 - Contra a ofensiva conservadora na educação: ousar lutar!	68
TR 13 - Contrarreforma do estado e precarização do trabalho: os desafios para o movimento sindical docente	72
TEMA III - AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS: SETORES	
TR 14 - Avaliação e atualização do Plano de Lutas do Setor das IEES/IMES	79
TEMA IV: QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 16 - Sede do 61º CONAD do ANDES-SN	87
TR 17 – Homologação de novas seções sindicais	87
TR 18 - Homologação de alterações regimentais	88
TR 19 - Prestação de contas do exercício 2014	88
TR 20 - Previsão orçamentária para 2016	110
TR 21 - Prestação de contas do 34º Congresso do ANDES-SN	112
TR 22 – Em defesa da democracia sindical: contra a barreira às posições políticas minoritárias	115
TR 23 - Defender os métodos da democracia sindical contra o chamado “consenso progressivo”	117

Apresentação

O 60º CONAD será realizado na cidade de Vitória, de 13 a 16 de agosto de 2015, organizado pela diretoria do ANDES-SN e pela ADUFES - Seção Sindical, que sediará o evento, com o tema *Atualização da luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e da liberdade da organização sindical dos docentes para enfrentar a mercantilização da educação.*

No momento em que divulgamos o Caderno de Textos, docentes das Instituições Federais de Ensino, docentes de diversas Universidades Estaduais, trabalhadores do serviço público federal e outras categorias de trabalhadores constroem suas greves como forma de enfrentamento aos ataques aos direitos dos trabalhadores que se aprofundaram com as medidas de ajuste adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais.

No Brasil, assim como em outros países, a resposta apresentada pelos governantes à crise que se alastra tem sido a de completa submissão aos ditames do capital a partir de políticas que atacam os trabalhadores, com destaque para os processos de privatização das políticas sociais, em particular educação, saúde e previdência, como também para a flexibilização dos direitos do trabalho.

A contraposição à subserviência dos Estados nacionais aos organismos internacionais que ditam as políticas de ajuste só será possível a partir da mobilização e da organização autônoma e combativa dos trabalhadores.

As assembleias e as mobilizações dos docentes das Instituições Federais de Ensino e das Universidades Estaduais têm demonstrado o vigor do debate de ideias e da práxis que deve marcar a vida universitária. Universidade que deve se pautar pela construção de uma nova sociabilidade que atenda as necessidades dos que vivem de seu próprio trabalho.

O 60º CONAD tem como atribuição examinar e aprovar os relatórios financeiros e a prestação de contas do ano de 2014, como também a previsão orçamentária de 2016. Caberá ainda ao 60º CONAD a atualização do Plano de Lutas aprovado no 34º Congresso do Sindicato em uma conjuntura na qual devemos reafirmar que só luta muda a vida!

Até breve, até Vitória!

Diretoria do ANDES-SN

PROPOSTA DE PAUTA E DE CRONOGRAMA DO 60º CONAD DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Vitória/ES 13 a 16 de agosto de 2015

Tema Central:

5ª feira (13/8)	6ª feira (14/8)	Sábado (15/8)	Domingo (16/8)
9h às 12h Credenciamento 10h às 12h Plenária de Abertura	9h às 12h Grupo Misto do Tema II	9h às 12h Grupo Misto do Tema IV	9h às 12h Plenária do Tema IV
14h às 16h Plenária de Instalação 14h às 17h Credenciamento	14h às 17h Grupo Misto do Tema III	14h às 17h Plenária do Tema II	15h às 17h Plenária de Encerramento
18h às 20h Plenária Tema I		18h30 às 21h30 Plenária do Tema III	

TEMÁRIO:

Tema I: Movimento Docente e Conjuntura: avaliação da atuação do ANDES-SN frente às ações estabelecidas no 34º CONGRESSO.

Tema II: Avaliação e atualização do plano de lutas: educação, direitos e organização dos trabalhadores

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores.

Tema IV: Questões organizativas e financeiras

PROPOSTA DE REGIMENTO DO 60º CONAD DO ANDES- SINDICATO NACIONAL

Capítulo I Do 60º CONAD

Art. 1º O 60º CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD), previsto no inciso II, do art. 13, do Estatuto do Sindicato, convocado pela diretoria, conforme o inciso XII, do art. 30, reunir-se-á no período de 13 a 16 de agosto de 2015, em Vitória/ES, organizado pela ADUFES Seção Sindical do ANDES-SN.

Parágrafo único. O período de realização do 60º CONAD poderá ser estendido, pela plenária de encerramento, para o dia 17 de agosto de 2015.

Art. 2º O 60º CONAD é instância deliberativa intermediária do ANDES-SN, conforme o art. 22 e 24 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 3º O 60º CONAD tem como finalidade deliberar sobre a pauta e o cronograma de atividades no seu início, de acordo com o disposto no art. 27 e parágrafos do Estatuto do ANDES-SN.

Capítulo II Das Atribuições

Art. 4º São atribuições do 60º CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do 34º CONGRESSO do ANDES-SN, lhe foram atribuídas, nos limites dessa atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do 34º CONGRESSO do ANDES-SN;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do 34º CONGRESSO do ANDES-SN;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SN, nos termos do seu Estatuto;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentados pela diretoria;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO do ANDES-SN;

VIII - aplicar penalidades de advertência e suspensão a sindicalizados(as) do ANDES-SN, conforme o disposto no art. 11 do Estatuto do ANDES-SN;

IX - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes, bem como, havendo motivação para tanto, extingui-las;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, *ad referendum* do CONGRESSO do ANDES-SN subsequente;

XI - homologar a constituição de seções sindicais (S.SIND.), bem como a transformação de associações de docentes (AD) em seções sindicais e as alterações nos seus regimentos, *ad referendum* do CONGRESSO subsequente.

Art. 5º Estabelecer, se houver motivos imperiosos e justificados, diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º do Estatuto do ANDES-SN.

Parágrafo único. As diretrizes às quais se refere o caput deste artigo não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores do ANDES-SN, ficando sujeitas à ratificação no CONGRESSO imediatamente subsequente.

Capítulo III Dos Participantes

Art. 6º São participantes do 60º CONAD:

I - um(a) delegado(a) de cada seção sindical (S.Sind) ou AD - seção sindical (AD-S.Sind.), escolhido(a) na forma deliberada por sua assembleia geral (art. 25, inciso I, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

II - um(a) delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as), via secretaria regional, escolhido(a) na forma deliberada pela respectiva assembleia geral (art. 25, inciso II, do Estatuto do ANDES-SN), devidamente credenciado(a), com direito a voz e a voto;

III - uma representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN;

IV - o(a) presidente do ANDES-SN, com direito a voz e a voto;

V - observadores(as) de S.SIND ou AD-S.SIND e de sindicalizados(as) via secretaria regional, com direito a voz;

VI - os demais membros efetivos da diretoria em exercício (art. 32, I, II, III e IV), excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua regional (art. 32, V), com direito a voz;

VII - os membros das comissões organizadora e diretora, com direito a voz;

VIII - os(as) convidados(as) pela comissão organizadora ou diretora, devidamente credenciados(as) como tal, com direito a voz.

§ 1º Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as), salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários ou para prestar assessoria e/ou esclarecimentos;

§ 2º Cada delegado(a) devidamente credenciado(a) somente poderá ser substituído(a) uma única vez, durante a realização do 60º CONAD, obedecidas as seguintes condições:

a) comprovar a necessidade de se ausentar definitivamente e registrar a respectiva substituição junto à comissão diretora;

b) os(as) suplentes de delegados(as), indicados(as) para tal pelas assembleias gerais das S.Sind ou AD-S.Sind. e pelas assembleias gerais dos sindicalizados via secretaria regional, devem estar credenciados(as) como observadores(as);

c) quando o(a) delegado(a) de S.Sind. ou AD-S.Sind. ou de sindicalizados(as) via secretaria regional comprovadamente se ausentar sem providenciar a substituição, a comissão diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 7º O presidente do ANDES-SN preside o 60º CONAD, com direito a voz e a voto em suas sessões.

Capítulo IV Do Credenciamento

Art. 8º O credenciamento de delegados(as), observadores(as) e convidado(s) do 60º CONAD será das 9 (nove) horas às 12 (doze) horas e das 14 (quatorze) horas às 17h (dezessete) horas do dia 13 de agosto de 2015, excetuando-se os casos justificados e aprovados pela plenária de instalação.

§ 1º Para o credenciamento de delegado(a) será exigida ata, ou extrato de ata, da assembleia geral que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º Para o credenciamento de observador(a), escolhido(a) em assembleia geral, será exigida ata, ou extrato de ata, que deliberou sobre a escolha, com a respectiva lista de presença, e, no caso de não ter havido assembleia geral, será exigido documento da S.Sind. ou AD-S.Sind. justificando a situação.

§ 3º Para credenciamento de observadores(as) de sindicalizados(as), via secretaria regional, deve ser apresentada a ata da assembleia geral que os(as) escolheu.

§ 4º Cada delegado (a) ou observador (a), no ato do credenciamento, receberá um cartão de identificação e ou votação, em cores diferentes.

§ 5º No caso de perda ou dano do cartão, este não será substituído, salvo por autorização expressa da plenária.

§ 6º Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade dos documentos que credenciam os(as) demais delegados(as) e observadores(as) de qualquer S.Sind, AD-S.Sind. ou secretaria regional, mediante requerimento à comissão diretora.

§ 7º Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na plenária de instalação, que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V
Do Funcionamento
Seção I
Dos Órgãos

Art. 9º São órgãos do 60º CONAD:

I - Comissão organizadora;

II - Comissão diretora;

III - Grupos mistos;

IV - Plenárias.

§ 1º A comissão organizadora será criada a partir da convocação.

§ 2º Os demais órgãos têm existência restrita ao período de sua realização.

§ 3º O quorum mínimo para o funcionamento de cada órgão do 60º CONAD é de mais de 50% (cinquenta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 4º Passados 15 (quinze) minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos grupos mistos, o quorum de funcionamento se reduz para 30% (trinta por cento) dos seus membros com direito a voto.

§ 5º As deliberações só poderão ocorrer depois de verificado o quorum previsto no § 3º deste artigo.

Seção II
Da Comissão Organizadora

Art. 10. A comissão organizadora do 60º CONAD é constituída por 4 (quatro) representantes da ADUFES e por 4 (quatro) diretores(as) do ANDES-SN.

Art. 11. É de competência da comissão organizadora:

I - preparar a infraestrutura necessária à realização do 60º CONAD;

II - organizar a sessão de abertura;

III providenciar a reprodução, para o conjunto dos(as) participantes, dos textos cuja inclusão na pauta de discussões do evento tenha sido aprovada pela plenária de instalação;

IV - responsabilizar-se pelas receitas e despesas, organizando o rateio entre as S.Sind e AD-S.Sind.;

V - realizar, junto com a comissão diretora, o credenciamento dos(as) participantes.

Seção III
Da Comissão Diretora

Art. 12. A comissão diretora do 60º CONAD é composta pela diretoria do ANDES-SN.

Art. 13. É de competência da comissão diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes;

II - efetivar a substituição de delegados(as), de acordo com o disposto no § 2º, do art. 6º, deste Regimento;

III - elaborar a prestação de contas para apreciação no próximo Congresso;

IV - organizar e compor as mesas diretoras das plenárias, que deverão ser constituídas por diretores(as) do ANDES-SN;

V - organizar a composição dos grupos mistos, em consonância com o disposto no art. 14 deste Regimento.

Parágrafo único. Das decisões da comissão diretora, cabe recurso à plenária subsequente.

Seção IV

Dos Grupos Mistos

Art. 14. Os grupos mistos são compostos por:

I - delegados(as) de S.Sind.(AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - diretores(as) do ANDES-SN, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito a voz.

§ 1º. Cada grupo misto será composto de, no máximo, 25 (vinte e cinco) delegados(as), sendo este também o número máximo de observadores(as).

§ 2º Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um observador(a) de uma mesma S.Sind. ou AD-S.Sind, ou mais de um observador(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de observador(as) seja superior ao número de grupos mistos.

Art. 15. Os grupos mistos são dirigidos por uma mesa coordenadora, composta por um(a) coordenador(a), um(a) relator(a) e um(a) secretário(a).

§ 1º Os membros da mesa coordenadora de cada grupo misto serão eleitos pelos(as) delegados(as) componentes do grupo.

§ 2º O(A) coordenador(a) da mesa coordenadora de cada grupo será eleito(a) entre os(as) delegados(as).

§ 3º O(a) relator(a) e o(a) secretário(a) poderão ser observadores(as) credenciados(as).

§ 4º A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo poderão deliberar sobre proposta de alteração da mesa coordenadora.

Art. 16. Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com este Regimento.

Art. 17. Compete ao(à) Relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com este Regimento e demais instruções da comissão diretora, fazendo constar do relatório o resultado da votação (número de votos favoráveis, contrários e de abstenções) de cada proposta submetida à apreciação;

II - participar dos trabalhos previstos no art. 21 deste Regimento.

Art. 18. Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19. As reuniões dos grupos mistos terão início nos horários estabelecidos no cronograma deste CONAD, observado o quorum mínimo de mais da metade dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, os trabalhos terão início com qualquer número de delegados(as) presentes, sendo recolhida a 1ª (primeira) lista e aberta uma 2ª (segunda) lista de presença.

§ 3º As deliberações só serão tomadas com a presença de mais de 50% (cinquenta por cento) dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

Art. 20. Os(as) relatores(as) dos grupos mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à comissão diretora o relatório digitado de seu grupo; sendo garantidas, pela comissão organizadora, as condições necessárias para tal.

Parágrafo único. Para os relatórios de grupos mistos cujas reuniões terminem após as 19 (dezenove) horas, o prazo limite é até as 10 (dez) horas do dia seguinte.

Art. 21. A consolidação dos relatórios de grupos mistos será feita pelos membros da comissão diretora, para tal designados, e, sempre que necessário, em conjunto com os(as) relatores(as) dos grupos mistos.

Art. 22. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do CONAD constarão, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as) presentes em pelo menos um dos grupos mistos;

III - as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e, sempre que necessário, por essa comissão em conjunto com os(as) relatores(as).

IV – os TRs remetidos para a plenária pelos grupos mistos, desde que tenham sido aprovados ou obtidos 30% dos votos em pelo menos um grupo.

Art. 23. Os grupos mistos terão a duração de 3 (três) horas.

§ 1º A duração prevista no caput deste artigo poderá, por deliberação do Grupo Misto, ser prorrogada por, no máximo 1 (uma) hora, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do CONAD.

§ 2º Os grupos mistos poderão ter o início do trabalho antecipado por deliberação da sessão anterior, desde que não venha a interferir no funcionamento do CONAD.

Seção V

Das Plenárias

Art. 24. As plenárias são compostas por:

I - delegados(as) de S.Sind (de AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), e pelo(a) presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito a voz e a voto;

II - observadores(as) de S.Sind. (AD-S.Sind.), de sindicalizados(as) via secretaria regional e representação dos(as) sindicalizados(as), nos termos do art. 41, inciso VIII e alíneas, do Estatuto do ANDES-SN, devidamente credenciados(as), com direito a voz;

III - membros das comissões diretora e organizadora do CONAD, com direito a voz;

IV - convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da comissão diretora, com direito a voz.

Art. 25. Os trabalhos das plenárias do CONAD serão dirigidos por uma mesa coordenadora composta por um(a) presidente, um(a) vice-presidente, um(a) 1º(1ª) secretário(a) e um(a) 2º(2ª) secretário(a).

§ 1º A comissão diretora indica, entre os membros da diretoria do ANDES-SN, os(as) componentes da mesa coordenadora de cada plenária.

§ 2º A plenária poderá, a partir de encaminhamento por ela aprovado, deliberar sobre proposta de modificação da composição da mesa coordenadora dos trabalhos.

Art. 26. Compete ao(à) presidente da mesa coordenadora:

I - preparar, junto com o(a) 1º (1ª) secretário(a), a ordem dos trabalhos da plenária;

II - dirigir a plenária, orientando os debates e promovendo a votação, de acordo com este Regimento.

Art. 27. Compete ao(à) vice-presidente da mesa coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28. Compete ao 1º (à 1ª) secretário(a):

I - preparar, junto com o(a) presidente, a ordem dos trabalhos da plenária;

II - elaborar o relatório final das deliberações da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do CONAD, o relatório respectivo, digitado e na forma definitiva.

Parágrafo único. No caso das plenárias de instalação, inicial e encerramento, caberá ao 1º secretário a elaboração e acompanhamento do protocolo/registro de cada sessão.

Art. 29. Compete ao 2º (à 2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º (1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da plenária;

III - entregar à comissão organizadora, até 48 (quarenta e oito) horas após o efetivo encerramento do CONAD, a ata respectiva, digitada e na forma definitiva.

Art. 30. A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

I - Plenária de abertura: 2 (duas) horas;

II - Plenária de instalação: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

III - Plenária do tema I: 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

IV - Plenária do tema II: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

V - Plenária do tema III: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VI - Plenária do tema IV: 3 (três) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

VII - Plenária de encerramento: 2 (duas) horas.

§ 1º As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no *caput* deste artigo - consideradas as respectivas prorrogações - terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 2º Compete à plenária de instalação:

I - aprovar o Regimento e o Cronograma do CONAD;

II - deliberar sobre recursos acerca de credenciamento ao CONAD;

III - deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do CONAD, de textos encaminhados após o término do prazo para inclusão no anexo ao Caderno de Textos deste evento.

§ 3º Compete à plenária do tema I discutir os textos de conjuntura apresentados ao CONAD, nos termos deste Regimento.

§ 4º As plenárias poderão ter seu início antecipado por deliberação da plenária anterior.

§ 5º A plenária de encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

Art. 31. A verificação do quorum, no início das plenárias do CONAD, será feita por meio de lista de presença, na qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.Sind. ou AD-SSind. ou secretaria regional, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

Parágrafo único. A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem de delegados(as), por meio do cartão de voto.

Capítulo VI Das Discussões e Votações

Art. 32. Quando uma proposição estiver em debate nas sessões dos grupos mistos e das plenárias, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever junto à mesa coordenadora, respeitada a ordem cronológica de inscrições.

Art. 33. Para a discussão de cada matéria, será estabelecido, a critério do grupo misto ou da plenária, um período de tempo compatível tanto com o atendimento da discussão dos tópicos correspondentes quanto com a duração estipulada, neste Regimento, para o funcionamento do grupo misto ou plenária.

§ 1º O número de inscrições observará o prazo definido no *caput* deste artigo.

§ 2º O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34. As discussões e votações terão o seguinte procedimento:

I - fase de discussão, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de propostas, com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

III - fase de votação, mediante o levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º Na fase prevista no inciso II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor. Havendo posicionamento contrário e a favor, a palavra será concedida para a defesa de cada posição, alternadamente e em igual número de intervenções, com prévio conhecimento do plenário e dos(as) inscritos(as).

§ 2º Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a) as aprovadas nos grupos mistos;

b) as minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos votos dos(as) delegados(as), em pelo menos, um grupo misto;

c) as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora ou por esta em conjunto com os relatores, nos termos do art. 22 deste Regimento;

d) as oriundas dos grupos mistos e que resultem em sistematização pelo plenário.

§ 3º Os TRs remetidos para a plenária pelos grupos mistos, desde que tenham sido aprovados ou obtidos 30% dos votos em pelo menos um grupo.

Art. 35 As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições para discussão, sendo apreciadas pela mesa coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36. As deliberações são adotadas por maioria simples dos(as) delegados(as) presentes em cada sessão, observado o disposto no art. 28 do Estatuto.

Capítulo VII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37. As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na secretaria do CONAD, até às 18 (dezoito) horas do dia 15 de agosto de 2015, endereçadas à comissão diretora, sendo especificados(as) os(as) proponentes e os(as) destinatários(as), estes(as) últimos(as) com endereço completo.

§ 1º As propostas de moções só poderão ser apresentadas por participantes do CONAD; sendo, neste caso, participantes aqueles(as) estabelecidos(as) nos termos do art. 6º e incisos deste Regimento.

§ 2º A comissão diretora deve divulgar aos participantes do CONAD o teor das moções propostas, até às 12 (doze) horas do dia 16 de agosto de 2015.

§ 3º Excepcionalmente, a critério do plenário, podem ser apresentadas e apreciadas outras moções cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

§ 4º As propostas de moções das quais não constem os destinatários e os respectivos endereços completos e devidamente anotados não serão recebidas para apreciação do CONAD.

Art. 38. As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da comissão diretora.

Art. 39. Nos grupos mistos e nas plenárias, somente serão aceitas declarações de voto de delegados(as) que se abstiverem no momento da votação.

§ 1º Dentre as declarações de voto feitas nas plenárias, somente constarão do relatório final aquelas apresentadas, por escrito, à mesa coordenadora.

§ 2º Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento ou a questões de ordem que a mesa coordenadora submeta à votação.

Art. 40. A diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 60º CONAD, para divulgar o respectivo relatório final.

Art. 41. Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela comissão diretora, cabendo recurso à plenária.

Art. 42. Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela plenária de instalação do 60º CONAD.

Vitória/ES, 13 de agosto de 2015

Atendendo ao disposto no Art. 37 deste Regimento, a Comissão Diretora sugere que as moções apresentadas ao 60º CONAD obedeçam ao seguinte formulário:

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DE MOÇÃO

Proponente(s) _____

Seção Sindical: _____

Destinatário(s)

Endereço(s) do(s) destinatário(s):

_____ **Cidade** _____ **Cep.:** _____

E-mail _____

Fato motivador da Moção:

TEXTO DA MOÇÃO

Os delegados ao 60º CONAD do ANDES-SN realizado em Vitória/ES, no período de 13 a 16 de agosto de 2015, manifestam

**Tema I: Movimento Docente e Conjuntura:
avaliação da atuação do ANDES-SN frente
às ações estabelecidas no 34º Congresso**

TEXTO 1

Diretoria do ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

1. A crise mundial e o Brasil

A análise de conjuntura feita pelo ANDES-SN por ocasião do 34º Congresso (Brasília, 23 a 28 de fevereiro de 2015) apontou corretamente para a tendência de que as soluções para a crise que se desdobra no plano mundial adotadas pelo grande capital e por suas personificações – as corporações empresariais, a grande burguesia transnacional e doméstica e organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (Bird) e Organização Mundial do Comércio (OMC) – aprofundariam os ataques às políticas públicas, aos direitos humanos, sociais e trabalhistas em escala planetária.

Em relação ao Brasil, vislumbrava-se um deslocamento do bloco de governo para posições ainda mais conservadoras, com a emergência de movimentos retrógrados que ganhavam força e pareciam ter conseguido capitanear parte das energias contestatórias desabrochadas nas jornadas de junho (2013), o que resultaria na intensificação da contrarreforma do Estado e no estrangulamento de direitos.

O exemplo mais cabal do preço que as classes dominantes e o capital financeiro transnacional cobram das classes que vivem do próprio trabalho está hoje na tentativa de asfixiar as iniciativas de cariz popular adotadas por Alexis Tsypras, do partido Syriza, eleito na Grécia em janeiro último, que prometiam incidir positivamente sobre os salários, reestruturar o sistema tributário com desoneração de produtos básicos e medicamentos, e, fundamentalmente, auditar e renegociar a dívida pública. Por meio do endividamento, o FMI, o Banco Mundial e o Banco Central Europeu chantageiam o governo para que realize ajustes – cortando gastos principalmente nas políticas sociais como o sistema previdenciário – e privatize empresas estatais e aumente impostos.

O Brasil iniciou o ano de 2015 sob o signo do aprofundamento de uma crise econômica de natureza estrutural, que se expressou em 2008 no setor imobiliário e financeiro de países centrais e das periferias desenvolvidas, desencadeando uma onda recessiva em todo o mundo. No caso brasileiro, a crise revela o esgotamento de um modelo de desenvolvimento econômico que privilegia a exportação de produtos primários ou *commodities*, que insere o Brasil na divisão mundial do trabalho e o conduz internamente à expansão desenfreada do agronegócio, à aceleração da degradação ambiental, ao aumento do uso de agrotóxicos e transgênicos, à utilização cada vez mais intensiva da água e sua privatização, à ampliação da base extrativista com mineração e à exploração de combustíveis fósseis, além da construção de grandes barragens para atender às demandas das empreiteiras e do setor energético.

Em face da crise mundial e das escolhas econômicas e políticas do bloco no poder, a margem de manobra que permitiu algumas “medidas anticíclicas” estreitou drasticamente, implicando no aprofundamento de ajustes regressivos principalmente no que concerne ao financiamento das políticas públicas. Sob a égide das diretrizes macroeconômicas neoliberais, a política econômica que cobre o segundo governo de Lula da Silva e o primeiro de Dilma Rousseff procurou responder ao amálgama de

interesses contraditórios que urdiu e deu sustentáculo ao governo, de modo a alinhar o alívio da pobreza com a facilitação do processo de acumulação de capital na esfera doméstica e sua inserção no mercado mundial.

Nesse afã, adotaram iniciativas das quais salientamos: I) os investimentos estatais no financiamento do capital privado via Programas de Aceleração do Crescimento (PACs), Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e abertura da carteira de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para as empresas públicas e privadas (Petrobras, Construtoras etc.); II) as inversões dos fundos estatais no fomento à produção e à exportação principalmente de produtos primários ou *commodities*; III) a generosa cesta de isenções fiscais sobre produtos industrializados, principalmente os do setor automotivo e os da linha branca (eletrodomésticos, etc.); IV) o estímulo ao consumo das massas por meio da facilitação do crédito e o consequente endividamento da população; V) as políticas compensatórias a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF). Combinados a outras iniciativas voltadas para o incremento dos investimentos privados, esses elementos responderam pelo crescimento rastejante do PIB e pela geração de empregos na base da pirâmide salarial (até 1,5 salários mínimos), o que era saudado com muito entusiasmo pelo governo e por formuladores de políticas econômicas no País e no mundo. Esta margem de manobra, útil até então ao processo de acumulação de capital e à inserção subordinada do Brasil no mercado mundial, desencadeou contradições limitadoras, indicando a tendência de queda ao nível zero e a índices negativos do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para 2015 e próximos anos. As contradições desencadeadas por este modelo, chamado de “neodesenvolvimentista” por formuladores e entusiastas, conduziram ao seu esgotamento.

Nesse cenário, impunha-se a necessidade de ajustar o projeto social-liberal em curso no País desde os anos de 1990, atualizando as diretrizes da ortodoxia neoliberal no plano econômico e a contrarreforma do Estado (privatização, terceirização e “publicização”) rumo a uma administração pública gerencial, aprofundando os ataques contra as condições de vida da classe trabalhadora.

Não por outro motivo, os responsáveis por materializar internamente os ajustes macroeconômicos e políticos poriam em marcha um conjunto de medidas que impactam diretamente as amplas massas da classe trabalhadora a partir das exigências dos credores da dívida pública. O ano de 2015 iniciou-se sob os grilhões das medidas provisórias 664 e 665, que assumiram a natureza de Lei com os sugestivos números 13.135 e 13.134 respectivamente, editadas pela presidenta Dilma Rousseff, que restringem direitos já consagrados na Constituição Federal e em legislações infraconstitucionais como o Seguro Desemprego, o Seguro Defeso, o Abono do PIS, as Pensões por morte e Auxílio Doença, atingindo em cheio mais de 30 milhões de trabalhadores, segundo estudo preliminar do Dieese.

Um outro ponto estratégico das reformas exigidas está na redução dos direitos previdenciários. Nesse sentido, o governo veta o Projeto de Conversão 4/2015 e edita a medida provisória nº 676/2015 que aumenta a quantidade de anos para aposentadoria na fórmula 100/90, além de estender a aposentadoria compulsória de todos os servidores públicos para 75 anos, por meio do Projeto de Lei do Senado 274/2015, aprovado em primeiro de julho, seguindo os mesmos parâmetros determinados na Emenda Constitucional 88 que se referia apenas aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Por meio do Ministério da Fazenda, sob a batuta de Joaquim Levy, o governo implementou medidas de ajuste fiscal que já resultaram em cortes orçamentários com inestimáveis prejuízos para as políticas públicas. No âmbito da educação, o corte traz sérias consequências à manutenção da educação básica e superior, nos limites impostos aos salários, na infraestrutura, no desenvolvimento das pesquisas, na manutenção dos estudantes com o corte de bolsas e auxílio permanência.

A pressão que o capital transnacional e seus agentes impõem sobre a Grécia, como forma de salvaguardar os lucros estratosféricos das grandes corporações com destaque para o setor financeiro, rebate fortemente sobre o Brasil. O governo do Partido dos Trabalhadores e aliados assumiram a função de realizar os ajustes requeridos pelos organismos internacionais (FMI, BIRD, OMC), resguardando os interesses dos credores da dívida pública brasileira e atualizando as diretivas da ortodoxia neoliberal. Os cortes nas minguadas verbas destinadas às políticas públicas e aos direitos trabalhistas têm como fim precípua gerar *superávit primário* em tamanho suficiente para garantir o pagamento das obrigações assumidas pelo governo em suas diversas instâncias perante os credores nacionais e estrangeiros. Tais medidas são justificadas, também, sob a insígnia do resguardo moral do país em face dos investidores nacionais e estrangeiros e de seus porta-vozes em escala mundial (os organismos chamados de multilaterais); ou seja, trata-se de materializar internamente as medidas que garantam os escandalosos lucros do capital, principalmente o financeiro, cujos grupos de interesses constituem o núcleo central do governo de Dilma Rousseff.

Não é, pois, de estranhar que, no ano de 2014, as classes dominantes e o governo que fala em seu nome tenham destinado, sem nenhuma cerimônia, nada menos que 45,11% do orçamento federal para o pagamento de juros, amortizações e rolagem da dívida pública, o que representou 978 bilhões de Reais entregues a poucos banqueiros e financistas nacionais e estrangeiros detentores de títulos da referida dívida. Esse total “corresponde a doze vezes o que foi destinado à educação, onze vezes aos gastos com saúde, ou mais que o dobro dos gastos com a Previdência Social”, afirma a Auditoria Cidadã da Dívida.

A crise em seus aspectos econômicos é acompanhada de uma grave crise política do bloco governante. Com efeito, no momento em que explodem as contradições do modelo econômico que procurou equacionar interesses estruturalmente contraditórios, as soldas políticas que o urdiram e sustentaram até então começam também a quebrar, apontando para um esgotamento do modelo em sua totalidade. Por um lado, a capacidade que o PT tinha de cooptação e apassivamento da classe trabalhadora foi aos poucos perdendo o seu poder em face da exacerbação das contradições que atingem diretamente os trabalhadores. É significativo, nesse sentido, que em campanha eleitoral a candidata Dilma Rousseff tenha afirmado que “os direitos dos trabalhadores eram imexíveis” para, dois meses após a eleição e antes mesmo que assumisse o novo mandato, editar as medidas provisórias 664 e 665. Em face de tais contradições, parte da base social articulada por centrais sindicais e movimentos sociais governistas tende a adotar, mais fortemente, uma postura crítica em relação ao governo e às direções burocratizadas e governistas. Paralelo a isso, as forças mais conservadoras utilizam-se dessas contradições e tentam disputar a consciência indignada da classe trabalhadora com pautas moralistas, capitaneadas amplamente pelos meios de comunicação e igrejas com práticas conservadoras e até reacionárias.

As jornadas de junho (2013) já traziam elementos e demandas a que o governo não conseguiu responder. Ignorou as vozes das ruas e implementou projetos como o da Reforma Política, que reforçou a institucionalidade burguesa e excluiu os partidos com

menor expressão eleitoral, além de tentar desviar a atenção da classe trabalhadora para as medidas de ajuste e de criminalização das lutas e dos movimentos sociais. O Projeto de Lei do Senado antiterrorismo (PLS 499/2013) é uma expressão dessa criminalização e significa um retrocesso político e social. As manobras do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, que levaram à aprovação, em primeiro turno, da PEC da maioria penal (PEC 171/93) na madrugada de dois de julho último, horas depois ter sido rejeitada pelo plenário da mesma Casa Legislativa, mostra com clareza até que ponto são capazes de chegar as forças conservadoras para fazer valer os seus propósitos, neste caso, o de encarceramento e criminalização da pobreza e da juventude negra. O fato merece destaque porque evidencia o caráter extremamente conservador da Câmara Federal e porque é um indicativo inequívoco do *modus operandi* de que se valerão as forças conservadoras e reacionárias para fazer aprovar as peças legais que criminalizam movimentos sociais, aprofundam a contrarreforma do Estado e atacam direitos e políticas públicas.

O Congresso Nacional, o mais conservador desde o fim da ditadura empresarial-militar, resgatou e pôs para aprovação instrumentos legais que atingem diretamente o povo trabalhador, como é o caso do Projeto de Lei (PL) 4330, agora PLC 30, que cria as bases legais para terceirizar todas as atividades de trabalho – meios e fins. Em escala social, a generalização das terceirizações significa o aprofundamento da precarização do trabalho nos aspectos remuneratórios, dos direitos trabalhistas, das relações e das condições laborais em geral. O instrumento legal procura, pois, impor um drástico aprofundamento do padrão predatório de uso da força de trabalho no país, marcado historicamente pela informalidade e pela superexploração, o que resultará em grave retrocesso social.

2. Aprofundamento da contrarreforma do Estado

Em face do esgotamento do modelo econômico dito “neodesenvolvimentista” e do pacto político que o urdiu, o capital e o governo procuram agora abrir novos territórios para a acumulação privada, cortar gastos com políticas sociais e azeitar as engrenagens políticas e institucionais que garantam maior acesso do capital ao fundo público, bem como o manejo deste em prol do lucro.

Nessa perspectiva, ganham especial relevo o aprofundamento da contrarreforma do Estado pela privatização do petróleo e as investidas contra a Petrobras, assolada pelas denúncias de corrupção de seus dirigentes em conluio com o capital privado e as instâncias do próprio governo. O anúncio do governador do Ceará, Camilo Santana (PT), de que transferirá para a iniciativa privada equipamentos como o Centro de Eventos, os aeroportos regionais e as obras do Metrofor e do porto do Pecém indica que o ajuste em curso aprofundará a privatização em áreas infraestruturais ainda financiadas e geridas pelo Estado. Os escândalos de corrupção e tráfico de influência, envolvendo as grandes construtoras e os rombos contábeis no financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida, fornecem os motivos para investidas privatizantes sobre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Caixa Federal, cujo significado será o alargamento do controle privado sobre o sistema financeiro nacional.

A contrarreforma do Estado avança, também, por meio da universalização das Parcerias Público-Privado (PPP), prática adotada desde os anos 1990 e implementada de forma mais ousada pelos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff. Merece destaque, nesse sentido, os compromissos firmados entre o governo federal e o governo de São Paulo com a iniciativa privada para a execução de obras de saneamento básico com

investimentos da Caixa Federal, dos bancos e de outras empresas privadas. Ainda, no Estado de São Paulo, o governo celebrou parceria, em junho passado, com empresas privadas para a prestação de serviços públicos de transporte urbano, envolvendo vultosas somas de recursos públicos que serão apropriados e geridos pelo capital privado.

Um dos pontos mais graves no que respeita às PPP, que afeta diretamente as instituições públicas de ensino superior, está na aprovação da Emenda Constitucional 85 (fevereiro de 2015) que altera a Constituição Federal com o objetivo de albergar as mudanças conceituais e operacionais preconizadas no PL 2177/2011 que, dentre outras coisas, autoriza o financiamento estatal de Organizações Sociais (OS) que atuam na produção científica, tecnológica e de inovação – como é o caso da Embrapii – e a cessão de equipamentos, instalações e mão de obra das universidades e institutos públicos para o uso de empresas privadas.

As Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) constituem um arranjo institucional e jurídico fundamental no bojo da contrarreforma do Estado, ao materializarem a ideia preconizada pela ortodoxia neoliberal de que o Estado deve transferir parte dos serviços públicos para organizações da sociedade civil, cuja estruturação e gestão se dão nos moldes da empresa privada e sem o controle estatal. A decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em abril último, sobre a constitucionalidade das leis das OS e OSCIP, além de sugerir a legalização dessa prática, confirma a possibilidade de essas organizações prestarem serviços públicos nas áreas da educação, cultura, meio ambiente, saúde, pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Essa ação do STF coaduna-se com a universalização das terceirizações (PLC 30) e com a proposta do governo de contratação de professores do ensino superior por meio de OS expressa pelo ex-presidente da Capes.

A análise feita até aqui evidencia que está em curso uma ofensiva que perpassa os planos econômico, social, político e cultural cujos objetivos são salvaguardar os interesses do capital e atualizar suas formas de controle e dominação sobre os trabalhadores. Demonstra, também, que existe fina conexão entre as investidas das organizações empresariais e as esferas de poder do Estado (executivo, legislativo e judiciário) na promoção dos ajustes exigidos pela crise do capital e pelo esgotamento do modelo dito “neodesenvolvimentista”. No cerne dessa ofensiva, destacam-se as investidas que buscam subverter o conceito de público como forma de privatizar o fundo público, a exemplo da linha orientadora do Plano Nacional de Educação (PNE). Tais processos já promovem resultados regressivos sobre os direitos e as políticas públicas em geral e afetam estruturalmente e de forma devastadora as instituições públicas de ensino superior. Como se trata de uma ofensiva abrangente, as contradições que desencadeia atingem todos os setores da vida social e, portanto, têm de ser enfrentadas por sujeitos coletivos amplos em lutas unitárias que, atuando em face das demandas conjunturais, confrontem o capital e suas formas de dominação.

Nesse cenário, a luta desenvolvida historicamente pelo Andes-SN na construção de uma universidade pública, gratuita e de qualidade referenciada socialmente tem de se coadunar com as demais lutas desencadeadas no seio da classe trabalhadora, num esforço de construção de unidade cada vez mais ampla e abrangente.

3. As respostas articuladas pelos trabalhadores

Neste quadro geral, é que se inserem nossas lutas de resistência à implantação do regime de expansão e acumulação do capital com base na "financeirização" e precarização das relações de trabalho. Historicamente, os trabalhadores lutam para se constituir em uma força social e política autônoma, capaz de se contrapor ao capital e assim conquistar seus objetivos históricos, mas para isso precisam superar a fragmentação e a subordinação ideológica, que dificultam o processo de unidade e luta. Esta tarefa, a constituição dos trabalhadores em sujeitos da política, adquire especial importância neste momento de avanço vertiginoso do capital em escala mundial.

Neste sentido, o projeto implementado pelos governos tem tido resistência na base da classe trabalhadora e provocado tensões nas direções governistas de sindicatos e de centrais, aumentando cada vez mais a existência de grupos de oposições sindicais e, em alguns casos, chegando ao rompimento por completo, a exemplo do que foi a criação da central CSP-Conlutas, que tem como princípio a organização classista e autônoma dos trabalhadores e das camadas populares, aos governos e aos patrões. Um dos grandes desafios para realizar o enfrentamento e a disputa de projetos está na construção unitária da luta por parte da classe trabalhadora.

O II Congresso da CSP-Conlutas, realizado em Sumaré (4 a 7 de junho de 2015), se insere nesta dinâmica. Foi um congresso importante marcado pela demanda da construção da unidade dos trabalhadores e para o avanço em processos unitários para além da própria central. O congresso apontou na direção da construção de uma greve geral com as centrais sindicais e movimentos populares que também se colocam em oposição às medidas de ajuste fiscal, à precarização do emprego e ao capitalismo. Este é um objetivo estratégico neste momento da conjuntura.

O Espaço Unidade de Ação, que reúne trabalhadores do setor privado e do serviço público, também se constitui em uma possibilidade de construção de unidade onde se estruturam pautas e ações comuns na defesa e na ampliação dos direitos dos trabalhadores. Esse espaço tem sido uma ferramenta importante na realização de várias mobilizações e paralisações nacionais ocorridas no último período.

No âmbito do serviço público federal, o Fórum das Entidades Nacionais do Serviço Público exerce importante papel como espaço político de organização e unidade em torno de pautas comuns dos diversos segmentos, na defesa do serviço público, contra a privatização e as terceirizações e por uma política salarial unificada dos servidores públicos. Dentre as ações conjuntas, pode-se destacar a jornada de luta ocorrida nos estados em 25 de junho, quando os servidores federais foram recebidos no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). A jornada de luta foi positiva, a resposta do MPOG, não, por oferecer 21% num acordo para os próximos quatro anos, proposta esta rejeitada por unanimidade pelo Fórum que decidiu criar um comando de mobilização e greve, como também convocar para novas mobilizações e paralisações, apontando a unidade para a construção da Greve Geral do Serviço Público Federal para julho de 2015.

O Encontro Nacional da Educação (ENE) é também uma expressão do processo de construção da unidade dos trabalhadores contra a política de privatização, precarização e mercantilização da educação. Além do esforço de construção da unidade, o ENE expressa a construção de uma ferramenta para fazer a disputa dos projetos de educação. Nesta linha, o 34º Congresso do ANDES-SN afirmou a necessidade de realizar encontros estaduais durante o ano de 2015 que devem culminar com o II ENE em 2016, o que foi reafirmado no II Congresso da CSP-Conlutas.

O ANDES-SN tem tido um papel fundamental na construção da unidade da luta com demais setores, mesmo os não voltados para a educação, primeiro por conta da defesa de uma pauta que é caráter público da educação, pauta esta que agrega os demais setores e é de interesse comum aos trabalhadores, assim como a questão das condições de trabalho e salarial; segundo porque está no âmbito da construção da unidade do próprio setor da educação por meio de ações junto às universidades estaduais e particulares, representadas pelo ANDES-SN. No ano de 2015, as greves docentes realizadas e as greves em curso por parte das estaduais exigiram ações diretas de unidade em torno da luta pela garantia e ampliação dos direitos. Um dos pontos centrais dessa luta é a garantia de verbas para a estrutura das universidades: condições de trabalho, reajuste salarial, e o ataque à previdência pública dos servidores públicos estaduais, a partir da implementação da previdência completar.

Este caminho de construção unitária não é simples e não consiste simplesmente em agregar forças sociais e políticas. É necessário unificar de forma ampla as forças que se contrapõem ao capital e às suas consequências na reorganização do trabalho explorado. Nesta coalizão de forças, há disputas, uma vez que também está presente um pretensão campo de esquerda que, para além das intenções de fazer frente a alguns ataques do governo e do empresariado, pode vir a ser um mecanismo de blindagem do próprio governo.

A crise política que o governo e sua base aliada enfrentam, inclusive no próprio Partido dos Trabalhadores, fez com que estes redefiniram suas táticas para manter a hegemonia buscando reestabelecer suas relações com os sindicatos e os movimentos sociais. O projeto de Reforma Política assim como a Iniciativa com o “Grupo Brasil e a proposta de um novo (?) 'pacto social'” são expressões dessa tentativa, na qual os grupos defensores de tais projetos se reivindicam estarem no campo da esquerda. Devemos estar atentos, pois essas estratégias procuram manter o apassivamento e a sujeição dos trabalhadores ao projeto de base neoliberal ao mesmo tempo em que preparam terreno para a manutenção do governo por meio das eleições de 2018.

Mesmo assim, as contradições são enormes e a classe trabalhadora tem avançado em sua organização contra a ofensiva do capital e dos governos. Seguem greves e mobilizações em todo o país: trabalhadores do COMPERJ em Itaboraí tem se mobilizado para além da estrutura sindical tradicional para enfrentar as demissões ocasionadas pela paralisação das obras ligadas à Petrobras; greve dos garis da Comlurb; os metroviários de São Paulo – os trabalhadores da Volkswagen em São Bernardo do Campo também entraram em greve; a crise hídrica em São Paulo levou milhares de pessoas a realizarem atos e Marcha pela Água em São Paulo; trabalhadores em favor da moradia também ocupam ruas e avenidas sob a liderança do MTST nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Paraná e Bahia, além das ocupações em Goiás, Distrito Federal e São Paulo.

As lutas específicas ganharam corpo com atos e paralisações organizadas por sindicatos, centrais e movimentos sociais contra as ofensivas do governo federal, a exemplo da luta contra a EBSEH (06/03); do Dia Nacional contra o PL 4330 das terceirizações e as MP nº 664 e 665 (15/04), assim como o Dia Nacional em Defesa da Educação Pública (26/03) e de luta contra a PEC de redução da maioria penal (06/07). O que essas manifestações ocorridas em todo o território nacional demonstram é a ascensão da luta da classe trabalhadora, numa clara demonstração do tamanho do desafio a ser enfrentado na construção de um projeto anticapitalista como elemento estratégico para toda a classe.

No campo da educação, somente no último semestre ocorreram greves muito importantes na educação básica e superior. Estados como Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Pará, Goiás e Sergipe construíram greves na educação básica e nas universidades. Em todas elas, os trabalhadores enfrentaram os governos estaduais e as direções de estruturas sindicais que não se colocaram com o compromisso exigido pelas bases no que diz respeito ao enfrentamento e desmascaramento do projeto do capital. Merece destaque, na perspectiva da análise da conjuntura, a greve dos professores de Paraná, tanto pelo motivo da luta (contrarreforma da previdência estadual) quanto pela repressão que o governo estadual descarregou sobre os trabalhadores. No caso da greve dos professores da educação de São Paulo, cuja duração foi quase 90 dias, houve a articulação do executivo e do judiciário para finalizá-la (este último impondo sanções econômicas muito pesadas para o sindicato).

No âmbito das federais, o ANDES-SN deflagrou greve no dia 28 de maio. A greve tem se fortalecido na defesa do caráter público e da autonomia universitária. Todas muito importantes para o conjunto da classe trabalhadora. A greve da educação federal tem aumentado sua força ao longo das semanas num cenário de ásperas disputas nas assembleias do corpo docente. A greve é necessária diante da gravidade das medidas que estão sendo tomadas pelo governo no sentido do favorecimento do setor privado e do desmonte da universidade pública, da precarização do trabalho docente e da proposta descabida de confisco salarial evidenciada pela iniciativa do MPOG. Ou seja, tem havido uma virada muito forte da política governamental com relação às universidades públicas, já não são apenas medidas parciais de contrarreforma, mas uma iniciativa global de reformular a política de educação, expressa no PNE e nas posteriores medidas do MEC e do MPOG, o que obriga o sindicato a realizar um enfrentamento que não pode ser adiado.

As universidades vivem o seu pior momento. Trata-se de uma crise profunda determinada pelo projeto econômico hegemônico. Por isso, é necessário o enfrentamento ao projeto de educação defendido pelo governo e pelos empresários. Esse enfrentamento extrapola as forças do Andes-SN e dos sindicatos da educação, e, por isso, tem de ser realizado por um grande movimento social unitário, democrático, classista, popular e anticapitalista. Portanto, o momento é agora! Juntos seremos cada vez mais fortes. Rumo à Greve Geral.

TEXTO 2

Contribuição dos professores: Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)

DIANTE DA CRISE, GOVERNO DILMA ROUSSEFF (PT) E GOVERNADORES ATACAM DIREITOS E CONQUISTAS DOS TRABALHADORES. RESPONDER COM ORGANIZAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E LUTA PELOS MÉTODOS DA AÇÃO DIRETA

TEXTO DE APOIO

O contexto atual é marcado pelo avanço da crise capitalista mundial, com consequências nefastas sobre a vida e as condições de trabalho do proletariado e demais explorados. Para manter o capitalismo decadente, os governos e capitalistas têm de destruir em larga escala forças produtivas, de modo a reconduzir o sistema econômico a abrir um período de retomada da acumulação de capital e de crescimento econômico. Milhões de postos de trabalho são fechados e salários rebaixados ainda mais. O Estado e governos procuram proteger os capitalistas por meio da implementação de medidas antipopulares e antioperárias, destruindo direitos e conquistas sociais. Entretanto, no lugar de minimizar os efeitos da crise mundial, esta se aprofunda com o endividamento crescente dos países.

Os trabalhadores procuraram responder aos ataques dos governos com manifestações, atos e greves, mas se encontram bloqueados pela ação das direções sindicais burocráticas e reformistas, que tentam de todas as formas direcionar as lutas diretas para a conciliação com os governos, levando a derrotas. As burocracias sindicais constituem em todos os lugares um forte obstáculo ao avanço da luta do proletariado e demais explorados por suas reivindicações elementares no campo da educação, saúde, moradia, emprego e salários. Torna-se clara a necessidade da superação da crise de direção política e a constituição de frações revolucionárias para lutar contra as burocracias e reconduzir os sindicatos para o campo da luta de classes.

No Brasil, desde o final do ano de 2014 e início de 2015, o governo Dilma Rousseff (PT) e governadores aprofundaram as medidas de cortes orçamentários e de restrições ao acesso a direitos e conquistas sociais. Os governos petistas deram continuidade à política econômica de FHC e realizaram reformas antioperárias e antipopulares como a Reforma da Previdência e Sindical. No final de 2014, Dilma (PT) encaminhou as MPs 664 e 665, limitando o acesso ao seguro desemprego, ao abono do PIS e à pensão por morte. As medidas estão sendo aprovadas, em sua essência, pelo Congresso Nacional, dirigido pelo principal partido da base de apoio do governo, o PMDB. A Câmara dos Deputados também aprovou a Lei de Terceirização (PL 4330/04, atual PLC 30/15). Agora a Câmara aprovou a redução da maioria penal de 18 para 16 anos. Tratam-se de medidas de destruição de direitos, que precisam de uma resposta unitária do conjunto dos explorados por meio de uma frente única que adote a via da ação direta com manifestações, bloqueios, greves e ocupações. Fica evidente que não podemos amarrar o nosso movimento ao parlamento e ao judiciário. Vale lembrar que o próprio STF reconheceu a constitucionalidade das Organizações Sociais, legitimando-as a atuar no poder público, avançando a terceirização.

No segundo mandato, o governo Dilma (PT) definiu que o lema seria a “pátria educadora”. Na prática, o governo começou o segundo mandato com cortes e contingenciamento de verbas que afetaram, em proporções diferenciadas, as universidades públicas. Só para a educação, o governo cortou R\$ 9,4 bilhões. O corte na saúde foi de 11,7 bi. Tudo isso, para realizar o superávit primário para pagamento de juros e amortizações da dívida pública com credores e financistas. O governo mantém seus compromissos com o empresariado da educação, privatizando e desnacionalizando a educação e a saúde. São drenados milhões para as grandes corporações de ensino. Outro destaque é a tentativa de interferência das Organizações Sociais no contrato de professores nas universidades, proposta esta vista com bons olhos pelo MEC.

O documento que fundamenta a “pátria educadora” tem um caráter mercantilista e meritocrático quanto à educação, reforça as tendências dos reformadores empresariais da educação, estabelecendo metas, implementando as técnicas empresariais de gestão das escolas públicas, segregando as que não conseguem obter “êxito” em seu processo de escolarização, no sentido empresarial. Há também a proposta de bonificação de gestores que alcançarem as metas estabelecidas e punição para os que não conseguem, dentre outros absurdos como o exame nacional para licenciados e impactos no processo de organização sindical da categoria docente.

Nas Instituições Federais de Ensino (IFE), tem avançado a desestruturação da carreira docente, resultante das medidas e ataques reiterados dos governos, dos acordos assinados à revelia das bases docentes em greve, como, por exemplo, o acordo assinado em 2012 entre o governo Dilma e a Federação biônica PROIFES, que resultou em profundas perdas salariais para a categoria e a continuidade da política de precarização da educação por parte do governo. Outros problemas aprofundam a crise do ensino superior como: cortes de verbas, precarização das condições de trabalho e estudo, ataques sistemáticos à combatida autonomia universitária, processo contra estudantes, criminalização das lutas, perseguição aos lutadores, entre outros. Portanto, estamos diante de um profundo ataque à educação pública, que precisa ser respondido com a luta unificada em torno de um claro e consistente conjunto de reivindicações e pelos métodos da luta direta. Só assim, conseguiremos arrancar as nossas pautas e avançar na defesa intransigente da educação pública.

TR - 2

O 60º CONAD delibera:

Promover a campanha por uma frente única sindical para:

- a) responder à crise com a política do proletariado;
- b) levantar uma plataforma de reivindicações próprias;
- c) preparar as condições para a greve geral;
- d) derrotar o ajuste fiscal;
- e) que os capitalistas paguem pela crise.

Que o ANDES proponha, nas frentes em que atua a seguinte plataforma de reivindicações:

1. Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários;
2. Estabilidade no emprego contra as demissões;

3. Emprego a todos, aplicando a escala móvel das horas de trabalho (divisão de todas as horas de trabalho entre todos aptos a trabalhar);
4. Reposição das perdas salariais, salário mínimo vital com escala móvel de reajuste (reajuste automático do salário de acordo com a elevação do custo de vida);
5. Fim de todas as medidas de flexibilização e precarização do trabalho;
6. Pela extinção de toda a legislação que restringe ou elimina a liberdade de expressão, manifestação e greve; Pelo fim de todos os processos políticos e prisões dos lutadores!
7. Abaixo as leis antigreve e as multas judiciais impostas aos sindicatos e grevistas;
8. Combater a mercantilização, privatização e desnacionalização da educação, mediante a expropriação sem indenização do sistema privado e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e sob controle dos que estudam e trabalham;
9. Defender a saúde pública contra o avanço da mercantilização e privatização, por meio da expropriação do sistema privado, sem indenização, e constituição de um sistema único de saúde, público, gratuito e sob controle operário;
10. Abaixo a Lei da Terceirização (PL 4330/04, atual PLC 30/15). Pela efetivação imediata dos terceirizados;
11. Rechaçar a redução da maioria penal! Trabalho e escola para toda a juventude: 4 horas no trabalho e 4 horas na escola!

TEXTO 3

Contribuição dos professores Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Janaína Bilate (ADUNIRIO), Bruno José Oliveira (ADUNIRIO), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Marcela Rufato (ADUNIFAL), Maíra Mendes (ADUSC), Nairan Moraes Caldas (ADUSC), Luana Rosário (ADUSC), Walter Lowande (ADUNIFAL), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR), Elias da Silva Ribeiro (ADUNIFAL), Luís Antônio Groppo (ADUNIFAL), Daniel Mazzaro (ADUNIFAL), Daniel Precioso (ADUEG), Vicente Ribeiro (SINDUFFS), Frederico Henriques (ADURN), Daniela Eufrásio (ADUNIFAL), Paula da Costa Souza (ADUNIFAL)

NEM PT, NEM PSDB: POR UMA ALTERNATIVA DOS TRABALHADORES CONTRA O AJUSTE FISCAL DE DILMA E LEVY.

Este texto representa um pontapé num debate sobre a atual conjuntura, e segue aberto a contribuições. Foi construído por um grupo de professores que ingressaram recentemente na carreira docente, e que já tinham referência na histórica atuação do ANDES-SN. Muitos de nós atuamos anteriormente em outros movimentos, como o movimento estudantil, o movimento de cursinhos populares ou no âmbito do movimento sindical na escola básica, assim como fomos entusiastas da campanha presidencial de Luciana Genro em 2014. Também acreditamos que a ação sindical pode ser fortalecida se contar com aliados, tanto no plano de movimentos quanto no plano político, desde que com um claro programa apresentado.

Traçamos aqui algumas linhas gerais, focando menos no detalhamento de dados e mais nos desdobramentos políticos do principal fato da atualidade: a crise econômica, que só é comparável em magnitude à de 1929, que se agudizou a partir de 2008, atingindo em

cheio a economia dos Estados Unidos e dos países da periferia da União Europeia e que rapidamente espalhou seus efeitos pelo mundo. Acreditamos que caracterizar bem a realidade vivida nos países mais afetados pode nos ajudar a antecipar alguns sinais que já se desenham na situação brasileira.

Chamamos atenção especial para dois exemplos que cativaram ativistas em todo o mundo: Grécia e Espanha. A Grécia tem passado por grandes levantes desde 2008, quando a luta contra as medidas de austeridade levou a massivas mobilizações de rua, que seguiram aumentando em intensidade. A Espanha tem sido um dos países em que a taxa de desemprego, especialmente na juventude, tem subido a galope. Em ambos os casos, sucessivos governos, ora sob as tintas do conservadorismo, ora na roupagem da socialdemocracia, haviam sido unânimes na aplicação de medidas de austeridade, respondendo à crise com mais ortodoxia econômica: cortes previdenciários, redução nominal de salários, drenagem dos gastos públicos para pagamento da dívida, entre outras que compunham pacotes que ampliavam a pauperização. Tanto os setores mais tradicionalmente identificados como neoliberais ortodoxos quanto os partidos da socialdemocracia, foram unânimes na aplicação destas medidas, o que fez muitas vezes com que a ausência de uma alternativa política crível levasse a altíssimos níveis de abstenção eleitoral e colocando a crise econômica num patamar de crise de instituições.

Paralelamente, a luta contra as medidas não parou de tomar as ruas, e foi aumentando em intensidade. Marchas multitudinárias no caso grego, a ocupação de praças ocorrida em 2011 a partir da Praça Puerta del Sol em Madri pelos jovens “indignados”, influenciados pelo levante nos países árabes do norte da África - a Primavera Árabe - recolocaram no horizonte a ação nas ruas como forma privilegiada de fazer política. O mundo iniciou um novo período histórico em que as respostas à crise que se colocaram como vacilantes – vide o fracasso do PSOE (Espanha) e PASOK (Grécia), partidos semelhantes ao PT, que foram atropelados pela história. No Brasil desde 2013, com as Jornadas de Junho, não estamos distantes deste quadro. O projeto de conciliação do Lulismo entrou num caminho conservador e de derrota sem volta.

Em oposição a uma socialdemocracia vendida ao capital financeiro e a setores conservadores e a direita tradicional, surgiram na Grécia (Syriza) e na Espanha (PODEMOS) alternativas à política de austeridade e à corrupção na qual estes países estavam mergulhados. Não ter o medo de se diferenciar de ambos os setores, especialmente da socialdemocracia que se dizia o mal menor, assim como acompanhar o termômetro das ruas, levaram o Syriza de um partido com pouca expressão política à cadeira de primeiro-ministro da Grécia, assim como em menos de dois anos de formação o PODEMOS se transforma na segunda força do país Ibérico. No último 5 de julho a Grécia conseguiu ainda um feito histórico: após a convocação pelo primeiro-ministro Alexis Tsipras de um referendo sobre o pacote de austeridade imposto pela Troika, o povo grego deu um sonoro Não (OXI), conquistando 61% dos votos, e abrindo o espaço para uma deslegitimação ainda maior da política de austeridade em diversos países.

Syriza e Podemos representam, portanto, novidades na conjuntura internacional que mostram a possibilidade de novos caminhos para a esquerda. Ainda que diversas contradições se apresentem, acompanhar com atenção estes processos e deles tirar as lições possíveis é nosso dever. Condenar de antemão estas experiências a uma inevitável rendição é abrir mão de incidir diretamente na disputa de novos rumos possíveis para a esquerda mundial. Assim como cresce a atratividade destas novas experiências de esquerda, uma outra saída apresentada para a crise é propugnada pelos setores de direita mais reacionária, xenófoba e de cunho fundamentalista, demonstrando

que a situação tende a se polarizar cada vez mais. Abster-se de construir uma alternativa de poder, seja pelo endosso silencioso à socialdemocracia, seja pelo ceticismo político é admitir o risco de que a saída à crise rume à ultradireita.

O Brasil não está de fora desse cenário. Passada a euforia social-liberal que embalou a última década de governo petista, a recessão mundial atingiu em cheio a economia. A manutenção da política econômica neoliberal e a aposta na governabilidade, inclusive apelando para alianças com partidos clássicos da direita, como PMDB, PP, PSC (só para citar alguns do condomínio de poder da coalização governista) permitiu fôlego extra para os setores conservadores. Ou seja, assim como nos outros países, a aplicação do programa conservador pelo Lulismo fez com que se finalizasse sua possibilidade como projeto alternativo e caindo na vala comum dos outros partidos.

O marco desse esgotamento, sem o qual não é possível compreender a conjuntura das lutas no Brasil, são as Jornadas de Junho de 2013. Se o estopim para a tomada das ruas nas principais capitais do país foi o aumento das tarifas de transporte, a insatisfação com as condições de vida expressa na defesa de direitos como educação, saúde, moradia, representou o ponto alto de insatisfação com o regime político. Naquele momento foi possível por meio da experiência das ruas pressionar a ponto de se obter vitórias concretas: a revogação do aumento da tarifa em diversas cidades.

A farsa revelada em 2013 se mostrou novamente como tragédia na reeleição do PT um ano e meio depois. Os anúncios ministeriais do segundo mandato do governo Dilma puseram abaixo todas as expectativas de qualquer mudança criadas em alguns setores da esquerda com sua reeleição. A indicação de Katia Abreu, líder dos latifundiários e desmatadores para a pasta da Agricultura passando por Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, conhecido como o incendiário das favelas no Ministério das Cidades. Até a Pátria Educadora, slogan para o novo momento, começou com corte de 30% do orçamento do MEC, mostrando que o compromisso do atual governo está do lado oposto aos interesses do povo e dos movimentos sociais. E o clima da austeridade fiscal entrou novamente na ordem do dia: novos cortes em todos os ministérios, especialmente os da área social; aumento do superávit primário; aumento dos juros; cortes nos direitos trabalhistas; e a mudança na política de crédito dos bancos públicos.

Não é apenas na subserviência aos banqueiros que o PT e a direita tradicional se encontraram. A forma como o governo vem tratando os movimentos sociais a ferro e fogo, vide os professores da Bahia (PT) não se diferencia muito do Paraná (PSDB), assim como os tanques que cercaram a Petrobras para a quebra do monopólio em 1995, são os mesmos utilizados pelo governo Dilma para vender as jazidas de petróleo do pré-sal. No desvio de dinheiro público a situação é ainda pior, a cada dia que passa os noticiários apresentam mais um escândalo de corrupção que o governo se envolveu com as grandes empreiteiras do país.

Tendo em vista este cenário nacional, aprender com a experiência internacional é fundamental. O ANDES-SN, com toda a referência e acúmulo obtidos nestes anos de luta, tem que se transformar num pólo de referência a esta falsa polarização. A construção de uma alternativa política no país perpassa pela união dos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), a Juventude e expressões autênticas do sindicalismo brasileiro junto com os partidos que não se venderam. Na construção desse novo projeto de Brasil, em que a educação deixe de ser só slogan, o ANDES-SN deve ser protagonista desse terceiro campo que coloque em xeque as políticas neoliberais implementadas durante os últimos 25 anos no nosso país.

TR - 3

1. Todo apoio ao povo grego e ao Siryza na luta contra a Troika e os seus planos de austeridade.
2. Pela construção de um terceiro campo político e social alternativo ao PT e ao PSDB.

TEXTO 4

Contribuição dos professores Cláudia Durans (APRUMA), Douglas Bezerra (ADUFPI), Lana Bleicher (UFBA), Raquel Dias (SINDUECE), Raphael Furtado (ADUFES) e Wagner Damasceno (UFSC)

CONJUNTURA NACIONAL

Construir a Greve Geral - Chega de Dilma, Cunha, PT, PSDB, PMDB

Nós, signatários deste texto, reivindicamos plenamente a resolução de conjuntura nacional aprovada no 2º Congresso da CSP-Conlutas. Entendemos que o aprofundamento da crise econômica e política exige uma resposta classista dos trabalhadores.

O país vive uma nova situação política, que se agudizou com as jornadas de junho de 2013. Desde então há uma crescente polarização social em nosso país, com as lutas sindicais e populares crescendo, em resposta aos crescentes ataques dos governos e dos patrões. A economia brasileira afunda na crise econômica mundial, sem demonstrar a capacidade de reação que teve nos primeiros momentos de manifestação da crise. A receita que os governos buscam implementar é, como sempre, fazer com que os trabalhadores paguem a conta crise. Este é o pano de fundo dos planos de austeridade da Europa e dos “ajustes fiscais” no Brasil.

No âmbito das lutas dos trabalhadores, é preciso destacar a greve dos SPFs em curso, à qual nos integramos. Esta greve começou com muita dificuldade em nossa categoria, devido à unidade dos governistas com a direita tradicional. Expressando a polarização crescente na sociedade brasileira, as assembleias que discutem a greve são extremamente massivas. No entanto, até o momento em que encerramos este texto, a dureza dos ataques do governo federal à educação tem levado a uma adesão crescente dos docentes da educação federal ao movimento paredista. Mesmo os pelegos do Pro-Ifes foram obrigados a chamar à construção da greve, para não serem (mais) desmoralizados.

Queremos aqui resgatar um trecho da resolução sobre conjuntura nacional do segundo Congresso de nossa Central, sobre a caracterização do governo Dilma: “Dilma foi reeleita na eleição presidencial mais polarizada desde 1989, por pequena margem e sendo obrigada a “girar à esquerda” em seu discurso para não perder, para preservar o apoio dos trabalhadores ao governo. As eleições expressaram de maneira distorcida o desejo de mudança da maioria da população. A oposição de direita conseguiu capitalizar esse sentimento, conquistando tanto o voto de oposição mais conservador, tradicional,

mas obtendo votação expressiva em amplos setores populares e setores da classe trabalhadora. O resultado foi um governo mais frágil, mais dependente das alianças com setores burgueses de peso (Kátia Abreu, Joaquim Levy, Armando Monteiro etc.) e da base fisiológica do Congresso Nacional. Mas com disposição de atacar os direitos da classe e fazer os ajustes necessários para garantir os lucros da grande burguesia financeira, industrial e do agronegócio que elegeram e sustentam esse governo.”

No último Congresso do Andes, houve uma polêmica importante sobre quais seriam as tarefas colocadas para o movimento dos trabalhadores. Um setor, minoritário, defendia que estávamos frente à possibilidade de um “golpe de direita”, articulado pelo imperialismo e que era necessária a defesa do governo Dilma frente a estes ataques, como um “mal menor”. Os atos massivos convocados pela oposição de direita em 15 de março e 12 de Abril, que ocorreram após o nosso Congresso, reforçaram esse discurso impressionista. Ao contrário destes setores, entendemos que a política do imperialismo e da burguesia brasileira, em sua grande maioria, não é a derrubada do governo ou mesmo o impeachment, mas sim chantagear o governo para que ele aplique todo o ajuste fiscal e, ao mesmo tempo, continuar desgastando o PT, preparando a volta do PSDB ao governo central em 2018. O que existe é uma unidade da burguesia e do governo, com o apoio do Imperialismo, para se aplicar no país um profundo ajuste fiscal, um plano de austeridade, um rebaixamento das condições de vida e um aumento dos patamares de exploração da classe trabalhadora. O esvaziamento das manifestações chamadas pela oposição de direita após o 12 de abril e o recuo de Aécio Neves em protocolar um pedido de impeachment demonstraram de forma evidente esta unidade. Mais simbólicos ainda foram a visita de Dilma a Obama, os elogios do presidente americano ao protagonismo do Brasil na política externa e a declaração de Dilma em prol de um Tratado de Livre Comércio com os EUA.

Um elemento fundamental para nossa análise é que, apesar da classe trabalhadora não ter participado de maneira organizada dos atos chamados pela oposição de direita, houve ampla simpatia no proletariado. Embora a classe não reconheça o PSDB, MBL, Revoltados On Line, Bolsonaro, etc. como suas direções, via com simpatia estes atos por serem contra um governo que ela não vê mais como “seu”. Além disso, embora as direções desses atos tenham um acordo programático com o governo no essencial, não foram atos defendendo o ajuste fiscal, cortes nos direitos trabalhistas, terceirização, etc. Ou seja, a simpatia que estes atos produziram não foi porque “a classe está indo para a direita”, ou existe uma “onda conservadora”, etc. Não existe acordo político entre a classe e estas direções. O fato de, na base da classe trabalhadora o “Fora Dilma” ter muita entrada, não significa, por nada, que a classe veja o PSDB e o conjunto da oposição de direita como alternativa.

Por isto, nos opusemos no Congresso do Andes a que nossa entidade participasse como observadora da chamada “Frente por Reformas Populares”. Perdemos a votação, mas esta frente, na prática não se concretizou e o que surgiu de forma mais explícita foi uma suposta “Frente de Esquerda”, denominada “Grupo Brasil”, capitaneada pelo próprio Lula, onde o mesmo tenta se diferenciar do governo Dilma, preparando o caminho para um “Feliz 2018”. Outros setores que não estão explicitamente no campo da Frente Popular, buscam também se diferenciar do governo, porém ainda dentro da lógica do “mal menor”. Isso se expressa em consígnias como “contra a direita, por direitos”, onde a “direita” exclui o governo Dilma. Ou seja, embora se combata o ajuste fiscal, se coloca ao lado do governo contra o “golpe”. E insiste-se na falida tese de “puxar o governo para a esquerda”, “combater Levy e Kátia Abreu, mas defender Dilma”, etc.

Entendemos que assim não é possível combater conseqüentemente os ataques do governo federal.

Além da falsa contradição entre PT e PSDB, entre governo e oposição de direita, uma outra falsa contraposição vem dando o tom dos últimos debates: a contraposição entre o governo e o presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Sem dúvida Cunha é uma expressão do que existe de mais atrasado, corrupto, racista, homofóbico e machista na sociedade. No entanto, é bom lembrar que ele é do mesmo partido do vice-presidente da República. Que foi eleito com amplo apoio da base aliada do governo. Que as propostas reacionárias que ele tem posto em pauta (PL 4330, financiamento empresarial de campanha, cláusula de barreira, fim da rotulação dos transgênicos, redução da maioria penal, etc.) foram aprovados com votos massivos da base aliada. Que os golpes regimentais que ele deu foram endossados por esta base. Que ele por diversas vezes garantiu que não levaria pedidos de Impeachment adiante, sendo um dos fiadores da estabilidade do governo. Assim, se é possível e necessário construir unidade de ação com a bancada do PT e PCdoB no Congresso, pra barrar algumas dessas medidas, não podemos ajudar a construir a ideia de “Cunha é o mal maior” e que devemos apoiar Dilma para derrotar Cunha.

O caminho para derrotar os dois setores burgueses em disputa pela gestão do mesmo projeto de Estado Mínimo é o da unificação das lutas, rumo a uma Greve Geral. É necessário parar a produção do país, impor uma derrota ao Capital e seus representantes. Para isso, é necessária a mais ampla unidade de ação entre os que se dispõem a lutar contra o ajuste fiscal, a redução de direitos trabalhistas e previdenciários, a redução da maioria penal e o aumento do genocídio da juventude pobre e negra das periferias. Mas esta unidade, para ser efetiva, não pode ser uma unidade que defenda o governo Dilma, nem de forma explícita, nem de forma envergonhada. A classe trabalhadora está em processo de ruptura com este governo e com suas direções tradicionais, ainda que seja um processo incompleto. É necessário aprofundar esta ruptura e construir, nas ruas, nas lutas, nas greves e ocupações, uma alternativa à disputa de fachada entre os grupos burgueses que se alternam no poder no país.

Chega de Dilma, Cunha, PT, PSDB, PMDB! Construir a Greve Geral para derrotar o ajuste fiscal!

TEXTO 5

Contribuição dos professores Alcides Pontes Remijo (ADUFG) e Lucinéia Scremin Martins (ADUFG),

OFENSIVA NEOCONSERVADORA DO CAPITAL

O Estado tem uma aparente autonomia diante da Sociedade Civil. Em períodos de mudanças sociais significativas esta aparência de autonomia se desfaz com maior nitidez explicitando a íntima relação entre a Sociedade Civil e o Estado¹. A conjuntura atual tem demonstrado como os ingredientes próprios da crise estrutural do capital intensificam as tensões sociais e refletem nas estruturas jurídico políticas, as

¹No prefácio da Crítica à Economia Política de 1859, Marx já alertava para esta relação nos seguintes termos: A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social.

consequências da queda tendencial da taxa de lucro e o processo de concentração e centralização de capital. Neste sentido, a crise do capital impõe a contraditória afirmação e negação da propriedade. De um lado, como dizia Florestan Fernandes, os de cima fazem a defesa da sua propriedade (propriedade capitalista dos meios de produção), buscam por diferentes meios garantir suas taxas de lucro, mesmo que isso represente um verdadeiro assalto a propriedade alheia. De outro lado, os de baixo são continuamente ameaçados pela máquina estatal da reprodução do capital, com a intensificação das contra reformas, retirando direitos, que longe de representar privilégios (como são normalmente acusados pela mídia corporativa do capital) são as condições elementares de vida da amplíssima maioria da população brasileira.

A ofensiva do capital se concretiza na sociedade civil, e tem íntima relação com a forma como o Estado se adapta para responder positivamente a classe dominante. Neste sentido, ao anunciar aos “quatro cantos” do país os impactos da crise, a lógica do capital é a de preservar seus lucros, intensificando a centralização e concentração de capital como única medida capaz de garantir a continuidade da sua reprodução. Assim, os monopólios se alinham em uma única trincheira, na defesa de uma desaceleração da economia como garantia da manutenção de seus lucros, impondo aos trabalhadores redução de salários, terceirizações e a suspensão dos contratos de trabalho (layoff). O sistema financeiro (fusão entre industriais e banqueiros) preocupado em garantir seus rendimentos impõe ao estado a intensificação dos pagamentos realizados pelo tesouro dos juros e rolagem da dívida pública (interna e externa), por meio do aumento sucessivo das taxas de juros sobre os títulos públicos (são mais de R\$ 4 bilhões ao dia destinados para a dívida), que comprometem cerca de 50% da arrecadação federal. No campo o latifúndio intensifica o processo de primarização da economia, desenvolvendo uma agricultura voltada para as *commodities* (para exportação em grande quantidade e de baixo valor agregado). Aquilo que se autodenomina agronegócio nada mais é do que o latifúndio, onde a concentração de terras se constitui como garantia fundamental de lucros, não pelo valor agregado na produção, mas pelo processo de concentração de propriedades que possibilitam volumes agrícolas comerciáveis no mercado mundial. Isto significa uma repetição do “ciclo da cana-de-açúcar” dois séculos depois, com um leque de cultivos em torno de apenas quatro *commodities* (soja, milho, café e açúcar). Portanto, no campo a reprodução do capital é claramente antagônica ao direito de propriedade dos trabalhadores camponeses, que constantemente são expulsos de suas terras por não terem as condições elementares para a sua reprodução digna. A desigualdade de recursos entre o que é destinado aos latifúndios e a pequena propriedade é a marca desta política pró-latifúndio. Neste ano foi anunciado no plano safra a ordem de R\$ 190 bilhões para apenas cerca de 1% dos proprietários latifundiários, enquanto que o financiamento para os assentamentos de reforma agrária e os camponeses (48% dos proprietários) está em torno de R\$ 29 bilhões. A questão da demarcação das terras indígenas é outra demonstração de como a ofensiva do capital se dá contra a propriedade dos povos originários, quilombolas, ribeirinhos e culturas tradicionais.

Contudo, a ofensiva do capital não ocorre apenas no plano econômico, ela também necessita de uma constituição ideológica, que corresponda à intensificação das tensões sociais decorrentes dos desdobramentos econômicos, constituindo socialmente “frentes” ideopolíticas conservadoras e intensificadoras da violência, da discriminação e da polarização social, expressos em temas sociais importantes como direitos humanos, gênero e diversidade sexual, armamento, maioridade penal, segurança etc. Trata-se de uma estratégia de longa duração em que as características ideológicas fascistas ganham peso no cotidiano da população.

Neste quadro a função exercida pelos governos não é irrelevante. De um lado se afirmam como implementadores das políticas neoconservadoras, buscando a estabilidade subserviente ao capital. Na medida em que as debilidades políticas dos governos vem a público – como os processos de corrupção e impopularidade – a fragilidade destes é utilizada como chantagem para o grande capital. O atual governo federal e a maioria dos governos estaduais passam por uma profunda crise política, e diante de sua fragilidade são mais ágeis em servir ao capital. A viagem aos Estados Unidos da Presidente Dilma é uma manifestação clara de subserviência aos interesses imperialistas, em particular, com o anúncio de que serão privatizados vários serviços públicos no Brasil, como aeroportos, rodovias etc. Intensificando a subordinação imperial a presidente busca também, e contraditoriamente, o seu fortalecimento em troca de palavras de Obama em apoio ao governo.

O processo ideológico reacionário e fascista que está em ascensão no Brasil é tendencialmente potencializado pelas políticas antitrabalhadores, impostas pelo capital e levadas a cabo pelos governos (federal, estadual e municipal). Estas políticas intensificam a retirada de direitos e os processos de precarização do trabalho mediante as terceirizações, limitação ao seguro desemprego (em um momento em que as demissões se ampliam), a dilapidação da seguridade social, redução dos benefícios como o abono salarial e a pensão por morte (atingindo milhões de trabalhadores), criminalizam os movimentos sociais, sindicatos e os lutadores e privatizam os serviços públicos etc. Trata-se de uma ação em que as classes trabalhadoras sentem a crueldade da ofensiva do capital, mas tendem a associá-la com as políticas governamentais e, acreditando na autonomia do Estado em relação ao capital, acabam reconhecendo nos governos os seus algozes e não no sistema do capital. Neste sentido, podem ideologicamente reproduzir a ideologia fascizante do capital, se afastando dos interesses comuns a todas as classes trabalhadoras.

Necessidade histórica da formação do sujeito povo.

A abordagem acima não pretende detalhar o conjunto das medidas neoconservadoras do capital, tem como finalidade apenas indicar que o Imperialismo, os Monopólios e o Latifúndio constituem os pilares da ordem autocrática burguesa e que, diante da crise, buscam maneiras alternativas de reduzir o impacto da queda tendencial da taxa de lucro no processo de desaceleração global da economia, em particular de recessão da economia brasileira. Esta síntese também indica o caráter de classe do estado, que diante do quadro de crise estrutural do capital tem como finalidade construir o processo de adequação jurídica política necessários à sua reprodução, fazendo uso dos seus “poderes” legislativo, executivo e judiciário. A hegemonia de classe exercida pela burguesia no Brasil é frágil e depende do fortalecimento do regime autocrático. Neste sentido, os últimos 13 anos dos governos petistas foram fundamentais para realizar mudanças preservando toda a velha estrutura autocrática. Trata-se do “leopardismo” petista de tudo mudar para tudo continuar como está. A conjuntura atual é de esgotamento deste processo e de abertura à constituição de um ciclo de embates em que estão em cheque os mecanismos futuros da dominação autocrática burguesa.

Para as classes trabalhadoras da cidade e do campo é fundamental identificar os limites institucionais do estado, o sujeito coletivo da burguesia, os capitalistas representantes do imperialismo, dos monopólios e dos latifúndios, que exercem uma hegemonia na sociedade brasileira aparentemente inabalável.

Inabalável apenas na aparência, pois a lógica do regime autocrático é a permanente

exclusão do povo dos espaços de decisão sobre os rumos da nação. É o estabelecimento de uma sociedade profundamente injusta, com um desenvolvimento tendencial de intensificação da barbárie social. Ou seja, a base de sustentação da ordem burguesa é a decomposição das condições de vida das classes trabalhadoras. Em nome dos interesses dos de cima da sociedade – daqueles 1% de ricos –, toda a estrutura social é forjada para a intensificação do processo de exploração, atingindo as classes trabalhadoras do campo e da cidade, dos trabalhadores formais e informais, da iniciativa privada e dos serviços públicos.

Os movimentos sociais, partidos e sindicatos que reivindicam a defesa dos interesses das classes trabalhadoras necessitam reconhecer que não possuímos ainda os instrumentos políticos e organizativos necessários para fazer o enfrentamento do regime autocrático burguês. Nas sociedades periféricas e dependentes, como a sociedade brasileira, as classes trabalhadoras necessitam se encarregar das tarefas de democratização e ampliação dos direitos sociais próprios da ordem burguesa e, ao mesmo tempo, acumular forças necessárias para a luta contra a ordem social do capital. Trata-se da combinação da luta por reformas e a construção da revolução. Este processo exige a constituição de um sujeito povo (bloco histórico contra-hegemônico) capaz de constituir-se num amplo movimento de massas orientado pelo socialismo e capaz de submeter o capital ao controle social, abrindo espaço para a construção efetiva do poder das classes trabalhadoras.

Estas breves indicações dos desafios que estão colocados diante do regime de classes no Brasil tem como finalidade apresentar um diagnóstico do caráter insuficiente das organizações das classes trabalhadoras para resistirem a ofensiva neoconservadora e avançar na luta por direitos sociais e por uma sociedade mais justa.

O fato de estarmos diante de um processo em que os conflitos entre o capital e o trabalho estão se intensificando não eliminam às necessidades de construção histórica do sujeito povo, ao contrário, indicam que a conjuntura contraditória do desenvolvimento capitalista constrói a base material sobre a qual as organizações sindicais, os movimentos sociais e os partidos atuam e que, portanto, a construção de alternativas classistas depende da ação consciente das suas organizações políticas.

É neste quadro que o papel do ANDES – Sindicato Nacional se destaca. Um sindicato nacional que resiste a ofensiva do sindicalismo de estado, que não mede esforços em denunciar todos os processos de contra reformas e de ofensivas neoconservadoras do capital, um sindicato que conquistou historicamente o respeito das classes trabalhadoras, que preserva uma importante rede de seções sindicais em universidades públicas, protagonizando em todo o país a defesa da educação pública, laica e de qualidade.

As greves 2015 nas Instituições Federais de Ensino e Universidades Estaduais – marcadas pela retirada de direitos dos trabalhadores públicos e pela ofensiva contra a educação pública – reafirmam o desafio da equação entre as lutas contra os desdobramentos concretos da ofensiva do capital no cotidiano da categoria e a necessidade de construção da unidade do conjunto das classes trabalhadoras contra o capital em toda a sociedade.

A conjuntura nacional impõe o desafio de construirmos conscientemente o papel do ANDES-SN na construção do sujeito povo, condição necessária para o enfrentamento da intensificação das medidas neoconservadoras do capital e a resistível ascensão do fascismo na sociedade brasileira.

**Tema II: Avaliação e atualização
do plano de lutas: educação,
direitos e organização dos
trabalhadores**

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA SINDICAL

TEXTO DE APOIO

O plano de lutas deliberado pelo 34º Congresso, em fevereiro de 2015, definiu, em relação às questões sindicais, tarefas nos seguintes âmbitos: 1. CSP-Conlutas; 2. Construção das mobilizações de massa de 2015; 3. Luta contra precarização e terceirização; e 4. Desafios político-organizativos do ANDES-SN.

Em relação à Central, a tarefa principal do ANDES-SN consiste em “intensificar sua participação na CSP-Conlutas para sua consolidação e enraizamento na base da nossa categoria, mas reconhecendo a necessidade de qualificar essa participação por meio da realização do debate político interno, nas bases da categoria”, de modo que “a CSP-Conlutas se fortaleça em todos os estados do país como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora”. Como parte desse processo, o Congresso deliberou “contribuir para fortalecer os setoriais da CSP-Conlutas, com destaque aos de Educação, de Serviço Público e de Saúde do Trabalhador, como pontos de apoio importantes para a retomada de fóruns organizativos do serviço público e em defesa da escola pública, nos estados, destacando aqueles que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN”, bem como fortalecer, nesses setoriais, a luta contra o FUNPRESP e demais regimes de previdência privada complementar.

Objetivando garantir uma participação qualificada do ANDES-SN no 2º Congresso da CSP-Conlutas, foi aprovada a realização do 7º CONAD Extraordinário, tendo como tema “Contribuições do ANDES-SN para o II Congresso da CSP-Conlutas”, estimulando-se, ainda, as Seções Sindicais a realizarem discussão e balanço sobre nossa central sindical e popular.

No 7º CONAD Extraordinário deliberou-se propor ao 2º Congresso da CSP-Conlutas a intensificação de “ações e políticas unitárias com outras entidades e movimentos classistas, como polos aglutinadores dos setores combativos para organização de lutas, como vem sendo consolidadas no Espaço de Unidade de Ação”, a busca pela “mais ampla unidade na luta em defesa do emprego, contra o ajuste fiscal e os ataques aos direitos dos trabalhadores, contrário às terceirizações e toda sorte de precarização do trabalho, na perspectiva da construção de um programa classista anticrise e de emancipação” e o fortalecimento da “articulação com outras entidades sindicais e demais movimentos sociais do campo classista, pela reorganização da classe trabalhadora, em uma orientação de luta anticapitalista”, apontando, por fim, a construção de uma greve geral para enfrentar os ataques aos direitos dos trabalhadores.

O 2º Congresso da CSP-Conlutas contou com a participação de cerca de 2500 ativistas sindicais e populares, entre delegados e observadores, além de ter recebido 23 delegações de outros países. A delegação do ANDES-SN foi composta por 111 membros, entre delegados e observadores. O saldo político e organizativo sem dúvida foi positivo: mais um passo foi dado no processo de reorganização da unidade da classe

trabalhadora brasileira numa perspectiva classista e anti-capitalista. Uma das diretrizes aprovadas mais importantes é a construção de uma greve geral para enfrentar o ajuste fiscal e os ataques de governos e patrões, que pretendem que os trabalhadores paguem a conta da crise em que as classes dominantes colocaram o Brasil.

O 2º Congresso da CSP-Conlutas aprovou resoluções importantes relacionadas ao Plano de Ação, como, por exemplo, a intensificação de ações e políticas unitárias com outras entidades e movimentos classistas, o fortalecimento do Espaço de Unidade de Ação, a defesa da liberdade e da autonomia sindical contra a estrutura sindical verticalizada e de Estado, sustentada na unicidade e no imposto sindical. Além disso, foi aprovada a construção de um dia nacional de luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical nos espaços de articulação com as entidades sindicais e os demais movimentos sociais do campo classista. O princípio da autonomia em relação a governos e a partidos políticos foi reafirmado. As propostas do ANDES-SN, aprovadas no VII CONAD extraordinário, contribuíram com o plano de ação e com as questões organizativas.

As questões estatutárias foram remetidas para a discussão na Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, até mesmo, a proposta de resolução do ANDES-SN de tomar como parâmetro, para a definição do número de delegados das entidades, minorias e oposições sindicais, ao Congresso e à Coordenação Nacional, o número de sindicalizados em suas respectivas bases.

Em relação à metodologia do 2º Congresso da CSP-Conlutas, entendemos que é necessário aperfeiçoarmos algumas questões da organização, particularmente, nos trabalhos de grupo que apresentaram dificuldades relativas à estrutura física, bem como o grande número de participantes nos grupos. Com relação às plenárias deliberativas, além da necessidade de aperfeiçoarmos a apresentação dos resultados dos grupos, com a utilização de relatórios consolidados, avaliamos ser necessário avançarmos no propósito de trabalharmos com resoluções ao invés de teses, procurando fazer sistematizações mais compatibilizadas das propostas apresentadas.

Além disso, do ponto de vista da concepção de uma central sindical e popular, ainda persistem desafios em superar a representação interna por forças políticas, em favor da representação fundada em entidades, minorias e oposições sindicais.

Para a devida implementação de nossas tarefas pós-congressuais, é vital que, desde já, o ANDES-SN e suas Seções Sindicais divulguem e implementem as deliberações do 2º Congresso da CSP-Conlutas. A socialização das políticas deliberadas no âmbito de nossa central sindical e popular e a realização de discussões a respeito da estrutura organizativa da CSP-Conlutas são essenciais para que o ANDES-SN incremente a participação nas instâncias estaduais ou regionais da CSP-Conlutas – conforme decisão do 7º CONAD Extraordinário.

As greves dos trabalhadores em educação, em mais de dez estados, por emprego, salário, melhores condições de trabalho e contra os ataques à previdência, e a luta do conjunto dos trabalhadores brasileiros contra o PL 4330 tiveram centralidade no último período.

O Dia Nacional de Lutas e Paralisações contra o PL 4330, realizado no dia 15 de abril, convocado pela CSP-Conlutas, CUT, CTB, Intersindical, Nova Central, expressou uma forte ação unitária na luta contra os ataques de patrões e governos.

Além do fechamento de rodovias, paralisações dos metroviários e rodoviários, no RS e da realização de grandes Atos, como o de São Paulo, com mais de vinte mil pessoas, o elemento de qualidade foi o fato de uma parte da classe operária ter entrado em cena,

paralisando a produção, como foi o caso dos metalúrgicos da região do ABC e São José dos Campos, em São Paulo.

Até mesmo o Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba, filiado à Força Sindical – Central Sindical, que vergonhosamente apoia o PL 4330 – por causa da pressão de suas bases, foi obrigado a paralisar a produção de fábricas importantes como da Volks, Renault e Volvo.

O dia 29 de maio, convocado pela maioria das Centrais Sindicais, como um novo Dia Nacional de Paralisação e Manifestações, representou um novo passo na construção, tão necessária, de uma Greve Geral no país. Só uma Greve Geral construída pela base terá a força necessária para derrotar as medidas de ajuste fiscal dos governos.

No âmbito mais amplo do processo de reorganização da classe trabalhadora, torna-se fundamental a imediata realização de um dia nacional de luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical (nos termos da Convenção 87 da OIT), em conjunto com entidades sindicais e movimentos sociais de orientação classista que lutam contra a estrutura sindical verticalizada e de Estado, sustentada na unicidade, no imposto e na investidura sindical – conforme aprovado no 2º Congresso da CSP-Conlutas. É urgente a denúncia pública dos ataques do Estado brasileiro ao sindicalismo classista, a exemplo do que vem ocorrendo com o ANDES-SN, com destaque para o conluio entre o governo federal e seu braço sindical no Movimento Docente das IFE. Faz-se necessário garantir o direito dos professores se organizarem e se fazerem representar no ANDES-SN.

Em consonância com a intensificação da participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2015, e com nosso apoio às lutas contra as demissões e a nossa participação em fóruns que lutam pela garantia do emprego, conforme aprovado no 34º Congresso do ANDES-SN, destaca-se: a luta pela revogação da Lei 13.134/2015 (originária da Medida Provisória 665) e da Lei 13.135 (originária da Medida Provisória 664), recentemente aprovadas pelo Congresso Nacional após pressão do Governo Federal.

As mobilizações dos trabalhadores e demais setores populares em 2015 incluem, ainda com centralidade, as lutas contra as diversas formas de precarização e de flexibilização do trabalho. Nesse sentido, é fundamental que nos somemos à luta contra o PLC 30/2015 que tramita no Senado Federal, originário do PL 4330, aprovado na Câmara de Deputados, que trata da regulamentação das terceirizações nas relações de trabalho.

Tais lutas, na qual o ANDES-SN está envolvido no âmbito da CSP-Conlutas e de fóruns como o Espaço de Unidade de Ação e o Fórum das Entidades Nacionais dos SPFs, podem ser alavancadas se realizadas buscando a unidade da classe trabalhadora na defesa de seus direitos, contra o ajuste fiscal, na perspectiva da construção de uma greve geral.

A Reforma na Previdência do governo Lula da Silva foi um dos maiores ataques aos direitos dos trabalhadores. Essa ofensiva tem sido aprofundada, particularmente, no contexto de aprofundamento da crise do capital, com a implementação da política de ajuste fiscal. Conforme temos atuado, é necessário continuar a luta pela revogação da Reforma da Previdência e de quaisquer medidas que retirem direitos dos trabalhadores relativos à aposentadoria (fator previdenciário e outras fórmulas similares que vêm sendo propostas).

As tentativas de reforma trabalhista, composta por um conjunto de medidas que buscam a retirada e/ou a flexibilização de direitos conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras, impõem a necessidade de lutarmos contra a PPE (Política de Proteção ao

Emprego), que propõe a diminuição dos salários em até 30% do seu valor mensal pelos empresários, em caso de situação “comprovada” de crise da empresa. Na mesma perspectiva, devemos derrubar o ACE (Acordo Coletivo Especial), que objetiva mudar a legislação em relação às negociações coletivas entre o sindicato e a empresa, com a prevalência do negociado sobre o legislado.

Como temos ressaltado, a organização da classe trabalhadora para lutar pela manutenção e ampliação de direitos reafirma-se como tarefa central. Para tal, é indispensável que o movimento sindical aglutine o conjunto da classe, incluindo os trabalhadores contratados de forma parcial e extremante precarizada, com restritos ou nenhum direito trabalhista. Nesse diapasão, o ANDES-SN está avançando efetivamente na sindicalização de professores-tutores atuantes na EaD (notadamente no Estado do Rio de Janeiro, por meio da secretaria regional), modalidade de ensino que vem sendo a vanguarda da precarização das relações de trabalho, em que a quase total ausência de direitos dos trabalhadores docentes é a regra. É necessário que o ANDES-SN e as Seções Sindicais aprofundem o debate a respeito e ampliem a sindicalização de professores tutores, substitutos, visitantes, bolsistas, bem como de outros docentes em condições precarizadas de trabalho, de modo a combater a fragmentação de nossa categoria e subsidiar a unidade de organização e luta dos trabalhadores docentes.

As questões relacionadas com a política sindical, aprovadas no 34º Congresso, permanecem, e o plano de lutas aprovado municiou a categoria para os enfrentamentos necessários no ano de 2015. Além das questões já implementadas ou em curso, há necessidade de atualizarmos no 60º CONAD outras questões relacionadas à política sindical.

I - POLÍTICA SINDICAL

O 34º CONGRESSO delibera:

1. Intensificar sua participação na CSP-Conlutas, para sua consolidação e enraizamento na base da nossa categoria, mas reconhecendo a necessidade de qualificar essa participação por meio da realização do debate político interno nas bases da categoria.

2. Continuar atuando para que a CSP-Conlutas se fortaleça em todos os Estados do país como polo aglutinador das lutas, na construção da unidade de ação com todos os segmentos que defendem os direitos dos trabalhadores, em luta contra os ataques dos patrões e dos governos, que restringem os direitos da classe trabalhadora.

3. Contribuir para fortalecer os setoriais da CSP-Conlutas, com destaque aos de Educação, de Serviço Público e de Saúde do Trabalhador, como pontos de apoio importantes para a retomada de fóruns organizativos do serviço público e em defesa da escola pública, nos estados, destacando aqueles que se entrelaçam com as elaborações dos grupos de trabalho do ANDES-SN.

3.1 Fortalecer, nesses setoriais, a organização de campanhas pela revogação da FUNPRESP, bem como qualquer regime de previdência privada complementar.

4. Intensificar a participação do ANDES-SN nos espaços de construção das mobilizações com os setores classistas e populares, em 2015.

5. Reafirmar a luta contra as terceirizações e precarizações, em articulação com as entidades dos servidores público, reivindicando a revogação das restrições de funções (limpeza, segurança etc.) nos quadros de pessoal e nos concursos públicos.

6. Defender, juntamente com a CSP-Conlutas, o direito irrestrito de greve, lutando contra a aprovação dos PLs 327/2014 e 4497/2001 e similares que, na prática, o suprimem.

7. Apoiar as lutas contra as demissões e participar de fóruns que lutam pela garantia do emprego.
 8. Realizar um CONAD Extraordinário, tendo como tema 'Contribuições do ANDES-SN para o II Congresso da CSP-Conlutas'.
 - 8.1 Estimular as seções sindicais a realizarem discussão e balanço sobre a CSP-Conlutas, para serem debatidas no CONAD Extraordinário.
 9. Que o ANDES-SN participe como observador da Frente por reformas populares promovido pelo MTST e mais 26 entidades e delibere sobre sua efetiva participação no próximo Congresso.
 10. Realizar levantamentos e/ou atualizações, pelas Seções Sindicais, da situação de precarização em suas IE, na EAD e outras formas precárias de trabalho.
 11. Realizar seminário nacional no ano de 2015 compatibilizando a data de realização do seminário nacional com as demais atividades do ANDES-SN para debater a questão da precarização nas IE, considerando o percurso histórico deste processo e não somente questões conjunturais, enfrentando a situação da EAD, dos professores substitutos, visitantes e bolsistas, e pautando a necessidade de organização dos trabalhadores em condições de vínculos precários.
 12. Lutar contra a precarização do trabalho docente no contexto da multicampia, especialmente no que diz respeito à fragmentação da carga horária em diversos campos, defendendo que o docente seja lotado em um único campus e/ou departamento.
 13. Que o GTPFS e o GTPE promovam uma reunião conjunta para debater sobre a expansão e multicampia aprofundando os estudos sobre essas políticas nas IE.
 14. Que a Diretoria do ANDES-SN, em nível nacional, e as diretorias de suas Seções Sindicais, em nível local e regional, levem para as reuniões do Espaço Unidade de Ação, da CNESF, do Fórum dos Servidores Federais, da CSP-CONLUTAS e de todos os demais fóruns de organização dos trabalhadores dos quais participam, a proposta de uma campanha nacional pela ratificação, por parte do Governo Brasileiro, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a consequente revogação dos dispositivos que impõem a unidade sindical.
 15. Que nas mídias impressas e digital do ANDES-SN sejam veiculadas informações sobre a liberdade de organização sindical auxiliando, com isso, no trabalho de formação na base
 16. Intensificar a divulgação das ações do Sindicato Nacional e de mobilização junto aos professores das IE em defesa da liberdade de organização sindical e do direito dos professores se organizarem e se fazerem representar no ANDES-SN.
- Recomendação:** que a diretoria do ANDES-SN solicite à CSP-Conlutas o adiamento do prazo para o envio de textos ao Caderno do 2º Congresso do CSP-Conlutas e/ou a criação de um anexo ao Caderno com prazo estendido para envio das contribuições

TR - 6

O 60º CONAD delibera:

1. Intensificar, junto à CSP-CONLUTAS, ações unitárias com as organizações sindicais e populares, e as demais centrais, na perspectiva da construção da greve geral contra os ataques aos direitos da classe trabalhadora.
2. Realizar, nas seções sindicais, seminários e discussões sobre a estrutura organizativa da CSP-CONLUTAS.
3. Atuar junto à CSP-CONLUTAS na construção do dia nacional de luta em defesa da liberdade e da autonomia sindical nos espaços de articulação com as entidades sindicais

e os demais movimentos sociais do campo classista, conforme aprovado no II Congresso da CSP-CONLUTAS.

4. Lutar contra o PLC 30/15, originário do PL 4330, que trata da regulamentação das terceirizações nas relações de trabalho.

5. Lutar pela revogação das Leis 13.134 de 2015, originária da MP 665 e a lei 13.135 de 2015, originária da MP 664.

6. Lutar contra qualquer tipo de flexibilização e de precarização do trabalho;

6.1 Lutar contra a proposta apresentada pela CUT e pela Força Sindical, conhecida como PPE (Política de Proteção ao Emprego).

6.2 Intensificar a luta contra o ACE (Acordo coletivo especial).

7. Ampliar a sindicalização ao ANDES-SN de professores tutores da EaD e outras formas de trabalho precarizado.



Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

O 34º Congresso do ANDES deliberou pela intensificação da luta contra: a crescente mercantilização e privatização da educação; o aprofundamento da precarização do trabalho docente e a ressignificação do caráter público da educação presentes nas políticas educacionais. Em contraposição, o quarto mandato do governo petista criou o slogan “Pátria Educadora”, que na realidade é um projeto que vem sendo materializado em parceria com setores privatistas da sociedade civil “Todos Pela Educação”, intensificando o desmonte da Educação Pública Brasileira.

O ajuste fiscal imputou ao setor um corte de R\$ 9,4 bilhões na educação. Em contraste, o referido governo tem feito altos investimentos no setor privado da educação superior, especialmente por meio do FIES e PROUNI. Sobre o FIES, a concessão de financiamento estudantil saltou, entre 2004 e 2014, de R\$ 1,138 bilhões para R\$ 13,769 bilhões, representando a segunda despesa do MEC, inferior apenas à despesa com pessoal (SSB/IBGE, 2015). A Kroton Educacional é uma das maiores beneficiadas do investimento de dinheiro público na educação privada via FIES que, entre 2010 e 2014, recebeu financiamento do governo em torno de 30 bilhões. Em comparação, o orçamento 2015 destinado às IFE não ultrapassou R\$ 2,59 bilhões.

Os cortes terão reflexo considerável nas ações que seriam desenvolvidas no decorrer do ano, o que afetará diretamente os investimentos em projetos, obras, acervos, equipamentos e mobiliário. Além desses, o corte incide também em custeio, o que reflete na aquisição de passagens, diárias e outros itens dessa rubrica, e agrava ainda mais a situação das IFE que já vem sofrendo com falta de recursos para pagamento de contratos com empresas prestadoras de serviços, contas de água, energia e outras despesas de manutenção.

A situação do ajuste fiscal atinge também as agências de fomento, como é o caso da CAPES/MEC. Em junho deste ano, em função do corte de 785 milhões de reais, foi informado que não há garantia de recursos para as bolsas, a partir de julho, afetando programas destinados aos setores mais carentes da sociedade. O CNPq também informou que não abrirá editais para bolsas no exterior, bolsas sanduíche e de pós-doutorado, sem revelar o valor do corte que sofreu. Os cortes atingirão todas as instituições públicas de ensino superior.

As políticas educacionais estão prejudicadas, salvo aquelas que estão voltadas para apoio à iniciativa privada, como é o caso do PROUNI e do FIES – este último, inclusive, terá uma segunda edição ainda este ano. O conjunto de políticas que vem sendo apontadas pelo governo federal indica cada vez mais a privatização e a mercantilização da educação em todos os níveis e etapas.

O PNE completou um ano em junho. Registramos que, apesar do grande alarido em torno de sua aprovação, praticamente nada foi feito, havendo como justificativa da parte do MEC a falta de recursos. Apenas as questões relacionadas à destinação dos recursos públicos para o setor privado (§ 4º do artigo 5º) tiveram avanços, tais como aquelas que privilegiam o PROUNI (isenção fiscal), o Programa Ciências sem Fronteira (bolsas de estudos concedidas), o FIES (subsídios concedidos em programas de financiamento estudantil), o PRONATEC (expansão da educação profissional).

Os Cursos de Especialização, pós-graduação *lato sensu*, de extensão e de treinamentos poderão, doravante, ser pagos. Isso porque a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da PEC 395/2014, alterando assim o Inciso IV do artigo 206 que garante a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. A alteração proposta indica que serão gratuitos apenas a educação básica e, na educação superior, os cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado, aprofundando o processo de mercantilização da educação pública no Brasil.

Também, outro golpe profundo no caráter público da educação vem por meio de uma decisão do STF que aprova o repasse da gestão de escolas públicas, universidades estatais e outras autarquias a organizações sociais (OS), o que pode significar na prática o fim de concurso público nas universidades e nas demais instituições públicas.

Na mesma linha de rompimento da fronteira entre público e privado, foi aprovada a emenda constitucional 85/2015, que teve por objetivo alterar o arcabouço constitucional para acolher as mudanças sugeridas no PL 2177/2011 que preconiza, dentre outras coisas, a transferência de recursos públicos para organizações sociais da área da ciência, tecnologia e inovação, e inclusive a cessão de equipamentos, instalações e pessoal de universidades e institutos públicos para empresas privadas.

A elaboração, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, de um documento denominado *Pátria Educadora: A qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional* revela o modo de pensar a educação por parte do governo federal. O documento traz uma proposta discriminatória e segregadora, que vê escolas e cursos diferentes para os estudantes, dependendo de suas “habilidades socioemocionais”, ignorando as questões de classe, gênero e raça, atribuindo o sucesso ou fracasso escolar apenas a uma questão de interesse individual e revivendo a teoria dos dons ao reforçar a política de mérito que já vem sendo aplicada no país.

Com o objetivo de refletir criticamente e desenvolver ações frente a essas políticas que reforçam o caráter privatista que vem sendo dado à educação, o ANDES-SN vem atuando no sentido de reforçar o protagonismo do caráter público da educação.

Uma das ações foi a realização do IV Seminário de Estado e Educação, em maio de 2015, em Florianópolis, com o tema central *A Contrarreforma do Estado e os impactos sobre a Educação*. A conjuntura na qual ocorreu o Seminário não deixou dúvidas sobre a importância e a relevância da política desse evento. O país está vivendo de fato uma onda de contrarreforma iniciada nos anos 1990 e que se aprofunda nos governos subsequentes. No IV Seminário Estado e Educação, deu-se continuidade ao debate sobre os seguintes eixos: EAD – política educacional e precarização do trabalho docente; Reformas curriculares nos cursos de formação de professores; PNE – mercantilização e ressignificação do caráter público da educação; Trabalho docente, carreira e produtivismo; Internacionalização da Educação.

O ANDES-SN, enquanto membro do *Comitê em Defesa dos 10% do PIB para a educação pública, já!* realizou o lançamento da Cartilha do Encontro Nacional de Educação, tendo entregado esse material ao MEC, e divulgado os resultados do ENE que foram elaborados a partir dos seguintes eixos: 1. Acesso e Permanência; 2. Avaliação ; 3. Democratização; 4. Privatização e Mercantilização da Educação; 5. Financiamento da Educação ; 6. Passe Livre; 7. Precarização.

Outra ação importante será a realização do II Encontro Nacional de Educação, que está previsto para 2016 e será antecedido por Seminários Preparatórios a serem realizados no segundo semestre deste ano e organizados pelos Comitês Estaduais em Defesa da Educação Pública. O II ENE deve aglutinar as forças dos movimentos sociais, do movimento estudantil autônomo, das entidades acadêmicas, dos docentes que lutam pela educação pública e gratuita, devendo ser o lócus de discussões, análises e avaliações que possam apontar os rumos da educação voltada para a classe trabalhadora.

Essas e outras ações devem ser ampliadas e aprofundadas para fazer o enfrentamento a essa conjuntura que vem atingindo a classe trabalhadora, com o aumento do desemprego, a precarização do trabalho, a terceirização, a diminuição de direitos sociais duramente conquistados, a flexibilização da relação entre o setor público e o setor privado, sobretudo no tocante ao financiamento público, aos ataques ao regime estatutário, Regime Jurídico Único no âmbito das federais e à aposentadoria dos servidores públicos. Na educação, os docentes, além das perdas salariais, tiveram a carreira desestruturada, o acirramento do produtivismo acadêmico, o ataque à autonomia e o agravamento da precarização das condições de trabalho.

II - POLÍTICA EDUCACIONAL

O 34º CONGRESSO delibera:

- 1. Denunciar a crescente mercantilização da educação, intensificação e precarização do trabalho docente e a ressignificação do caráter público da educação que estão presentes no PNE (2014-2024).*
- 2. Que as Secretarias Regionais envidem esforços juntos as seções sindicais para a criação e fortalecimento dos comitês estaduais em defesa da escola pública junto aos demais setores que defendem a educação pública.*
- 3. Propor aos Comitês Estaduais a realização, no segundo semestre de 2015, de Encontros Regionais Preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação, envidando esforços na sua construção.*
- 4. Intensificar a luta contra a precarização do trabalho docente na EAD.*

5. Acompanhar a tramitação da PEC 10/2014 e discutir, no GTPE e no Setor IEES/IMES e IFE, o significado da criação do sistema único de educação superior, levando em conta a autonomia das instituições.
6. Aprofundar as discussões sobre a reforma nos cursos de formação de professores, nos GTPE nacional e locais.
7. Realizar no primeiro semestre 2015 o IV Seminário de Estado e Educação, tendo como tema a contrarreforma do Estado e os impactos na educação pública.
8. Intensificar a luta contra o produtivismo, que está presente nos critérios de progressão e promoção dos docentes das instituições de ensino, que acirra a competição entre os professores.
9. Contrapor-se à proposta anunciada pelo presidente da CAPES de contratar professores por meio das Organizações Sociais, eliminando o ingresso por meio de concurso público e solicitar reunião com o MEC para apresentar posicionamento do ANDES-SN.
10. Continuar o acompanhamento das matérias em tramitação no Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais que digam respeito às políticas educacionais, atualizando as discussões, assim como realizando ações de enfrentamento às contrarreformas educacionais implementadas pelo Estado.
11. Que as seções sindicais realizem, durante o ano de 2015, um levantamento sobre os critérios do INEP/MEC e secretarias de educação e ciência e tecnologia para avaliação dos cursos de graduação e educação básica, identificando os pontos que são responsabilidades do Estado, encaminhando o resultado para análise do GTPE, visando propor ações de enfrentamento à precarização do ensino público.
12. Lutar pelo oferecimento de creches com funcionamento em tempo integral, que sejam públicas e gratuitas e de qualidade, com financiamento estatal, atendendo o total da demanda manifesta.
13. Lutar para que em todos os locais de trabalho e estudo nas instituições de ensino tenham creche em período diurno e um espaço de convivência no período noturno.
14. Que o ANDES-SN garanta espaços de convivência infantil em todas as suas atividades para que a responsabilidade com os filhos não seja impeditivo para a participação dos responsáveis nas atividades, quando houver demanda.
15. Considerando que o corte de R\$7 bilhões do orçamento da Educação já manifesta seus efeitos nas esferas estaduais, dirigir-se a todas as entidades sindicais e as centrais, bem como às organizações de movimento popular para a realização de uma campanha exigindo do Governo Federal a revogação dos cortes do orçamento, em geral, e a recomposição do orçamento da educação, em particular.

III - FINANCIAMENTO

O 34º CONGRESSO delibera:

1. Realizar estudo, com o apoio da subseção da DIEESE no ANDES-SN e do Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômico (ILAESE), e a contribuição das Seções Sindicais, sobre o financiamento das IES públicas (federais, estaduais e municipais) nas últimas décadas, que relacione os recursos aplicados nestas instituições com as respectivas Receita Corrente Líquida (RCL) do ente federado no qual elas estão inseridas. Comparar, ao longo do período estudado, os valores aplicados em Pessoal/“Recursos Humanos”, Custeio e Capital (Investimento), relacionando-os com o crescimento do número de matrículas (na graduação e pós-graduação), do número de professores e funcionários técnico-administrativos, do número de cursos (graduação e pós-graduação), do número de campi e IES, dentre outros indicadores.
2. Levantar e divulgar estudos sobre a crescente transferência do fundo público para o setor privado, em especial via FIES, PROUNI, PRONATEC, PRONACAMPO e BNDES.

TR - 7

O 60º CONAD delibera:

1. Impulsionar os Comitês Estaduais por meio das Secretarias Regionais e das seções sindicais para a realização, no segundo semestre de 2015, dos Encontros Regionais Preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação (ENE), conforme eixos definidos pelo *Comitê em Defesa dos 10% do PIB para a Educação Pública, já!*
2. Realizar seminários e debates nas IES, através das SSind sobre as questões de avaliações com caráter produtivista e promover a articulação com as associações nacionais de ensino e pesquisa das diferentes áreas de conhecimento para que denunciem a lógica produtivista do trabalho docente, de avaliação e do credenciamento dos cursos instalada nas instituições de ensino.
3. Debater juntamente com o GTPFS as questões relativas à precarização do trabalho docente, como professores substitutos, visitantes e bolsistas, e da formação ofertada nas IES, a exemplo do EAD, PARFOR E PROCAMPO.
4. Produzir material com análises acerca do PL 320/2008 (programa de educação integral e a carreira do magistério de educação de base), PL 4372/2012 (que cria o INSAES), do PL 518/2009 (que transforma o Ministério da Educação em Ministério da Educação de Base), PL 6840/2013 (que dispõe sobre a organização do currículo do ensino médio em áreas do conhecimento), da PEC 10/2014 (que cria o Sistema único de Educação), do projeto de resolução do Conselho Nacional de Educação – que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, programas e cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada – e da Pátria Educadora, no âmbito do GTPE;
5. Lutar conta a aprovação da PEC 395/14.
6. Aprofundar a discussão acerca das consequências da adoção de contratação de professores por meio de OS.
7. Lutar juntamente com outras entidades sindicais, centrais sindicais, bem como as organizações de movimento popular pela revogação dos cortes no orçamento das políticas sociais e a recomposição no orçamento da educação pública, em particular.

TEXTO 8

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE QUESTÕES AGRÁRIAS, URBANAS, AMBIENTAIS E DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

A mundialização do capital em sua ofensiva hegemônica, frente a sua presente crise, acentua a crise ecológica, em escala global, ao seguir com uma lógica de crescimento econômico ilimitado, irresponsável e insustentável.

Em 2015, pela primeira vez em pelo menos três milhões de anos, a concentração atmosférica de dióxido de carbono (CO₂) ultrapassou a barreira de quatrocentas partes por milhão, um valor 43% acima daquele registrado no período pré-industrial. A acumulação desse e de outros gases (como o metano, o óxido nitroso e os halocarbonetos) está produzindo uma alteração em escala planetária no balanço energético da Terra, levando a um aquecimento do clima perigosamente acelerado, e os impactos das mudanças climáticas, além de perigosos, são profundamente desiguais, atingindo principalmente os países e os setores sociais mais pobres e vulneráveis.

Além da elevação do nível dos oceanos, os ecossistemas marinhos estão sendo globalmente atingidos pela combinação de pesca predatória, contaminação química, presença de quantidades imensas de resíduos sólidos (como as chamadas “ilhas de lixo”), aquecimento e acidificação associada ao excesso de CO₂ na atmosfera. As consequências para países-ilha, populações costeiras que dependem da pesca artesanal e para a biodiversidade marinha podem ser extremamente severas.

Uma das características mais evidentes da crise ambiental é a crise hídrica. Além da ocorrência de secas severas em diversas regiões do mundo, tendo se confirmado que a atual demanda de água para irrigação, produção energética e produção industrial é insustentável: a taxa global de utilização de água doce pelas atividades humanas já é maior que a capacidade do próprio sistema Terra em repô-la e 21 dos 37 maiores aquíferos do mundo estão secando. No Brasil, em quatro anos, a demanda por água no nosso país cresceu 17%, muito acima do crescimento populacional, de 3,8%. O uso residencial de água cresceu somente 5,4% no mesmo período, e o grosso do aumento da demanda (88% dela) cai na conta da irrigação. E, como sabemos, atende quase que exclusivamente, ao latifúndio.

Além de forte demandante por água, o agronegócio produz grande variedade de impactos socioambientais. Agrotóxicos são utilizados em larga escala (incluindo pulverização aérea), envenenando trabalhadores e trabalhadoras, populações rurais e quem consumir os alimentos, contaminando solo, rios, fauna e flora silvestres, matando insetos como abelhas e outros agentes polinizadores, desequilibrando o ecossistema e prejudicando a própria produção de alimentos. O uso de fertilizantes leva igualmente à contaminação ambiental, com excedentes de nitrogênio e de fósforo e a emissão de óxido nitroso, terceiro gás de efeito estufa antrópico em importância. Os transgênicos, além de serem adotados atendendo bem mais à lógica de lucro fácil do que à segurança no seu consumo, colocam o controle do que se planta e do que se come, via monopólio do DNA, nas mãos de um punhado de empresas inescrupulosas do naipe da Monsanto, Bayer e Syngenta.

No contexto de demanda crescente por matérias-primas, fontes de energia e território por parte do capital e de transformação de tudo em mercadoria, a mineração e a extração de combustíveis fósseis têm atingido da Amazônia ao Golfo do México, do Delta do Níger ao Ártico (em que a Shell está em vias de iniciar a exploração de petróleo e de gás), do Canadá ao Oriente Médio. O rastro da mineração e da exploração de petróleo é o de devastação ambiental de grande escala e generalizada, guerras e conflitos regionais, expulsão de povos originários e comunidades tradicionais de suas terras, consumo e contaminação dos cursos d'água e reservatórios hídricos. Para agravar esse contexto, produzindo pequenos terremotos e contaminando aquíferos, a “bola da vez” é o chamado “fracking”, a extração de gás via fratura hidráulica, que está sendo enfrentado pelas populações atingidas.

No Brasil, como no resto do mundo, um conjunto de conflitos é materializado por meio da coação, da expulsão e das violências cometidas à população tradicional, que esteja no caminho dos megaempreendimentos, da especulação imobiliária, do agronegócio e dos projetos de cidades voltadas para a remuneração do capital. Soma-se a isso, a flexibilização das legislações ambientais (código florestal, código de mineração, legislação de liberação dos produtos geneticamente modificados e dos agrotóxicos, que hoje são consumidos a uma taxa de cinco litros por ano para cada brasileiro/a), que colocam em grave risco os ecossistemas originais e a biodiversidade, a produção de alimentos saudáveis, assim como a vida nas cidades e no campo.

No sentido de dar curso ao enfrentamento dessas questões, é indispensável a ampliação da discussão e da organização política ao processo de organização urbana e rural, alinhado aos movimentos sociais. De Norte a Sul e de Leste a Oeste, frente ao projeto estrutural da urbe para o capital, as políticas de remoções vêm fazendo parte do cenário das cidades brasileiras. O processo de financeirização da urbanização brasileira vem sendo marcando, sistematicamente, pela segregação da classe trabalhadora e, em consequência, pelas suas formas de conflitos e de higienização social, em que a favelização, a periferação e a criminalização da população mais pauperizada são uma marca cotidiana.

A contínua ofensiva burguesa que segue envolvendo a cidade retrata a face do sequestro do espaço urbano, com vistas a atender às necessidades do mercado. Sob a égide do sistema capitalista de produção, as elites se impõem de forma quase hegemônica, tanto sob o aspecto econômico-territorial quanto pelos aspectos legais e jurídicos, avançando à manutenção e à ampliação da propriedade privada. Sobretudo, quando reforçada pelo aparato legal que regula o processo fundiário. A luta pelo direito à cidade, especialmente, pelo o direito à moradia e à existência, assume um lugar de destaque nas lutas do conjunto da classe trabalhadora, em especial àquela refém do processo de precarização e de higienização social.

No pacote de ataques aos direitos de autodeterminação e à existência da população, em atendimento ao setor industrial nacional e internacional, a votação e a aprovação do Projeto de Lei (PL) 7735/14 – Marco da Biodiversidade – do Poder Executivo, transformado na Lei Ordinária 13123/2015, estabelece novas regras para a pesquisa e a exploração do patrimônio genético de plantas e de animais nativos do país. Ao mesmo tempo, esse processo se materializou apartado dos movimentos sociais envolvidos com a defesa das comunidades tradicionais e dos biomas, como patrimônio do conjunto da população brasileira, e sustentado pelo lobby dos setores industriais, com destaque para os farmacêuticos e de cosméticos. O texto final, com os vetos presidenciais, apresenta-se como mais uma entrega ao setor privado, predatório e especulativo. Ademais, reforça a facilitação ao modelo científico-produtivista-predatório, conhecimentos científicos tradicionais e de povos originários já acumulados, abrindo portas para o seu sequestro ao setor industrial, até mesmo ao processo de especulação e de remuneração financeira, com o sofisma de que trará retorno imediato às populações diretamente envolvidas e combaterá a biopirataria.

No curso do Marco da biodiversidade, a proposta do Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (Projeto de Lei 2177/11) soma-se ao conjunto de desregulamentações que busca fortalecer e desonerar o setor produtivo, e descaracterizar a Pesquisa Científica no Setor Público. O texto prevê a isenção de impostos de importação para materiais de pesquisa; facilita o acesso à biodiversidade brasileira para fins de pesquisa biológica; e desobriga a utilização da Lei de Licitações (8.666/93) para as compras e contratações no setor. O projeto disponibiliza abertamente

a infraestrutura de pesquisa das universidades e institutos públicos de pesquisa para uso do setor privado (incluindo não apenas entidades privadas de CTI, mas também pessoas físicas e empresas!). Para seduzir e cooptar parte da comunidade acadêmica e científica, abre a possibilidade de remuneração de pesquisadores por meio dessas “parcerias”, o que, por sua vez, aprofunda as distorções entre áreas do conhecimento no interior das universidades e demais instituições públicas, sabotando a autonomia e favorecendo abertamente os segmentos que mais podem estabelecer vínculos bem fortes com o capital. Sobretudo, há de se considerar que faz parte de um grande pacote de privatização, de desregulamentação da carreira e de retirada de direitos trabalhistas, como é o caso de sua sintonia com a Lei 12.772 de 2012, criada pelo governo federal para “regular a carreira docente”, mas que na verdade é mais uma imposição do governo federal com objetivo de desmonte, de facilitação de retirada de direitos e de aprofundamento do processo de privatização (caráter produtivista dos critérios). Portanto, mais uma situação que abre flanco para, além de permitir, intensificar a flexibilização da dedicação exclusiva de pesquisadores vinculados a entidades públicas.

Diante desse contexto, o trabalho político que se coloca para o conjunto da categoria, e do sindicato, é aquele de intensificação do debate, da mobilização e das ações de enfrentamento. Assim, as questões relacionadas com contexto ambiental, urbano e rural, bem como de base científico-tecnológica permanecem como elementos do conjunto de ataques e de contradições nesta conjuntura política, exigindo-nos consolidar as deliberações congressuais, tomando o 60º CONAD como momento para avançarmos nas lutas que se nos apresentam.

IV - POLÍTICA AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O 34º CONGRESSO delibera:

- 1. Lutar contra o PL nº 7541/14, que cria bases de autorização aos órgãos de segurança pública, polícias civil e militar, para atuar nos campi das universidades públicas.*
- 2. Integrar-se à luta em favor da desmilitarização das polícias e da segurança pública em geral.*
- 3. Lutar para que as IES se posicionem contra os rodeios e eventos congêneres, caracterizados por maus tratos e crueldade contra os animais.*
- 4. Fortalecer os GTPAUA das seções sindicais, construindo articulações com movimentos sociais urbanos e rurais e criando ações de aproximação com os docentes que desenvolvem trabalhos na mesma linha política do sindicato, mas que atuam fora dele e pautar o debate sobre:*
 - a) Construir espaços de debates para articular a produção do conhecimento acadêmico com as demandas sociais, quanto à: projetos de cidade voltados para o capital, reservas aquíferas, minerais e biomas, nacionais e latino-americanos; projetos executivos ligados aos interesses do capital que atingem a organização dos espaços urbanos, rurais e reservas dos povos originários;*
 - b) aprofundar em conjunto com os trabalhadores do campo e da cidade, a luta pela Reforma Agrária e Urbana, reforçando a importância da educação pública nos contextos destas lutas;*
- 5. Debater, em conjunto com outros GTs, alternativas ao projeto de cidade e campo, voltadas para o capital.*
- 6. Promova a articulação dos GTs de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA) e Ciência e Tecnologia (GTC&T) para encaminhar, junto à entidade e sua base, um amplo debate nacional sobre a crise ecológica, climática e hídrica.*

Recomendação

Organizar o 1º Seminário sobre questão urbana, mercantilização da cidade e seus impactos na universidade pública brasileira.

VI - POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O 34º CONGRESSO delibera:

1. Pautar no GTC&T e nas seções sindicais:

1.1 as políticas de C&T, orçamentos, critérios e mecanismos de distribuição de recursos da União e dos estados para a produção científica e tecnológica;

1.2 Combate a Lei de Inovação Tecnológica e o trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPPII);

1.3 a questão da pesquisa, da pós-graduação, e das políticas produtivistas e seu impacto sobre o trabalho docente e a inserção subserviente e acrítica dos Programas de Pós-graduação às políticas implementadas pela CAPES e pelo CNPq;

1.4 a ética na produção do conhecimento, focalizando, especialmente, o direito bioético e a luta contra a exploração destrutiva da natureza;

1.5 o PNPG e suas implicações sobre a definição da agenda de pesquisa e seu financiamento;

1.6 as relações éticas e políticas na produção do conhecimento e na pesquisa socialmente referenciada e as implicações da resolução 96 da CNS e na atuação das CEPs (Comitês de Ética em Pesquisa) nas pesquisas envolvendo seres humanos.

2. Organização de seminário, debates e atividades sobre os temas de C&T em particular sobre a inovação e a EMBRAPPII.

TR - 8

O 60º CONAD delibera:

1. Intensificar a atuação e articulação local e nacional dos GTPAUA e GTCeT no sentido de aprofundar o debate sobre o Marco da Biodiversidade e seus desdobramentos, assim como o debate sobre o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (PL 2177/2011).

2. Lutar contra o PL 2177/2011 que institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, destacando seu papel no processo de mercantilização e privatização da Educação, Ciência e Tecnologia públicas e seus impactos negativos Nas IES públicas, incluindo o trabalho e carreira docente.

3. Construir debates, encontros e seminários nas seções sindicais e regionais, sobre questões urbanas, mercantilização da cidade e seus impactos na universidade pública como forma de subsidiar a construção do Seminário Nacional da temática

TEXTO 9

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

TEXTO DE APOIO

Para enfrentar o aprofundamento da contrarreforma da previdência é necessário intensificar a luta dos docentes das IE e a unidade com o conjunto dos trabalhadores:

O primeiro semestre de 2015 foi marcado pelo aprofundamento das medidas de ajuste fiscal adotadas pelos governos federal, estaduais e municipais, cujo objetivo é dar respostas à crise internacional do capital. A garantia da reprodução do capital, sobretudo em sua dimensão financeirizada, tem se dado com base na retirada de direitos do trabalho, incluídas aí as medidas no campo da seguridade social, como, por exemplo, a redução do direito às pensões por morte e a modificação das exigências para concessão de aposentadoria. Nos estados, avança a implementação da previdência complementar dos trabalhadores do serviço público, a partir da regulamentação e da implementação dos Fundos de Pensão.

As contrarreformas do Estado com retirada dos direitos dos trabalhadores têm sido resposta frequente à crise estrutural, a exemplo do que ocorre nos países da Europa e nas Américas.

A Rede Social para a Educação Pública nas Américas – RedSEPA – realizou o Seminário Internacional sobre Seguridade Social Docente com o tema “Pensiones y jubilaciones dignas para las trabajadoras y los trabajadores de la educación” nos dias 15, 16 e 17 de junho passados, e o ANDES-SN participou apresentando as medidas adotadas pelos governos, as quais implicam em perdas para os trabalhadores, e as respostas que o movimento sindical, em particular o ANDES-SN, tem implementado.

Guardadas as diferenças nas experiências das diferentes países que lá estiveram, com destaque para a existência de regimes previdenciários próprios para docentes em alguns países e outras experiências, o ponto comum foi a implementação de contrarreformas que avançam na perspectiva do estabelecimento de processos de privatização e de sistemas previdenciários em regime de capitalização. Foi possível compartilhar as experiências de luta das entidades sindicais que lá estiveram, e a crítica elaborada no encontro resultou na proposta de uma jornada nas Américas, articulada pela RedSEPA, em outubro de 2015, envolvendo todas as entidades sindicais e da educação que dela participam. O mote será a defesa da seguridade social pública, solidária e em regime de repartição.

O discurso do governo para aprovar tais medidas utilizando-se do corte de cerca de 18 bilhões de reais tem sido utilizado com frequência sob o argumento da necessidade de “defender os trabalhadores” e “garantir o desenvolvimento do país”. Na realidade, o Governo utiliza-se de tais manobras para continuar retirando nossos direitos e garantindo a utilização de recursos do fundo público para pagar juros e amortizações da dívida pública, que no ano de 2014 somaram cerca de 1 trilhão de reais, destinado para remunerar o capital.

As deliberações do 34º Congresso do ANDES-SN, no que diz respeito à caracterização da conjuntura e das ações necessárias para a defesa dos direitos dos trabalhadores e da seguridade social pública, mostram-se atuais. No entanto, as novas iniciativas dos poderes executivo, legislativo e judiciário demandam nossa análise, assim como o ascenso das lutas dos trabalhadores e, em particular, dos servidores públicos federais, que, no momento da elaboração do nosso caderno de textos, avançam na unidade a partir do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais e instalam o Comando Nacional de Mobilização e Greve dos Servidores Públicos Federais. As mobilizações e as greves em curso no setor público e no setor privado têm em sua pauta reivindicações de manutenção e de ampliação dos direitos e se contrapõem às políticas que retiram direitos conquistados.

No campo dos direitos de aposentadoria, constata-se a continuidade e o aprofundamento do projeto de contrarreforma da previdência, em que novos elementos são colocados a cada dia a fim de intensificar a entrega da previdência pública para o capital especulativo.

A aprovação da MP 664, na forma da Lei 13.135, de 17 de junho de 2015, incluindo os vetos presidenciais, confirma a retirada dos direitos referentes ao auxílio-doença e às pensões por morte, dentre outros.

No que se refere às pensões, a lei estabelece novas regras para a concessão com base em redução de direitos, exigindo a carência de dezoito meses de contribuição do trabalhador para a concessão de pensão ao beneficiário, bem como a comprovação de pelo menos dois anos de casamento ou união estável. Tais regras se complementam com outras, como os diferenciais nos períodos de vigência das pensões segundo a idade e expectativa de vida do beneficiário.

Para os beneficiários, cujo período de casamento ou união estável é inferior a dois anos antes do óbito do segurado, resta o direito a quatro meses de pensão. O período de vigência do direito à pensão do beneficiário varia de acordo com sua idade, por ocasião do óbito do segurado - de três anos de vigência, para beneficiários com idade inferior a 21 anos, até vinte anos de vigência, para beneficiários com idade entre 41 e 43 anos de idade. A pensão só será vitalícia se o pensionista tiver 44 anos, no mínimo, quando da data do óbito do segurado.

Não foi sem resistências que se deu o ataque aos direitos dos trabalhadores. Os primeiros meses de 2015 foram marcados por mobilizações e por lutas em relação ao conjunto de medidas e, em particular, aos direitos trabalhistas e previdenciários. Tivemos o dia 15 de abril, Dia Nacional de Paralisação contra o PL 4330/04 e as MP 664 e 665, assim como o dia 14 de maio e o dia 29 de maio, Dia Nacional de Paralisação, com manifestações em todo o país, construído pela nossa Central, a CSP-Conlutas, com outras centrais sindicais.

As ações avançam na perspectiva da necessária construção de uma greve geral apontada por nós no 7º CONAD Extraordinário e no 2º Congresso da CSP Conlutas, em que participamos com a defesa dos itens de nossa pauta, incluindo a pauta referente à luta em defesa da seguridade social pública.

O veto presidencial à Lei 13.135 de 17 de junho de 2015, em especial às mudanças introduzidas na tramitação da Medida Provisória 664 que introduziram o fim do Fator Previdenciário, veio acompanhado da edição da Medida Provisória nº 676 de 18/06/2015 que vincula o fim do fator previdenciário à adoção da fórmula 95/85, assim como o aumento progressivo dos valores da fórmula 95/85 até 2022, quando a soma da idade e de tempo de contribuição deverá alcançar 100/90.

Isso significa dizer que os trabalhadores vão ter que trabalhar mais anos para ter o direito de aposentadoria garantido. Essa medida passou a vigorar a partir do dia 18/6/2015 e terá validade enquanto o Congresso analisa a proposição, considerados os prazos regimentais para a validade da MP. Assim, o governo arrecadará mais e postergará a concessão da aposentadoria dos trabalhadores.

Também foi aprovada a PEC 457/2005 como Emenda Constitucional 88 de 2015 e posterior aprovação no Senado do PLS 264/2015 que estende a idade da aposentadoria compulsória para 75 anos a todos os servidores públicos. Mais uma medida de acúmulo de recolhimento e pouco eficiente para restituir os trabalhadores.

As resoluções do 34º Congresso, em especial as que se referem aos direitos de aposentadoria, tiveram curso nas seções sindicais e, em âmbito nacional, com destaque para as lutas contra a aprovação e implementação da previdência complementar – fundos de pensão – nos estados e a unidade com trabalhadores do setor público e privado na luta contra as MP 664 e 665.

No Paraná, a greve dos professores das estaduais tinha como um dos seus pontos de pauta a defesa dos direitos de aposentadoria. Os docentes, em articulação com outras categorias do serviço público estadual, protagonizaram importante processo de luta e vivenciaram um dos momentos de maior truculência e de criminalização dos movimentos sociais e sindicais vividos no país no primeiro semestre de 2015. Em 29 de abril, por iniciativa do governador Beto Richa (PSDB), as forças policiais reprimiram fortemente os trabalhadores e as trabalhadoras que se manifestavam em uma praça pública, transformando-a em uma praça de guerra.

A pauta da defesa da previdência pública e dos direitos de aposentadoria também é pauta da luta dos docentes das universidades estaduais baianas que têm realizado mobilizações e debates sobre os fundos de pensão.

A integração entre o GTSSA e o setor das estaduais, no sentido de dar consequência às deliberações do 34º Congresso na luta contra os fundos de pensão nos estados, inclusive promovendo debates nacionais, regionais e locais sobre o tema durante o ano de 2015, está em curso. A reunião do setor das estaduais pautou o tema em um debate com participação da coordenação do GTSSA, e o Grupo de Trabalho tem contado em suas reuniões com a participação de representantes das seções sindicais.

Entretanto, cabe destacar que a luta contra os fundos de pensão nos estados restringiu-se aos que aqui citamos – Paraná e Bahia. Considerando que, a partir dos informes das seções sindicais do setor das IEES/IMES, os fundos de pensão já foram implementados em vários estados, como, por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo, ou estão em vias de ser implementados em outros estados, torna-se de fundamental importância ampliar as ações para os demais estados no segundo semestre de 2015, a partir das regionais e seções sindicais. Um quadro mais claro da implementação dos fundos de pensão nos estados torna-se fundamental para implementarmos as lutas necessárias para o enfrentamento, tal como nossas ações na luta contra o FUNPRESP. A avaliação realizada em várias reuniões do GTSSA e do setor das IEES/IEES, compartilhada pela diretoria do ANDES-SN, aponta para a necessidade de um maior envolvimento das regionais e das seções sindicais, no sentido de elaborar um levantamento e uma análise dos fundos de pensão – projetos de lei e leis já aprovadas –, como forma de subsidiar nossa luta.

A aprovação das Medidas Provisórias 664 e 665, como Leis 13.135 e 13.134, e a edição da MP 676 de 18/06/2015 apontam para o aprofundamento da contrarreforma que retira direitos dos trabalhadores e para a necessidade de intensificação de nossas ações,

incluindo o fortalecimento da unidade com os demais trabalhadores do setor público e do setor privado.

Somam-se às ações que já aprovamos como necessárias, como a PEC 555 e a revogação da reforma da previdência, a luta pela revogação das proposições aprovadas e a luta contra a aprovação da MP 676 de 18/06/2015.

A luta pela reestruturação da carreira é também uma luta pelos direitos de aposentadoria:

As mudanças nas carreiras dos servidores públicos iniciadas no governo Fernando Henrique Cardoso, no contexto da implementação da reforma gerencial proposta por Bresser Pereira, introduziram os princípios da Nova Administração Pública com destaque para o estabelecimento de formas de remuneração com base na produtividade, a partir de diversas gratificações.

No caso particular dos docentes das Instituições Federais de Ensino, as gratificações implementadas para as carreiras do Magistério Superior e de 1º e 2º graus/EBTT, respectivamente GED e GID, para além de sua dimensão produtivista, introduziu um diferencial entre a remuneração dos docentes aposentados, antes da data da sanção presidencial das respectivas leis referentes à introdução das gratificações, e a remuneração dos docentes da ativa. O estabelecimento de pontuação de 60% da GED/GID para os docentes aposentados significou, à época, uma perda de cerca de 5 a 15 % no valor da remuneração total em relação aos docentes ativos, cuja variação se deu em função dos diferentes regimes de trabalho e titulação. Posteriormente, houve a redução da desigualdade de remuneração entre docentes aposentados e ativos com base na mudança dos percentuais de pontuação concedidos aos docentes aposentados (de 60% para 80%) e sua posterior integralização em 100% e incorporação.

Se é fato que a incorporação das gratificações produtivistas em seus valores integrais (100%) para ativos e aposentados significou o atendimento de um importante item de nossa pauta de reivindicações da época, com consequências positivas para os docentes aposentados, também é fato que as perdas progressas na remuneração dos docentes não foram revertidas.

Também cabe ressaltar que outras alterações na carreira representaram perdas para os aposentados. Para o magistério superior, a criação da classe de professor associado em 2006, ainda que reivindicada pelo ANDES-SN na ocasião, foi implementada sem a transposição dos aposentados que estavam retidos na classe de adjunto 4, em decorrência da ausência de vagas e de concursos para a classe de professor titular, resultando em perdas na remuneração dos aposentados entre 10% e 30%, segundo regimes de trabalho.

Tais perdas não só não foram revertidas como também se aprofundaram quando da implementação da Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012. As diferenças entre a remuneração dos docentes aposentados retidos na classe de adjunto 4, com doutorado, e os valores remuneratórios da classe de associado 4, com doutorado, são de 24,27%, 15,37% e 41,20%, respectivamente para docentes em regime de 20h, 40h, DE.

A desestruturação da carreira, com o fim dos degraus remuneratórios entre classes e níveis, a supervalorização do Vencimento Básico e Retribuição por Titulação para a classe de professor associado e a não transposição dos docentes aposentados, tal como reivindicada pelo ANDES-SN, são elementos centrais da luta dos docentes das IFE,

sobretudo no momento atual da greve e das reuniões com o governo federal em que está pautada a reestruturação da carreira com a devida correção das distorções.

A continuidade de uma estrutura de carreira com classes e níveis, tal como estabelecida pela lei em 2012, sem relações percentuais entre níveis, classes, regimes de trabalho e titulação e descolada das tabelas salariais, compostas por valores nominais e arbitrada de forma unilateral pelo governo, tal como foi em 2012, torna-se um elemento a ser combatido não só pelo que impactou nos direitos dos aposentados na atualidade, mas também para os docentes da ativa, posto que outras distorções salariais advindas de decisões unilaterais do governo poderão se dar, com consequências para o trabalho docente e para o direitos dos aposentados, atuais e futuros aposentados, como quebra da paridade de fato.

Assim como as lutas do ANDES-SN foram importantes para a incorporação das gratificações produtivistas ao vencimento básico, em valores de 100%, prosseguir na defesa da reestruturação da carreira docente com base nos conceitos defendidos pelos ANDES-SN e na defesa da transposição dos docentes aposentados considerando sua expectativa de progressão em relação ao topo da carreira, conforme defendido pelo ANDES-SN é central na defesa dos direitos de aposentadoria.

Dentre as medidas que impactam negativamente os direitos dos aposentados, temos a implementação do RSC para os docentes da ativa. Esse tema foi objeto do 34º Congresso, quando foram debatidas as concepções de carreira e de trabalho docente, subjacentes à proposta de RSC do governo, e aprovados os encaminhamentos sobre a RSC – análise de seus prováveis impactos na carreira docente e a necessária luta pelo direito à qualificação dos professores, negligenciado pelo RSC. Mais uma vez, a mudança na carreira impactou negativamente nos direitos dos aposentados e deliberou pela defesa da isonomia entre ativos e aposentados, inclusive em relação ao RSC.

Saúde do trabalhador docente e o processo de conscientização sobre a precarização e a intensificação do trabalho docente

Nos últimos anos, problemas relacionados ao mundo do trabalho seguem se acumulando, cristalizando uma outra forma de organização e de estruturação do trabalho docente. Tal cenário se relaciona diretamente ao processo de acumulação capitalista no setor educação, em particular ao ensino superior.

As mudanças e as restrições impostas à universidade pública, em seus três pressupostos de existência – ensino, pesquisa e extensão –, vem sofrendo com as políticas do governo federal, as quais estão assentadas na contrarreforma do Estado e na intensificação da sua subserviência ao capital financeiro nacional e internacional, em atendimento às demandas do setor produtivo industrial, reconfigurando, assim, o papel acadêmico das universidades públicas, e, por consequência, o papel e o processo de trabalho docente.

Refém desse contexto e da política de governo, centralmente assentada na economia de mercado e na remuneração do capital, cobre a vida acadêmica a lógica da produtividade e da meritocracia, impondo aos docentes não somente a intensificação do ritmo de suas atividades acadêmicas, mas também a submissão a um sistema neoescravocrata, imposto por órgãos estranhos a estrutura da universidade.

A introdução de novos ritmos à sua atividade docente – produtividade, intensificação, sequestro da autonomia do trabalho acadêmico ao processo de precarização e privatização, deterioração das condições de trabalho e de desvalorização do trabalho docente – tem contribuído sistematicamente para o avanço do processo de adoecimento.

O grau de penosidade do exercício docente, determinante pelas alterações do cenário epidemiológico de sua práxis, favorece o aparecimento e a ampliação de uma gama de agravos à saúde.

O ANDES-SN, diante desse cenário, vem se debruçando sobre a questão, buscando ampliar os espaços de debate, e mobilização e enfrentamento, seja por meio de ações com as suas Seções Sindicais e GT de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria locais, seja pelas ações nacionais para o seu enfrentamento.

VII - SEGURIDADE SOCIAL E ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

O 34º CONGRESSO delibera:

1. *Unificar a luta dos docentes e os demais trabalhadores em defesa da Previdência Pública e Estatal sob regime de repartição, do direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência.*

1.1 *Por meio de ação organizada do ANDES-SN e CSP-Conlutas, por suas Seções Sindicais e Secretarias Regionais do ANDES-SN, atuar contra a FUNPRESP e a Reforma do Sistema Previdenciário, incluindo as Medidas Provisórias 664 e 665/2014.*

2. *Que o ANDES-SN estabeleça um calendário para realização de dossiê sobre a situação das aposentadorias nas três esferas: federal, estadual, municipal.*

2.1 *Que o ANDES-SN desenvolva análise jurídica sobre a Previdência Complementar nos Estados para os Servidores Públicos, por meio de suas assessorias, para subsidiar ações de combate à privatização da Previdência nos Estados.*

3. *Realizar, no mês de abril de 2015, articulando com a CSP-Conlutas e com os demais servidores públicos nos Estados, um dia de luta pelos direitos de aposentadoria.*

4. *Realizar, nos dias 6 e 13 de março, dias de luta pela retirada das MPs 664 e 665, articulando com os demais servidores públicos dos estados e com a CSP-Conlutas.*

5. *Intensificar a luta pelo direito dos aposentados e pensionistas através de um calendário que comporte encontros regionais e estaduais a partir da mobilização de base, unificando com os setores federais, estaduais e municipais.*

6. *Articular a luta pela estruturação da carreira docente à garantia do direito à aposentadoria com integralidade e paridade.*

7. *Intensificar a luta contra o FUNPRESP e fundos de previdência nos estados e municípios; lutar pela revogação da Reforma da Previdência e sua expressão em nível federal - FUNPRESP - e nas esferas estaduais e municipais, através de materiais com informações atualizadas para ser distribuído nacionalmente e promover seminários regionais e locais sobre o tema durante o ano de 2015.*

8. *Realizar Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria.*

9. *Em relação à privatização da saúde e à EBSEH, o ANDES-SN deve:*

a) *desenvolver ações nas seções sindicais das IFES onde não há HU no sentido de:*

i. *solicitar às administrações centrais informações sobre a expansão dos cursos da área de saúde e os compromissos assumidos junto ao MEC sobre a construção de hospitais e/ou federalização de hospitais públicos vinculados à assinatura de contrato com a EBSEH;*

ii. *implementar ações no interior das IFES, em conjunto com técnicos administrativos e estudantes, na luta contra a privatização dos hospitais decorrente dos compromissos assumidos junto à EBSEH;*

iii. *lutar para que a criação de novos cursos na área de saúde se dê a partir do debate nas instâncias democráticas da universidade.*

- b) dar continuidade, ampliar e intensificar as ações já aprovadas nas deliberações dos Congressos e Conad, sobre essa temática;*
- c) produzir material de divulgação a partir das informações coletadas pelas seções sindicais relativas ao processo de implementação da EBSEH e aos processos de resistência à contratualização, articulando os dados e as experiências de luta nos materiais produzidos;*
- d) Fortalecer o SUS e intensificar a articulação com as entidades sindicais dos trabalhadores federais, estaduais e municipais do Sistema Único de Saúde, incluindo a luta contra a ampliação da ação da EBSEH que promove a adesão dos demais hospitais públicos vinculados ao SUS e a revogação dos contratos existentes;*
- e) dar continuidade, em articulação com a CSP-Conlutas, Fasubra, SINASEFE, movimento estudantil, a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, movimentos sociais, à luta em defesa dos Hospitais públicos e contra a privatização dos mesmos, a partir da expansão da atuação da EBSEH;*
- f) participar do ato nacional contra a EBSEH no dia 6 de março de 2015, no Rio de Janeiro e nos atos dos demais estados; e do V Seminário da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, nos dias 27 a 29 de março de 2015, no Rio de Janeiro;*
- 10. Solicitar ao setor das IEES/IMES a produção de material que alerte as IEES quanto à introdução, durante as etapas finais do trâmite legislativo da Lei 12550 (EBSEH), aprovada no Congresso Nacional em 15/12/2011, de um artigo adicional (Art.17), que permite aos governos estaduais a criação de “empresas públicas de serviços hospitalares”.*
- 11. Atualizar a análise das potenciais implicações da eventual criação de “empresas públicas de serviços hospitalares” nos Estados, no que se refere à manutenção das atuais atribuições dos HUS dentro das respectivas IEES, em especial nos campos do ensino e da pesquisa, para pautar no GTSSA e GTPE.*
- 12. Que o ANDES-SN impulse a luta nacional, de denúncia sobre o corte de direitos resultantes das MPs 664 e 665, em sua base.*
- 13. Que o ANDES-SN, junto aos demais sindicatos, centrais sindicais e movimentos sociais desenvolva ações necessárias para ampliar a mobilização e luta pela retirada e/ou revogação das MPs 664 e 665.*
- 14. Que o ANDES-SN desenvolva análise jurídica, por meio de suas assessorias jurídicas, para subsidiar ações políticas e jurídicas de combate à retirada de direitos que está no conteúdo das MP 664 e 665.*
- 15. Dar continuidade a aplicação da pesquisa sobre a saúde e adoecimento docente.*
- 16. Organizar oficinas regionais e/ou inter-regionais, em 2015, com o objetivo da implementação da pesquisa de saúde e adoecimento do trabalhador docente.*
- 17. Realizar o VI Encontro Nacional de Saúde do Trabalhador.*

TR - 9

O 60º CONAD, delibera:

1. Realizar os encontros regionais e estaduais pelo direito dos aposentados e pensionistas no mês de setembro a partir da mobilização de base, se possível unificando com entidades dos servidores públicos federais, estaduais e municipais,
2. Realizar o Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria no mês de outubro de 2015;

3. Integrar a campanha da REDSepa, no mês de outubro de 2015, em defesa da Previdência Pública e Estatal sob o regime de repartição, do direito à aposentadoria integral e contra a privatização da Previdência;
4. Realizar 2 oficinas inter-regionais, entre setembro e novembro de 2015, com o objetivo de avançar na implementação da pesquisa sobre saúde e adoecimento do trabalhador docente;
 - a) Oficina I, envolvendo as Secretarias Regionais – NE III, NE II, NE I, N I e NII – que será sediada pela Regional NE III, na cidade do Salvador, estado da Bahia;
 - b) Oficina II, envolvendo as Secretarias Regionais – Planalto; Pantanal, Leste, Rio de Janeiro, São Paulo, Sul e RS, na cidade de Curitiba, estado do Paraná.
5. Subsidiar ações de combate à privatização da previdência pública, desenvolvendo a partir das regionais e seções sindicais, levantamento dos dados referentes à previdência complementar para os servidores públicos, incluindo a análise jurídica;
6. Lutar pela revogação da MP 676 de 2015, articulando com os demais trabalhadores e com a CSP-Conlutas;
7. Dar continuidade à luta pela reestruturação da carreira docente, incluindo a luta pela garantia do direito à aposentadoria com integralidade e paridade;
8. Reafirmar a luta pela revogação da reforma da previdência e de medidas que retiram direitos, tais como o fator previdenciário e fórmulas similares substitutivas;
9. Lutar pela revogação da Lei 13.135, originária da MP 664 de 2014

TEXTO 10

Diretoria do ANDES-SN

AValiação E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DE POLITICA DE COMUNICAÇÃO

TEXTO DE APOIO

O 34º Congresso do ANDES-SN deliberou que ações fossem reiniciadas, no âmbito do sindicato, com relação a Arte e Cultura, visando construir um conjunto de informações capaz de imprimir uma dinâmica de intervenção política, na base sindical e na sociedade. Contudo, em análise pelo GTCA, percebeu-se que a dimensão destas questões, apesar de importante, constitui-se uma árdua tarefa pela condição incipiente de discussão no sindicato e sua alta complexidade, fazendo com que futuras atividades nessas áreas se voltem inicialmente para a produção de um diagnóstico e, a partir dele, sejam estabelecidas linhas de ação.

A criação do repositório jornalístico ArquivAndes, instrumento de fluxo da comunicação sindical do ANDES-SN, implica necessariamente no estabelecimento de mecanismos facilitadores para sua consulta e manutenção, capazes de garantir a unidade comunicacional prevista em sua Política de Comunicação. Ações das Seções Sindicais são urgentes e fundamentais, no sentido de transformar o repositório em ambiente propício de compartilhamento de informações e materiais jornalísticos.

A revista *Universidade & Sociedade* mantém-se como um dos importantes instrumentos políticos das linhas de ação defendidas pelo ANDES-SN. É importante que a produção da revista crie alternativas plausíveis para sua adequação ao formato eletrônico, de acesso facilitado on-line. Igualmente importante é a busca por uma melhor distribuição da revista impressa, notadamente nos espaços acadêmicos e sindicais do país, visando à amplitude dos enfoques políticos propugnados pelo Sindicato.

Os Encontros Nacionais de Comunicação promovidos pelo sindicato já se constituem num dos espaços privilegiados de discussão dos aspectos midiáticos e da comunicação democrática no ambiente sindical. Com a participação de docentes, jornalistas, designers e artistas gráficos e audiovisuais vinculados às estruturas de comunicação do ANDES-SN, os Encontros atualizam o conhecimento técnico da ação jornalística sindical e estabelecem debates político-críticos sobre o desempenho das estruturas midiáticas nacionais e internacionais, com vistas ao estabelecimento de um sistema de comunicação social democrático no país.

Todas estas ações devem continuar sendo estimuladas no interior do ANDES-SN, constituindo o eixo norteador do GT Comunicação e Artes, na busca de uma comunicação mais democrática e na efetiva intervenção sindical nas políticas públicas nacionais de Arte e Cultura.

V - COMUNICAÇÃO E ARTE

O 34º CONGRESSO delibera:

1. Propor a discussão sobre Arte e Cultura, com vistas a intervenção do sindicato na área artística e comunicacional, a partir de:

a) identificação, no âmbito das IES, de práticas de fomento artístico, inclusive de cursos de formação;

b) levantamento das atuais políticas públicas para as áreas de produção audiovisual (cinema e TV), artes cênicas, artes plásticas e radiodifusão;

c) levantamento e análise da política de concessão de rádio e TV no país;

d) levantamento de práticas de rádios e TVs universitárias e comunitárias;

e) identificação dos movimentos reivindicatórios pela democratização no acesso à produção e difusão de atividades artísticas, nos estados;

f) intensificação do trabalho no FNDC, visando a articulação dos movimentos em defesa de políticas públicas pela democratização da comunicação no país;

g) aplicação imediata do uso das ferramentas de internet (redes sociais, portais e sites) para debate, mobilização e fortalecimento do ANDES-SN e suas seções sindicais.

2. Promover o debate, no interior do sindicato, sobre o significado da comunicação privada, pública e estatal, resgatando inclusive as experiências de outros países.

3. Intensificar, a coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) da Comunicação Social Eletrônica, ao mesmo tempo em que devem promover a ampla divulgação de seus princípios.

4. Que o Andes fortaleça o GTCA, promovendo atividades nacionais para melhoria da comunicação nas seções sindicais e fortaleça o Seminário Nacional de Comunicação da CSP-Conlutas.

5. Potencializar o trabalho de agitação e propaganda por diversos meios e formas visando ampliação do debate das pautas do sindicato com a base sindical, com o conjunto da comunidade acadêmica e sociedade.

6. Fortalecimento da produção e circulação de meios e formas de arte e comunicação que fortaleçam a cultura política da base sindical.

7. Divulgar o 2º Encontro Nacional pelo direito a comunicação, a ser realizado em 10, 11, 12 de abril, em Belo Horizonte (MG) produzido pelo Fórum Nacional pela Democratização a Comunicação (FNDC) divulgando o evento em seus canais de informação.

TR – 10

O 60 CONAD delibera:

1. Realizar um mapeamento das televisões e rádios universitárias, bem como a análise de suas práticas comunicacionais, a partir de um questionário on-line a ser encaminhado às Seções Sindicais e coordenado pela coordenação do GTCA nacional.
2. Incentivar o uso das informações contidas no Repositório Arquivandes pelas Seções Sindicais, facilitando aos usuários usufruir de seu acervo e estimulando-os a contribuir em sua manutenção jornalística.
3. Indicar à comissão editorial da revista Universidade & Sociedade a produção de sua versão digital on-line para visualização no site do ANDES-SN.
4. Estudar formas de produção e distribuição da revista impressa, pela ação conjunta do GTCA e comissão editorial, de forma a minimizar custos operacionais e a ampliar sua penetração no interior das universidades e nos movimentos sociais.
5. Realizar o IV Encontro Nacional de Comunicação e Artes nos dias 24 e 25 de outubro de 2015, sob o tema “Articulação Arte, Comunicação e Movimento Sindical: Princípios e Desafios”, como atividade preparatória pelas Seções Sindicais até o final de setembro.

TEXTO 11

Contribuição dos professores Otaviano Helene, Lighia Horodynski-Matsushigue e João Zanetic - sindicalizados da ADUSP Seção Sindical.

NECESSIDADES DE RECURSOS EDUCACIONAIS NOS DIFERENTES ESTADOS

TEXTO DE APOIO

O produto interno bruto (PIB) de um país, uma região, um estado ou uma cidade é a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços produzidos durante um período determinado, usualmente, um ano. Assim, dizer que um determinado percentual do PIB é destinado à educação significa que, daquele produto, o mesmo percentual é destinado à remuneração dos trabalhadores da educação em todos os níveis e modalidades, à compra de materiais escolares, à construção e manutenção das instalações educacionais, como bibliotecas e laboratórios, a despesas com água, eletricidade e telefonia dos estabelecimentos educacionais e a todas as outras despesas diretamente ligadas à educação.

Entretanto, se um país destina determinado percentual de seu PIB à educação pública não significa, necessariamente, que cada um de seus municípios, estados ou regiões invistam o mesmo percentual de seus respectivos PIBs em educação, pois as demandas podem variar de um local para outro. Isso ocorre, entre outros fatores, por causa de atrasos escolares diferentes, por causa da existência de maiores ou menores contingentes populacionais na idade escolar ou, mesmo, por causa de diferenças na própria produção econômica.

A NECESSIDADE DOS 10% DO PIB

No final da década de 1990, diversas entidades, agrupadas no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, elaboraram uma proposta de Plano Nacional de Educação (PNE – *Proposta da Sociedade Brasileira*), no qual havia um diagnóstico da lamentável situação da educação brasileira e uma estimativa da quantidade de recursos necessários para construir um sistema educacional democrático, amplo, de boa qualidade e não excludente. Como metodologia de trabalho, optou-se por usar como referência para avaliar os recursos necessários não uma moeda qualquer, mas o próprio Produto Interno Bruto (PIB). Essa sistemática permite comparações interestaduais e internacionais e não exige atualizações frequentes das estimativas.

Para os cálculos feitos, o PNE-*PSB* pressupunha, entre outras coisas: que mais crianças fossem incorporadas no sistema educacional, com fluxo escolar estabilizado, dos anos iniciais até o ensino médio e, posteriormente, ao ensino superior; que mais professores fossem formados ao longo do tempo, na medida das necessidades crescentes, e incorporados ao sistema educacional; que os salários fossem condignos e as condições de trabalho dos professores fossem melhoradas – menores cargas semanais, classes menos numerosas e escolas melhor equipadas (bibliotecas, laboratórios e espaços para atividades culturais, pedagógicas e esportivas, entre outros equipamentos); que o atendimento aos estudantes fosse ampliado, tanto em termos de horas de permanência nas escolas como atendimentos especiais.

Sob essas premissas, estimou-se que, ao final da década, seriam necessários recursos equivalentes a cerca de 10% do PIB nacional. Evidentemente, esse percentual do PIB seria gasto de forma diferente nos diversos estados, pois os problemas educacionais também eram, e ainda são, diferentes.

Vale observar que 10% do PIB é próximo àquilo que países que superaram os atrasos educacionais investiram para tal. Posteriormente, seria possível manter um bom sistema educacional com um percentual menor do PIB, na medida em que os atrasos educacionais fossem superados e a participação de crianças e jovens na população fosse reduzida, como ocorreu em diversos países.

Desde o final da década de 1990, dois fatores mudaram. De um lado, a porcentagem de crianças e jovens na população foi reduzida, sugerindo que os mesmos objetivos poderiam ser atingidos com menos recursos. Entretanto, de outro lado, as demandas e necessidades educacionais aumentaram como consequência da sofisticação do sistema produtivo – desde então, passaram-se quase duas décadas – e da maior demanda pela educação infantil e superior. Consequentemente, as contas indicam que continuamos necessitando os mesmos 10% do PIB.

INVESTIMENTOS POR ESTADO

Entretanto, 10% do PIB na média nacional não significa, necessariamente, que em cada estado sejam investidos 10% do respectivo PIB, uma vez que os problemas educacionais variam bastante e a capacidade econômica dos estados também. Como exemplo, enquanto em alguns estados as taxas de analfabetismo na faixa etária dos 15 aos 24 anos se aproximam dos 5%, ou mesmo, superando esse valor (Acre, Alagoas, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte), problema que demanda um programa intenso e urgente de alfabetização, em outros elas estão próximas ou abaixo de 1%. Diferenças equivalentes são encontradas em outros indicadores, como a evasão escolar antes da conclusão do ensino fundamental, bastante baixa em alguns poucos estados, mas que pode atingir quase a metade das crianças em outros.

Há, ainda, outros aspectos que diferenciam os vários estados quanto à necessidade de recursos educacionais: a porcentagem de jovens e crianças em suas populações. Por exemplo, enquanto ES, PR, RJ, RS, SC e SP têm cerca de 30% de suas populações até 19 anos de idade, vários estados têm 40% ou mais de seus habitantes nessa faixa etária (AC, AP, AM, MA, PA, e RR), indicando, portanto, demandas educacionais bem maiores. Além disso, é necessário lembrar que os estados com maiores atrasos educacionais e maiores contingentes de crianças e jovens coincidem com aqueles com menores rendas *per capita*; portanto, investimentos por estudante que tomem como referência a média nacional corresponderão, nesses estados, a percentuais maiores dos PIBs do que nos estados com maiores rendas *per capita*.

Em resumo: os estados mais pobres, com maiores proporções de jovens e crianças e com maiores atrasos educacionais necessitam percentuais maiores de seus respectivos PIBs do que a média nacional de 10%; de outro lado, estados com menores atrasos educacionais, menores contingentes de jovens e maiores rendas *per capita* necessitam percentuais menores de seus PIBs para superar seus problemas educacionais.

ESTIMANDO AS NECESSIDADES ESTADUAIS

Uma possível estimativa da necessidade de recursos em cada estado seria supor que o investimento por criança ou jovem a ser escolarizado seria o mesmo, em valores monetários, em todos os estados. Para estimar a porcentagem do PIB estadual a ser investido em educação calculado por esse método basta dividir o percentual de jovens a ser escolarizado em cada estado (em relação à totalidade de jovens a ser escolarizado no país) pela participação daquele estado no PIB brasileiro e multiplicar o resultado por 10%. Por exemplo, se um estado tiver 6% da população brasileira a ser escolarizada e seu PIB corresponder a 3% do PIB nacional, o investimento educacional naquele estado corresponderá a 20% do PIB local; inversamente, se tiver 3% da população a ser escolarizada e 6% do PIB, precisará destinar apenas 5% de seu PIB para a educação.

Podemos estimar a demanda educacional como sendo proporcional à população com idade até 19 anos². Efetuando o cálculo acima, em casos extremos (grande proporção de jovens e crianças na população e baixa renda local), o resultado levaria a valores próximos ou mesmo superiores a 30% do PIB estadual (veja coluna D da tabela). No

2

A demanda por educação é igual à totalidade da população até a idade correspondente à conclusão do ensino fundamental, a uma grande parte da população na faixa etária correspondente ao ensino médio e a parte da população na idade correspondente ao ensino superior. Entretanto, o que importa é apenas a demanda educacional em cada estado em relação à demanda educacional no país todo. Assim, estimar a demanda como proporcional à população até os 19 anos de idade é uma aproximação suficiente para o que se pretende.

outro extremo, alta renda e pequena porcentagem da população na idade escolar, o resultado levaria a valores tão baixos como 3% do PIB local, como no Distrito Federal, ou pouco mais do que 6% do PIB, nos casos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Estado	(A) % do PIB nacional	(B) População (milhões)	(C) % de jovens	(D) % do PIB estadual	(E) % do PIB estadual
Acre	0,21	0,77	0,51	24,1	17,1
Alagoas	0,67	3,30	1,94	29,2	19,6
Amapá	0,24	0,73	0,50	21,1	15,5
Amazonas	1,47	3,80	2,46	16,7	13,4
Bahia	3,80	15,00	8,14	21,3	15,6
Ceará	2,00	8,80	4,78	23,9	16,9
Distrito Federal	3,93	2,80	1,31	3,3	6,7
Espírito Santo	2,47	3,80	1,78	7,2	8,6
Goiás	2,79	6,40	3,19	11,4	10,7
Maranhão	1,30	6,80	4,21	32,5	21,2
Mato Grosso	1,80	3,20	1,69	9,4	9,7
Mato Grosso do Sul	1,23	2,60	1,33	10,9	10,4
Minas Gerais	9,24	21,00	9,82	10,6	10,3
Pará	2,03	8,00	4,95	24,4	17,2
Paraíba	0,86	3,90	2,00	23,2	16,6
Paraná	6,96	11,00	5,14	7,4	8,7
Pernambuco	2,61	9,20	4,86	18,6	14,3
Piauí	0,56	3,20	1,74	31,0	20,5
Rio de Janeiro	10,79	16,0	7,00	6,5	8,2
Rio Grande do Norte	0,90	3,40	1,74	19,4	14,7
Rio Grande do Sul	6,15	11,00	4,65	7,6	8,8
Rondônia	0,69	1,73	0,94	13,6	11,8
Roraima	0,17	0,49	0,33	19,7	14,8
Santa Catarina	3,98	6,60	2,99	7,5	8,8
São Paulo	32,05	44,0	19,91	6,2	8,1
Sergipe	0,63	2,20	1,19	19,0	14,5
Tocantins	0,45	1,50	0,86	19,2	14,6
Total (ou média)	100	201	100	10	10

A) Participação no PIB nacional (%)

B) População (milhões)

C) Porcentagem da população até 19 anos de idade em relação à população total do país na mesma faixa etária

D) Porcentagem necessária do PIB estadual na hipótese de investimento igual por estudante em todos os estados

E) Média entre os valores correspondentes aos recursos na coluna D e 10% do PIB estadual

Entretanto, esse tipo de estimativa é incompleto, pois não considera outros aspectos das realidades econômicas locais. Grande parte dos custos educacionais corresponde a salários e o que pode ser aceito como um salário atraente varia bastante. Assim, no Distrito Federal, onde a renda per capita é 8 vezes maior do que a do Piauí, por exemplo, evidentemente um salário atraente deve ser, também, bem maior. Portanto, outro referencial a ser adotado é o dos 10% do PIB local que inclui tanto as possibilidades de cada estado como as necessidades salariais. Entretanto, por esse critério, o investimento por estudante no DF seria quase dez vezes superior ao investimento por estudante nos estados mais pobres e os investimentos em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Paraná, cinco vezes maiores. Assim, o critério de 10% do PIB local em cada estado e no Distrito Federal contribuiria para perenizar as diferenças regionais do país.

Portanto, para evitar essas disparidades, uma estimativa mais realista é adotar um valor intermediário entre os dois casos: na coluna E da tabela aparece a média simples entre o valor calculado na coluna D (com base em um investimento por estudante igual em todos os estados) e 10% do PIB de cada estado. Com essa estimativa média, vemos que alguns estados e o Distrito Federal, quer por terem populações jovens em menores proporções, quer por terem maiores rendas per capita, podem superar seus atrasos educacionais com investimentos abaixo dos 10% dos correspondentes PIBs.

No outro extremo, há estados que precisariam de investimentos próximos a 20% do PIB local, como Alagoas, Maranhão e Piauí. Embora esses percentuais do PIB possam parecer excessivamente altos, cerca de 10% a mais do que na média nacional, esses três estados têm, no conjunto, apenas perto de 2,5% do PIB nacional; portanto, os recursos adicionais em relação à média no país correspondem a cerca de 10% de 2,5% do PIB nacional, ou seja, perto de 0,25%. A necessidade de percentuais maiores dos PIBs destinados à educação exatamente nos estados com menores rendas per capita pressupõe um rateio entre os demais membros da União, com contribuição tão maior quanto maior for a renda per capita do estado contribuinte.

CONCLUSÃO

Os valores indicados são estimativas globais. Análises mais detalhadas das realidades locais podem levar a valores mais precisos. É possível, por exemplo, que nos estados de maiores rendas per capita e, portanto, com maiores possibilidades de investimentos educacionais, os investimentos sejam maiores do que aqueles indicados na coluna E da tabela, apressando a superação de seus atrasos educacionais, sem pressionar muito as outras atividades.

TR - 11

O 60º CONAD delibera que as Seções Sindicais (S.Sind) e ADs - Seções Sindicais deverão fazer estimativas do investimento necessário para construir um sistema educacional igualitário, de qualidade e democrático, como percentual do PIB de cada estado e do Distrito Federal.

TEXTO 12

Contribuição dos professores Ediane Lopes de Santana,, Caroline de Araújo Lima, Vamberto Ferreira Miranda Filho e Milton Pinheiro - sindicalizados da ADUNEB Seção Sindical.

CONTRA A OFENSIVA CONSERVADORA NA EDUCAÇÃO: OUSAR LUTAR!³

TEXTO DE APOIO

Desde o início dos questionamentos envolvendo os espaços de poder na sociedade e o lugar das mulheres nos mesmos, até a formulação do conceito de relações de gênero, e suas diversas reformulações, muito tempo se passou. Este foi formulado em meados da década de 70 do século XX e teve por objetivo aprofundar as análises em torno das relações sociais construídas a partir das diferenças sexuais que cada sociedade estabelece em sua organização. O conceito de relações de gênero visou problematizar todas estas relações sociais como também relações de poder que se estabelecem no cotidiano – sejam em espaços públicos ou privados – que em geral são verticalizadas e estabelecidas a partir de um conteúdo desigual.

Portanto, a equidade de gênero se tornou uma das bandeiras principais dos feminismos e grupos LGBTTQI na atualidade; muitos destes são consensuais em compreender a necessidade de questionarmos as relações de poder estabelecidas em torno das relações de gênero, especialmente as que partem dos padrões ocidentalizados e heteronormativos.

Desde as primeiras formulações em torno destas relações de gênero, até os dias atuais, os movimentos feministas e LGBTTQI obtiveram diversos avanços em sua pauta. Entretanto, muito ainda está por ser conquistado.

Na proposta pela busca desta equidade, lutamos, tendo como horizonte político, a busca pelo poder horizontal. Neste sentido, os movimentos feministas e LGBTTQI, acumularam uma longa trajetória de lutas, perdas e ganhos. Dentre essas vitórias, destacamos a entrada do debate de equidade de gênero na educação, especialmente a partir do questionamento das relações desiguais e sexistas que foram, pouco a pouco, se naturalizando tanto na educação doméstica quanto nas escolas, que acabam por refletir a forma como a sociedade estabelece os padrões de gênero. Como exemplo, nossas crianças, hegemonicamente, são educadas a estabelecerem lugares diferenciados para “meninos e meninas”, lugares que “moldam” uma feminilidade e uma masculinidade que se reflete também nos lugares sociais e na visão de mundo destes/destas futuros/as adultos/as.

O que está em risco e qual o nosso papel, enquanto ANDES

Este ano, todo movimento feminista e LGBTTQI foi surpreendido com a retirada de mais uma das nossas reivindicações históricas. Desta vez, a ofensiva conservadora, que já vinha em uma crescente no Brasil – especialmente a partir do crescimento de grupos conservadores das religiões neopentecostais e católica – alcança diretamente também a educação, forçando-nos, enquanto sindicato nacional que estabeleceu nas suas ações o

³ Este texto conta com partes do texto apresentado ao 34º Congresso do ANDES.

combate às desigualdades de gênero e homofobia, a nos debruçarmos a respeito desta discussão, bem como estabelecer ações de combate.

A comissão de finanças e orçamento, debruçada sobre o Plano Municipal de Educação (PME), a partir da alteração do Plano Nacional de Educação (PNE), em audiências públicas, recebeu indivíduos e grupos organizados que reivindicaram a retirada do combate à homofobia e às questões de gênero destes referidos planos, argumentando uma suposta “ideologia de gênero”. Em muitas cidades, a retirada deste conteúdo já foi aprovada nas Câmaras de vereadores/as, assim como no Plano Nacional de Educação, demonstrando a força desta ofensiva conservadora neste país.

Estes grupos e indivíduos, sendo a sua maioria pertencente aos setores conservadores das religiões católicas e evangélicas, supõem que as reivindicações dos movimentos feministas e LGBTTTQI teriam por objetivo estabelecer uma confusão entre pais, mães, educadores e educadoras, na educação de crianças e jovens, quando propõem que não devemos reforçar conteúdos e tratamentos sexistas nas nossas escolas.

No entendimento destes setores conservadores, ao rompermos com o tratamento sexista, ao questionarmos o padrão binário de gênero heteronormativo e ocidentalizado (que desconsidera crianças e jovens cujas identidades sexuais fogem deste padrão) presentes ainda nas nossas escolas, estaríamos instituindo o caos social, visto que traríamos mudanças bruscas no formato atual estabelecido por nossas educadoras e educadores.

Tatiana Lionço, do grupo feminista Geledés, faz um esforço de nos explicar o que está explícito na formulação de “ideologia de gênero” elaborada por estes grupos conservadores acima referidos:

Buscando sistematizar os múltiplos adjetivos adotados pelos mesmos, resumiria o que entendo por seu argumento desqualificador sobre pessoas que reivindicam democratização dos direitos sexuais e reprodutivos nos seguintes termos: a “ideologia de gênero” é uma imposição totalitária, ditatorial, visando uma sociedade marxista, revolucionária, ateia, nefasta, perversa e iníqua por meio de concepções falsas, artificiais, antinaturais e esdrúxulas, que tornam a vida doente, aberrante e imoral.⁴

De acordo com a mesma autora, estes setores se baseiam em escritos de alguns líderes religiosos. Dentre estas referências, a autora destaca do Geledés destaca o livro **A estratégia – o plano dos homossexuais para transformar a sociedade**, escrito por um reverendo norte-americano e traduzido para o português pela editora evangélica Central Gospel, da Associação Vitória em Cristo do pastor Silas Malafaia. Contra este livro foi instituído um inquérito civil, por parte do Ministério Público, sob alegação de que a narrativa violaria direitos de coletividades. A autora também aponta outras referências, todas ligadas aos setores conservadores católicos:

O livro de referência dos católicos ativistas do anti-feminismo e anti-direitos sexuais e reprodutivos foi escrito pelo acadêmico argentino Jorge Scala e apresenta como título Ideologia de Gênero – neototalitarismo e a morte da família, tendo sido

⁴ Leia a matéria completa em: “Ideologia de gênero”: a emergência de uma teoria religiosa sobre os riscos da democracia sexual - Geledés <http://www.geledes.org.br/ideologia-de-genero-emergencia-de-uma-teoria-religiosa-sobre-os-riscos-da-democracia-sexual/#ixzz3eq4w7tOh>

traduzido para o português por uma editora católica, a Katechesis. As teses contidas no livro passaram a ser replicadas por autoridades católicas do Brasil, com destaque para o texto de Dom Orani Tempesta, arcebispo do Rio de Janeiro, publicado no sítio virtual da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), mas também em blogs por Dom Anuar Battisti, arcebispo de Maringá (PR), Dom Antonio Carlos Rossi Keller, bispo de Frederico Westphalen (RS), Dom Fernando Rifani, bispo de Maria Vianney (Campos de Goytacazes/RJ) e no jornal A Tarde, por Dom Murilo Krieger, arcebispo de São Salvador da Bahia e primaz do Brasil.⁵

Acreditamos que essa ofensiva conservadora não diz respeito somente ao conteúdo de gênero, ao combate à homofobia e lesbofobia. O próprio conteúdo das falas e escritos destes setores conservadores demonstra que o projeto de sociedade por eles defendido é composto por um conteúdo de gênero, racial e também um forte conteúdo de classe que ratifica a exploração e as diversas opressões tão combatidas pelo histórico deste sindicato. No seu 34º Congresso o ANDES avançou na luta quando aprovamos a descriminalização do aborto e a desmilitarização, duas propostas que dialogam diretamente com o combate à ofensiva conservadora do capitalismo destes últimos tempos.

Neste sentido, propomos a seguinte TR:

TR – 12

O 60º CONAD delibera:

- 1.** Lutar para que os currículos, especialmente das licenciaturas, tenham disciplinas específicas que discutam as relações de gênero partindo das suas diversas perspectivas e dos acúmulos dos movimentos feministas e LGBTTTQI;
- 2.** Que o ANDES apoie a luta contra a chamada “ideologia de gênero”, através de cartilhas, panfletos, propostas de mesas – bem como apoie debates organizados pelas Ads – como forma de dar continuidade ao que foi estabelecido no seu 34º Congresso;
- 3.** Que o ANDES lance moção de repúdio – bem como apoie moções lançadas pelas Ads – visando criticar a retirada das discussões de gênero e combate à homofobia nos PMEs;
- 4.** Apoiar os grupos feministas e LGBTTTQI, nas diversas cidades, que têm lutado contra a ofensiva conservadora e a retirada das discussões de gênero e de combate à homofobia dos PMEs.

⁵ Idem.

TEXTO 13

Contribuição dos professores Rigler Aragão (SINDUNIFESSPA), Janaína Bilate (ADUNIRIO), Bruno José Oliveira (ADUNIRIO), Annie Schmaltz Hsiou (ADUSP), Marcela Rufato (ADUNIFAL), Maíra Mendes (ADUSC), Nairan Moraes Caldas (ADUSC), Luana Rosário (ADUSC), Walter Lowande (ADUNIFAL), Linnesh Ramos (ADUFS-BA), Gilberto Cunha Franca (ADUFSCAR), Elias da Silva Ribeiro (ADUNIFAL), Luís Antônio Groppo (ADUNIFAL), Daniel Mazzaro (ADUNIFAL), Daniel Precioso (ADUEG), Vicente Ribeiro (SINDUFFS), Frederico Henriques (ADURN), Daniela Eufrásio (ADUNIFAL), Paula da Costa Souza (AUNIFAL)

CONTRARREFORMA DO ESTADO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: OS DESAFIOS PARA O MOVIMENTO SINDICAL DOCENTE.

TEXTO DE APOIO

O esgotamento do modelo desenvolvimentista simbolizado pela crise do Milagre Econômico no fim da década de 1970 e pela crise econômico-social permanente que se desenvolveu desde então, colocou sob questionamento o papel do Estado brasileiro na dinamização da economia. Os projetos que a partir de então disputaram a hegemonia ídeo-política no país assentaram-se em diferentes perspectivas de organização da burocracia estatal. Dentre eles, dois polarizaram o debate: o projeto democrático-popular e o projeto neoliberal.

O primeiro pressupunha uma estratégia de reorganização do Estado brasileiro baseado na sua democratização e na intensificação do seu papel como instrumento de redução das desigualdades sociais e regionais. A adoção de progressivas reformas econômicas e sociais apoiadas nos movimentos sociais protagonizados pelos trabalhadores e setores da classe média seria o seu elemento substancial. Podemos afirmar que no contexto do capitalismo periférico e dependente brasileiro, o projeto democrático-popular se apresentava como um elemento potencializador de uma estratégia anti-sistêmica.

Em contrapartida, o projeto neoliberal tinha na defesa da redução do papel do Estado na vida social o seu pilar fundamental. O intervencionismo econômico estatal, bem como a existência de uma ampla burocracia pública destinada à promoção de serviços públicos seriam, segundo os seus defensores, elementos perpetuadores da crise econômico-social permanente. Nesse sentido, a privatização das empresas estatais, a abertura do mercado interno, a flexibilização das relações trabalhistas, associada à redução dos investimentos em políticas públicas, sobretudo aquelas de caráter redistributivo, estariam entre as principais medidas necessárias à superação da crise. O apoio da maioria das frações da burguesia brasileira, com especial destaque para aquelas ligadas ao capital financeiro foi fundamental para o suporte político a esse projeto.

Embora tenhamos registrados importantes avanços na garantia de direitos com a Constituição de 1988, resultado direto da mobilização popular durante a década de 1980, a sua efetivação encontrou no avanço do projeto neoliberal um grande obstáculo. A derrota eleitoral das esquerdas em 1989 conjugada à derrocada das Ditaduras Estalinistas no Leste Europeu mergulhou as esquerdas numa profunda crise com dimensões teóricas, políticas e programáticas. No esteio desse processo, a fragilização dos movimentos sociais, em particular o movimento sindical, fruto da

desindustrialização e da reestruturação produtiva do capital, ajudou a pavimentar o caminho para que um conjunto de medidas sintonizadas com o neoliberalismo fossem implementadas remodelando o aparelho de Estado brasileiro.

Nesse sentido, a Contra Reforma neoliberal do Estado que tem sido implementada a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e que tem atravessado os governos do Partido dos Trabalhadores, possui como uma das suas principais ideologias legitimadoras a desqualificação da esfera pública estatal. Em contrapartida, apresenta a lógica mercantil-privada como estratégia de superação da crise econômica e social que marcou o país desde o esgotamento desde o fim dos anos 1970. Apoiado nesse paradigma, a privatização de empresas públicas, bem como o corte sistemático de investimentos em políticas sociais contribuíram para o, permanente, sucateamento dos serviços públicos estatais, que, por sua vez, deveriam ser oferecidos por entidades filantrópicas ou mercantilizados. Com efeito, um dos impactos mais visíveis desse processo é a precarização das condições de trabalho no serviço público. O achatamento salarial, o desmonte dos planos de cargos e salários, a progressiva limitação dos concursos públicos e as formas de intensificação do trabalho, assentadas na perspectiva do produtivismo, são elementos centrais de um processo de derrocada das condições de vida de amplos setores do funcionalismo público.

A lógica da mercantilização/privatização dos serviços públicos, em especial saúde e educação, trouxe importantes efeitos para as Universidades brasileiras. Atualmente, segundo dados do Ministério da Educação, mais de 70% das vagas no ensino superior no Brasil estão nas instituições privadas. No que diz respeito às instituições públicas, os processos de privatização “por dentro” têm sido a principal característica do desmonte do seu caráter público e gratuito. Assim sendo, gradativamente a Universidade se converte numa espécie de instituição que oferece serviços educacionais mercantilizados ou mesmo assessorias a empresas privadas conveniadas. Ao mesmo tempo, a terceirização de uma série de atividades que anteriormente eram realizadas por funcionários públicos concursados, contribuem para a formação de um lucrativo mercado de empresas prestadoras de serviços. Tais relações, em muitos casos, se caracterizam pela falta de transparência dos contratos.

Acompanhando esse quadro, a nossa categoria, assim como o conjunto da classe trabalhadora, sofreu profundas mudanças em sua base social. A expansão precarizada produzida pelo REUNI, no contexto do social-liberalismo petista, trouxe novas questões para os docentes das IFES. Os novos professores que ingressaram no limitado quadro formado por docentes efetivos, possuem um perfil diferente daqueles que adentraram na Universidade Pública em períodos anteriores, fato que produziu desníveis e possíveis fragmentações na categoria. Embora o ingresso numa carreira pública tenha significado, na maioria dos casos, uma melhoria das condições de vida de muitos docentes, sobretudo aqueles que são advindos das Instituições Privadas de Ensino Superior, a precarização das condições de trabalho impõem o enfrentamento cotidiano de questões, dramaticamente, objetivas. A falta de estrutura física nas IFES e o desmonte da carreira, associados ao produtivismo acadêmico que nos impõe jornadas de trabalho que excedem, largamente, 40 horas, concorrem para a formação de um cenário em que o adoecimento tem se tornado frequente. Ao mesmo tempo, formas de relações de trabalho como aquelas registradas nos cursos EAD, apresentam-se como a expressão mais extrema da precarização da atividade docente, pois não são reconhecidos, formalmente, como membros da categoria.

As IES hoje vivem um intenso processo de precarização. A recente expansão realizada pelo REUNI trouxe um aumento de vagas sem políticas de permanência estudantil e sob

frágil e desorganizada estrutura que agora sofrem com a política de ajustes e cortes do Governo Dilma/Levy. Não são poucos os casos de universidades cujas salas de aula foram organizadas em contêineres para os quais não há mais verbas para pagar seus alugueis. Com frequência, temos relatos de colegas que pagam de seus próprios bolsos materiais básicos como pincéis de lousa e folha sulfite.

Dentre os diferentes elementos que sustentam esse contexto de precarização está a entrada um largo contingente de jovens docentes cujo trabalho também tem tido que se adequar aos moldes das exigências dos planos de ajustes e cortes do Governo Dilma/Levy que, por sua vez, atendem às necessidades do capital em crise.

Verificamos isso pela intensificação da inserção dos professores substitutos e temporários nas Universidades em decorrência da falta de concursos públicos e do REUNI tem nos colocado de frente com o trabalhador flexível que assume, no contrato, apenas atividades de ensino. O tripé de ensino, pesquisa e extensão da Universidade que o professor aprende a defender e desenvolver não é garantido pelo tipo de vínculo temporário estabelecido e no geral, ao não terem garantidos direitos trabalhistas, estes professores vivem sob a pressão da instabilidade do emprego e buscam atender a exigência do acúmulo teórico, metodológico e prático para o exercício da profissão. Neste quadro, se sobrecarregam com atividades de estudo, pesquisa e extensão para alcançar a garantia do emprego fixo, a espera por um concurso de efetivo.

Estes professores desenvolvem suas atividades conforme a realidade da precarização do trabalho, tendo que muitas vezes disputar vagas de salas de aula, revezar a utilização de datashows e comprar com seu próprio salário materiais de uso cotidiano. Além disso, ainda há a cobrança pela produtividade acadêmica e participação de eventos altamente elitizados que o professor faz um esforço para, diante da grande demanda de trabalho, baixos salários e corte de direitos, participar e se manter próximo às grandes discussões acadêmicas de sua área.

O corte no orçamento e de direitos afeta diretamente estes trabalhadores ao não garantir uma perspectiva de emprego pleno para desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Precariza ainda mais o trabalho ao demandar para ele o papel de "se virar e dar aula" diante da falta de pincéis, salas de aula, cota de reprodução gráfica para material didático, dentre outras.

O plano para a educação promulgado pelo governo é um plano de rebaixamento das condições de trabalho para a juventude trabalhadora. Os jovens professores que adentram ao ensino superior para dar aula na condição de temporário e substitutos foram formados sob a égide da conquista de um concurso público, condição esta que fica cada vez mais distante da sonhada estabilidade. São jovens mestres que buscam um doutorado para seguir na carreira, ou jovens doutores a espera de uma vaga para tornarem-se efetivo.

Nesse cenário, é absolutamente imprescindível identificar os novos desafios político-organizativos que o movimento docente deverá enfrentar. O exercício diário de formulação político-organizativa que acompanhe, de fato, o novo perfil apresentado pelos docentes pós REUNI deve ser uma referência para que o ANDES-SN possa continuar sendo um sindicato democrático, de luta e pela base. Isso significa que devemos repensar nossos métodos de organização para que os mesmos possam incluir, plenamente, os diferentes perfis que atualmente conformam a nossa categoria. Nesse sentido, nossas instâncias de decisão como o Congresso, por exemplo, precisam ser repensadas com urgência na sua dinâmica. No cenário marcado pelo produtivismo e pela precarização das condições de trabalho, exigir que o docente se afaste por quase 10

dias das suas atividades acadêmicas é absolutamente disfuncional. A possibilidade de apresentação de teses globais também é algo que poderia ajudar a dinamizar os debates e torná-los mais objetivos.

Paralelamente, devemos impulsionar a articulação política nacional e regionalmente para além da categoria. É necessário continuarmos desenvolvendo estratégias permanentes de solidariedade de classe com as novas formas de organização dos trabalhadores, como aquela representada pelo MTST, é uma necessidade elementar. Desse modo, o aprofundamento do debate e da intervenção prático-política da categoria na CSP-CONLUTAS deve ser uma meta do ANDES-SN. A importância política que possui o nosso sindicato é incompatível com o papel de coadjuvante que, atualmente, o mesmo desempenha nessa central.

TR - 13

O 60 CONAD delibera Que o Andes SN realize uma campanha de filiação dos docentes com vínculo precário (substitutos, horistas e tutores);

Tema III: Avaliação e atualização do plano de lutas: Setores

TEXTO 14

Diretoria do ANDES-SN

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES/IMES

TEXTO DE APOIO

O primeiro semestre de 2015 foi marcado pela participação das seções sindicais do ANDES-SN nas intensas lutas travadas pelas categorias nas Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior (IEES/IMES). Houve mobilizações e greves em defesa da autonomia, por melhores condições de trabalho, salários, carreira e financiamento das universidades. O descumprimento de acordos firmados entre governos e Movimento Docente motivou algumas dessas greves. Nesses enfrentamentos, docentes, técnico-administrativos e estudantes atuaram conjuntamente, mostrando uma forte capacidade de unificação nas lutas em defesa de direitos e da universidade pública, gratuita e de qualidade.

Os professores das universidades estaduais do Paraná fizeram uma longa greve. A mobilização de fevereiro e março teve como pauta: a) a derrubada do projeto que centralizava a autonomia das universidades; b) o pagamento do 1/3 de férias; c) contra a tentativa de desvio dos recursos do ParanaPrevidência para o caixa do governo. Com o fortalecimento da greve, os professores reconquistaram o 1/3 de férias em parcela única e a retirada da Unespar (Universidade Estadual do Paraná) e da Uenp (Universidade Estadual do Norte do Paraná) do sistema Meta 4, únicas universidades incluídas nesse sistema. Esse programa retirava a autonomia dessas universidades, cujos recursos seriam gerenciados por uma conta do governo. Tendo sido descumprido pelo governo o acordo a respeito da reforma da previdência, os professores retomaram a greve em meados de abril. Nessa ocasião, os professores das universidades e da educação básica, em conjunto com outros segmentos dos servidores públicos, acamparam, em frente à Assembleia Legislativa (Alep), fortalecendo a luta para impedir a Reforma da Previdência. Em 29/4, a reforma foi aprovada sem a presença dos servidores públicos do Estado, os principais interessados. Nesse dia, houve uma forte repressão aos manifestantes, a mando do governador Beto Richa (PSDB). Ainda em greve, na negociação da data-base, o índice reivindicado era de 8,17% (Dieese), mas o governo anunciou um reajuste zero. A greve se fortaleceu e, no final de abril, o governo apresentou uma proposta de 5% de reajuste, que foi rejeitada pela categoria. O governo foi obrigado a apresentar outra proposta: 3,25% neste ano e 8% em fevereiro/2016, aceita pelos professores da Educação Básica. Na continuidade, as Associações Docentes apresentaram um substitutivo ao projeto oficial, que não passou na Alep, e a maioria das universidades retomou as aulas em 27/6. A avaliação da Adunioeste, Adunicentro, Sinduepg, Sindunespar e Sesduem é que esta segunda fase da greve provocou um grande desgaste ao governo Richa, cuja rejeição chegou a 96% e a desestruturação de sua base na Alep. As demandas referentes ao ParanaPrevidência e ao massacre promovido pelo governo foram judicializadas.

Na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), a categoria docente iniciou a greve em maio de 2015. A categoria reivindica o cumprimento de um acordo salarial

que previa reajuste de 12,35%, em maio, como uma das parcelas de acordo firmado com o governo até 2018. Consta também da pauta de reivindicações: melhores condições de trabalho e de infraestrutura nos campi da Universidade. Em 16/6/15, aconteceu Audiência Pública na Assembleia Legislativa com um ato unitário dos docentes e estudantes e com a presença do Ministério Público, quando os deputados foram fortemente pressionados para o apoio ao atendimento às reivindicações.

Na Bahia, a redução nas rubricas de custeio, investimento e manutenção e o desrespeito aos direitos trabalhistas dos docentes garantidos no Estatuto do Magistério Superior, impostos pelos governos Jacques Wagner (PT) e, mais recentemente, pelo governo de Rui Costa (PT), levaram os estudantes, docentes, técnicos e terceirizados das Universidades Estaduais da Bahia a realizar, quase todos os dias, atividades de mobilização na tentativa de reverter esse quadro. Contudo, o governo mostrou completo descaso e aprofundou esses ataques às universidades. Tal situação catalisou o processo de construção da greve dos docentes, tendo como reivindicações: autonomia universitária; garantia de recursos financeiros adequados para universidades estaduais na forma de repasse de, no mínimo, o correspondente a 7% da Receita Líquida de Impostos; respeito aos direitos trabalhistas; ampliação do quadro docente e melhoria salarial. A greve começou em 11 de maio, na UEFS, e, em 13/5, na UNEB, UESB e UESC e, no primeiro mês da greve, o governo apresentou ao Fórum das ADs (ADUNEB, ADUSB, ADUSC e ADUFS) uma proposta acerca da autonomia dessas IEES, uma luta da comunidade acadêmica há mais de quinze anos. Contudo, a proposta relacionada aos direitos trabalhistas foi rechaçada pela categoria, e não houve resposta para os outros pontos da pauta, o que levou o movimento a manter a greve, com intensa mobilização.

Na Paraíba, a assembleia dos docentes da UEPB, realizada em 19/6, aprovou a greve em defesa do cumprimento da data-base, cujas reivindicações principais são reposição salarial e melhores condições de trabalho e infraestrutura. Desde março, a ADUEPB vinha cobrando resposta do governo às reivindicações, entretanto não obtendo nenhum retorno. Os docentes lutam ainda contra a precarização que atinge todos os campi da instituição, e o não-cumprimento da Lei de Autonomia financeira de 2004. O mesmo ocorre com os técnico-administrativos que entraram em greve no dia 12 de março e não foram recebidos pelo governo.

No Amapá, docentes, funcionários técnico-administrativos e discentes da UEAP deflagraram greve, no dia 10 junho, em assembleia unificada. O Movimento reivindicava que o governo apresentasse propostas para a melhoria das condições de trabalho e recursos para ampliar a infraestrutura dos campi; docentes e técnicos reivindicam reajuste salarial de 16,6% e plano de Cargos, Carreiras e Remuneração (PCCR) para os técnicos. A greve unificada das categorias foi suspensa em 27 de junho, após arrancar do governo o atendimento de alguns pontos da pauta de reivindicação, conforme avaliação da SINDUEAP.

No Mato Grosso, os docentes da Unemat declararam greve por tempo indeterminado a partir de 1º de junho, em resposta ao governo, que não atendeu às reivindicações dos docentes, como a reposição de perdas inflacionárias correspondentes a 6,22%. O governo propôs que o reajuste fosse dividido em duas vezes: metade do valor a ser paga a partir de maio e a outra parte, em novembro. O retroativo, entre maio e outubro, seria pago apenas no mês de janeiro de 2016. Além disso, os docentes exigem a autonomia, a melhoria das condições de trabalho e da estrutura física da universidade, transparência e garantia dos repasses financeiros atualizados para a Unemat. A greve foi suspensa em

junho, sendo marcada nova assembleia da ADUNEMAT em agosto para a avaliação da situação.

No Pará, a greve foi suspensa em 28 de abril. Os docentes conseguiram: suplementação orçamentária, revisão do plano de cargos e salários e retomada da lei de estruturação da universidade. Quanto à questão salarial, restou uma pendência relativa à retroatividade do reajuste salarial.

No Piauí, em assembleia geral convocada pela ADCESP, realizada no dia 2 de junho, os docentes aprovaram o estado de greve. E no dia 11 de junho, a categoria realizou paralisação por 24h, como parte do calendário de mobilização, que exige do governo Wellington Dias (PT) o cumprimento do reajuste integral aos docentes, conforme está garantido por lei aprovada em 2013, sem o “reparcelamento” imposto pelo governo. Em maio, o governador descumpriu a Lei do Reajuste, deixando a categoria indignada. Além disso, os docentes reivindicam a realização de concursos públicos e mais verbas para as universidades; a efetivação de todo o quadro docente; isonomia salarial para professores temporários; e garantia da implementação das progressões e promoções.

No Rio de Janeiro, a recomposição de 94% de perdas salariais, a incorporação da DE à aposentadoria e a vinculação, na Lei Orçamentária de 2016, do correspondente a 6% da Receita Tributária Líquida (RTL) do Estado para as universidades estaduais são os pontos de pauta das lutas. As entidades representativas dos três segmentos da Uerj e da Uenf se reuniram, no final de junho, para iniciar a rearticulação do Fórum das Entidades das Universidades Estaduais do Rio de Janeiro, com a participação da Asduerj, Aduenf, a delegacia do Sintuperj na Uenf e o DCE da Uenf. No encontro, foi decidida a criação de um GT de estudos à construção de uma proposta de planos de carreira das universidades estaduais públicas do Estado.

No Ceará, os docentes organizados nas seções sindicais do Andes-SN na UECE (Sinduece), na URCA (Sindurca) e UVA (Sindiuva) realizam mobilizações, em unidade, com o movimento estudantil e com movimentos sociais locais, com o fim de materializar pontos pendentes do acordo firmado na greve encerrada em janeiro último: o concurso para professores da UVA e para servidores das três universidades, bem como a reforma e a ampliação do prédio da Faculdade de Educação de Itapipoca. Destacam-se, também, os esforços de formalização do Fórum das Três, que conta com a participação da Regional NE I do Andes-SN e da CSP-Conlutas e com a consolidação do Fórum Ampliado em Defesa das Estaduais do Ceará, envolvendo vários movimentos sociais, organizações da sociedade civil e deputados estaduais.

Em São Paulo, conseguiu-se um reajuste de 4% em maio e mais 3,09% em outubro/15, que comporá um reajuste de 7,21% (índice Fipe). Há o compromisso do Conselho de reitores (Cruesp) de eventual negociação no segundo semestre, dependendo da arrecadação do ICMS. Apesar da mobilização realizada, não se conseguiu ampliar os 9,57% do ICMS-QPE hoje destinados à Unesp, Unicamp e USP. Os demais pontos da pauta unificada do Fórum das Seis estão sendo discutidos nas três universidades.

Nos dias 24 e 25 de abril, foi realizada uma reunião do setor das IEES-IMES, que teve início com um debate sobre o Funpresp e seus correlatos nos estados. Além disso, discutiu-se os encaminhamentos do plano de lutas do setor das IEES-IMES aprovados no 34º Congresso do ANDES, destacando-se a realização de uma semana de lutas do setor das IEES/IMES de 25 a 29 de maio. Essa semana foi marcada por mobilizações em vários estados em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, culminando

com a paralisação nacional organizada pelas centrais sindicais, no dia 29 de maio, contra o PL 4330.

Em relação ao orçamento das universidades, discutiu-se a realização de estudos e de análises das contas públicas e dos orçamentos, com ênfase no financiamento e na evolução salarial dos servidores das IEES-IMES, além de levantamento, nos âmbitos estadual e municipal, da situação orçamentária e de financiamento dessas instituições, tendo sido deliberado que o escritório do Dieese no ANDES-SN deverá realizar um levantamento, via orçamento e contas públicas, do financiamento das IEES e IMES, seguindo a seguinte metodologia: relacionar o valor do orçamento destinado às IEES-IMES com o Produto Interno Bruto (PIB), a Receita Líquida de Impostos (RLI), a Receita Corrente Líquida (RCL) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estados, no período de 2000 a 2014.

Além desta iniciativa, foi enviado às seções sindicais, pela diretoria, um modelo de requerimento a ser protocolado nas reitorias, no qual são solicitadas informações sobre receitas e as despesas das Instituições de Ensino Superior (IES). Em relação à dívida pública dos estados, foi reafirmado o compromisso de que as seções sindicais devem fomentar a criação de núcleos locais da Auditoria Cidadã da Dívida e fortalecê-los onde já existe, bem como obter e analisar dados sobre o endividamento dos estados.

Em relação ao Seminário Nacional do Setor das IEES/IMES sobre Federalização e Financiamento, os presentes na última reunião do Setor reafirmaram o desejo de que o Seminário deve aprofundar o debate sobre a federalização, que não foi suficientemente contemplado no último Encontro. Ainda nessa reunião, foram definidas a data de 25, 26 e 27 de setembro de 2015 e o local (Adunicamp/Campinas-SP).

Conclui-se que as resoluções aprovadas no 34º Congresso do ANDES-SN continuam atuais e estão sendo implementadas pelo Setor.

II - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES

O 34º CONGRESSO delibera:

A - Geral

- 1. Construir, onde não existam, ou fortalecer, onde já existam, fóruns dos três segmentos acadêmicos (professores, estudantes e servidores técnicos e administrativos) nas/das IEES/IMES, com o fim de fortalecer lutas unitárias em articulação com os trabalhadores terceirizados destas IES.*
- 2. Lutar contra os processos de avaliação docente orientados pelo produtivismo, oriundos seja das administrações das Instituições de Ensino Superior (IES), seja das agências de fomento e outros agentes, defendendo parâmetros qualitativos.*
- 3. Realizar, no segundo semestre de 2015, o XIII Encontro do Setor das IEES-IMES com o tema a ser definido na reunião do setor das estaduais preparatória para o XIII Encontro, recomendado que seja Expansão, multicampia e precarização.*
- 4. Realizar, no segundo semestre de 2015, o Seminário Nacional sobre federalização e financiamento das IEES/IMES*
- 5. Realizar um Dia Nacional de Luta em defesa de mais recursos públicos para as IEES/IMES, previsto para o dia 27 de maio de 2015.*

B - SOBRE O FINANCIAMENTO:

1. Intensificar a luta, em cada estado, pela vinculação e aumento de verbas públicas para a educação pública em geral e para as IES estaduais e municipais, considerando o “total do produto” da receita de impostos ou tributária. Continuar intervindo por meio de mobilizações:

1.1 Na LDO e, se necessário, na LOA;

1.2 Nos planos Plurianuais de governo.

2. Lutar pela valorização do trabalho docente por meio de:

2.1 campanhas salariais;

2.2 defesa do teto salarial em cada estado - e seus municípios - de 90,25% do subsídio de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

2.3 defesa da carreira, segundo os princípios do caderno 2 do Andes-SN com foco na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

3. Realizar estudos e análises das contas públicas e orçamentos, com foco no financiamento e evolução salarial dos servidores das IEES-IMES;

4. Orientar as seções sindicais e secretarias regionais a procederem levantamento, no plano estadual e municipal, da situação orçamentária e de financiamento das Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais/municipais, solicitando, se necessário, assessoria do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) por meio do seu escritório no Andes-SN de modo a atender efetivamente a demanda das ADs.

5. Realizar pesquisa sobre a dívida de estados e municípios, e suas implicações para o financiamento público das IEES-IMES;

6. Cobrar transparência dos governos sobre transferência de recursos para pagamento das dívidas públicas e divulgar suas implicações sobre o cumprimento das obrigações dos diversos entes federados em relação aos direitos sociais fundamentais, como educação e saúde;

7. Denunciar o comprometimento dos orçamentos dos estados e municípios em face de suas dívidas com a União;

8. Integrar e fortalecer comitês e jornadas de lutas locais em defesa da educação pública, por 10% do PIB para educação pública já, conforme definido no Encontro Nacional de Educação (ENE), incorporando a demanda de financiamento das estaduais e municipais;

9. Reforçar o combate nos estados e municípios contra a transferência de recursos públicos para o setor privado, como o ProUni e Fies, e outras similares que estão sendo implantadas nos estados.

10. Lutar pelo financiamento público e fortalecimento do SUS, garantindo a qualidade dos cursos de saúde e Hospitais Universitários nas IEES.

C - SOBRE DEMOCRACIA E AUTONOMIA

1. Continuar a luta pelo binômio autonomia/democracia, com a realização de Estatuintes Exclusivas, Soberanas e Democráticas;

2. Divulgar as experiências de realização de Estatuintes nas Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais);

3. Defender a democratização da gestão universitária com:

3.1 Defender a democratização da gestão das Instituições de Ensino Superior com eleição direta para todos os cargos dirigentes e conselheiros e com processo realizado e finalizado na própria Instituição de Ensino Superior;

3.2 Garantia de autonomia e democracia nas relações das instâncias deliberativas das Instituições de Ensino Superior, bem como destas com o governo.

D- SOBRE FEDERALIZAÇÃO

- 1. Sobre Federalização: a. Aprofundar a discussão da temática federalização/estadualização das Instituições públicas de Ensino Superior (IES) estaduais e municipais, considerando a sua relação com a expansão sem qualidade do ensino superior público associado, cobrando a responsabilidade dos governos;*
- 2. Realizar estudos e produzir pareceres sobre a situação funcional e trabalhista dos servidores em caso de federalização/estadualização;*
- 3. Esclarecer as condições jurídicas e operacionais da inversão de recursos federais e da utilização da capacidade instalada das IEES/IMES;*
- 4. Problematizar as implicações acerca da implementação de cursos em IFE na mesma área de abrangência das IEES/IMES, com foco na estratégia de desresponsabilização dos governos estaduais e municipais com o ensino superior.*

TR - 14

O 60º CONAD delibera:

1. Realizar, de 25 a 27 de setembro de 2015, o XIII Encontro Nacional das IEES/IMES e o Seminário Nacional do Setor das IEES/IMES sobre Federalização e Financiamento, em Campinas/SP.
2. Adotar a planilha a seguir explicita a contribuição do ANDES-SN às seções sindicais com menos de duzentos sindicalizados ou que se encontram em dificuldades financeiras justificadas.

Planilha de despesas do XIII Encontro Nacional das IEES/IMES/ Seminário Nacional do Setor das IEES/IMES sobre Federalização e Financiamento

Regional	Seção Sindical	Trechos	Despesas (em Reais)		
			Deslocamento	Hospedagem	Diárias
Norte 1	SINDUERR	BVB/VCP/BVB	1.108,00	750,00	300,00
	SIND-UEA/AM	MAO/VCP/MAO	1.004,00	750,00	300,00
Norte 2	SINDUEPA	BEL/VCP/BEL	1.128,00	750,00	300,00
	SINDUEAP	MCP/VCP/MCP	1.464,00	750,00	300,00
Nordeste 1	Convidado UEMA	SLZ/VCP/SLZ	772,00	750,00	300,00
	SINDCENTEC-JN	FOR/VCP/FOR	1.112,00	750,00	300,00
	SINDIUVA-CE	FOR/VCP/FOR	1.112,00	750,00	300,00
	SINDURCA-CE	JN/VCP/JN	1.300,00	750,00	300,00
Nordeste 2	ADESA-PE	REC/VCP/REC	1.017,00	750,00	300,00
	Convidado de autarquias municipais do interior de PE	REC/VCP/REC	1.017,00	750,00	300,00
Nordeste 3	SINDFUNESA	MCZ/VCP/MCZ	1.086,00	750,00	300,00
	Convidado da UNICISAL-AL	MCZ/VCP/MCZ	1.086,00	750,00	300,00
São Paulo	SINDUNITAU	SP/VCP/SP	200,00	750,00	300,00

Rio Janeiro	ADUEZO	RIO/VCP/RIO	310,00	750,00	300,00
	SESDUENF	RIO/VCP/RIO	310,00	750,00	300,00
Leste	ADUEMG Unidade Ibitiré-MG	BHZ/VCP/BHZ	220,00	750,00	300,00
	SINDUEMG	BHZ/VCP/BHZ	220,00	750,00	300,00
Planalto	Convidado UNITINS	PMW/VCP/PMW	640,00	750,00	300,00
	FECIPAR-TO	Paraíso-TO/VCP/ Paraíso-TO	640,00	750,00	300,00
	FECOLINAS-TO	Colinas-TO/VCP/ Colinas-TO	640,00	750,00	300,00
	SESDFESG-GO	Goiatuba- GO/VCP/ Goiatuba-GO	574,00	750,00	300,00
	SESDUEG-GO	GYN/VCP/GYN	574,00	750,00	300,00
Sul	ADUNICENTRO- PR	CWB/VCP/CWB	265,00	750,00	300,00
	APRUDESC-SC	FLN/VCP/FLN	530,00	750,00	300,00
	SINDUNESPAR- PR	CWC/VCP/CWB	265,00	750,00	300,00
R.G. do Sul	Convidado da UERGS	POA/VCP/POA	614,00	750,00	300,00
Total			19.208,00	19.500,00	7.800,00
Total Geral			R\$ 46.508,00		

HOTEL EM CAMPINAS/SP = R\$ 250,00 (três diárias final de semana = R\$ 750,00)

3. Autorizar a diretoria do ANDES-SN a proceder a ajustes, caso sejam necessários, na planilha do XIII Encontro Nacional das IEES/IMES (Campinas/SP, 25 a 27/9/2015).

AVALIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

O Plano de Lutas do Setor das Federais, aprovado no 34º Congresso do ANDES-SN, reafirmou a construção de ações que articulam as lutas específicas da categoria com a luta conjunta do demais Servidores Públicos Federais. Esse processo desencadeou ações que fortaleceram a unidade das entidades que participam do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF e culminou na Campanha Salarial Unificada em 2015. Nosso calendário de lutas e mobilizações desenvolvidas ao longo do último período arrancou reuniões com o governo que não avançaram no atendimento à nossa pauta de reivindicações e que culminou na indicação de greve unificada dos SPF a partir de julho de 2015.

Especificamente para a agenda política do Setor das IFE aponta-se como fundamental avaliar o contexto da greve iniciada em 28 de maio deste ano. Até o início de julho/2015, quando o presente texto foi produzido, com a greve deflagrada em 40 Seções Sindicais, identificamos o ascenso, numa dura conjuntura de ajuste fiscal e acirramento de disputa de projetos societários e de educação. Com corte de R\$ 2,3 bilhões no início do ano e mais R\$ 9,4 bilhões recentemente, vimos acelerar a precarização das condições de trabalho, o aprofundamento das terceirizações, o rebaixamento da política da assistência estudantil, o desmonte da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o ataque à organização autônoma e combativa dos/as docentes. Medidas que apontam o que o setor já avaliava: estava em curso a intensificação do processo de desmonte da educação pública, cuja disputa repercute nas assembleias locais, no cotidiano das lutas, na organização da categoria e colocam o desafio de responder a uma ofensiva que articula ataques políticos, econômicos e sociais.

No âmbito dos SPF

De acordo com agenda estabelecida junto aos SPF e incorporada nas deliberações do 34º Congresso, dentre as atividades iniciais da Campanha Salarial Unificada está o seu lançamento, em fevereiro de 2015, com protocolo da pauta unificada, tendo oito pontos centrais. Também merece destaque a Jornada Nacional de Lutas, nos dias 7, 8 e 9 de abril, em Brasília. Além disso, outras atividades com paralisações e mobilizações – entre elas dias de lutas chamados pelas Centrais Sindicais – foram desenvolvidas ao longo do primeiro semestre de 2015. Toda essa mobilização impeliu o governo federal a receber o Fórum das Entidades Nacionais e apresentar respostas, ainda que insatisfatórias, à nossa pauta dividida em dois blocos: negocial e financeiro.

O governo foi obrigado a iniciar a discussão sobre a pauta de reivindicações com o Fórum das Entidades Nacionais dos SPF em abril, quando a perspectiva era somente em junho, com reduzido tempo para negociação. A importante construção da unidade com os SPF, a partir de diversas atividades e reuniões acumuladas, até o momento da

construção deste texto, às greves deflagradas (ANDES-SN, FASUBRA e FENAJUFE) e àquelas indicadas (FENASPS, SINASEFE, CONDSEF e ASSIBGE), mostrou que a mobilização e a unidade foram fundamentais para arrancar do governo, em 25 de junho deste ano, ocasião de mais uma reunião com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Frente à pauta da Campanha Salarial Unificada dos SPF, o governo apresentou uma contraproposta apenas a um dos itens da nossa pauta, referente à proposta de reajuste salarial com índice linear de 27,3%.

A avaliação do Fórum, feita em Reunião Ampliada no dia 28 de junho, rechaçou a contraproposta do governo. Além de limitar a nossa pauta unificada ao reajuste salarial, o governo tenta impor mais um reajuste parcelado, para o período de 2016 a 2019, desconsiderando as perdas acumuladas, bem como as futuras até 2019. Nessa oportunidade foi tratado que as mesas setoriais, no MPOG, só iriam ocorrer após a definição da negociação com o conjunto dos SPF. Assim, na Reunião Ampliada, o Fórum das Entidades Nacionais dos SPF, considerando inaceitável a contraproposta, afirmou a necessidade de fortalecer as greves das categorias em curso, na perspectiva de construir a greve unificada dos SPF, a partir de julho. Para tal, foi instalado o Comando Nacional de Mobilização e Greve dos SPF.

No âmbito do Setor das Federais

A pauta do Setor aprovada no 34º Congresso foi protocolada no Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), por carta (051/2015), no dia 05 de março de 2015, solicitando audiência com o Ministro da Educação. Como eixos centrais: defesa do caráter público da educação, condições de trabalho, garantia da autonomia universitária, reestruturação da carreira docente e valorização salarial de ativos e aposentados.

A primeira rodada de assembleias das Seções Sindicais, conforme calendário aprovado no 34º Congresso, ocorreu entre os dias 16 e 25 de março de 2015. Na ocasião, discutiu-se a mobilização da categoria, a atualização da pauta local, a definição de estratégias de luta e a negociação e a discussão da construção da greve, como aprovado no 34º Congresso.

Na Reunião do Setor realizada nos dias 28 e 29 de março de 2015, com a participação de 41 Seções Sindicais, deliberou-se por indicar o mês de abril como momento de mobilização e construção da pauta local articulada com a pauta nacional do Setor e do Fórum das entidades nacionais dos SPF, incluindo participação na Jornada de Lutas dos dias 7, 8 e 9 de abril de 2015. Também foi aprovada a realização de nova Rodada de Assembleias, entre 15 e 24 de abril, pautando a greve nacional dos docentes das IFE, com indicação do período e da articulação com a construção da greve unificada dos SPF.

Nos dias 25 e 26 de abril, com 37 Seções Sindicais presentes, aconteceu mais uma Reunião do Setor das IFE, para avaliar a mobilização do conjunto dos SPF e do Setor, a partir da Rodada de Assembleias aprovada na reunião anterior. Na avaliação e seus encaminhamentos, reafirmou-se a necessidade da construção de mobilizações conjuntas com os SPF na perspectiva da construção de uma greve unificada, diante da ausência de respostas às nossas reivindicações. No âmbito de nossa pauta específica, ignorada pelo governo desde abril de 2014, com o agravamento das precárias condições de trabalho e estudo, a partir dos cortes no orçamento das IFE, foi aprovado na Reunião o indicativo de greve dos docentes das IFE, com início no período entre 25 a 29 de maio.

Nos dias 15 e 16 de maio de 2015, com 43 Seções Sindicais participantes, foi realizada outra Reunião do Setor das IFE, após nova Rodada de Assembleias, para avaliar a

deflagração da greve da categoria e definir a data para seu início. A partir do resultado dos debates locais deliberou-se indicar o dia 28 de maio, para início da greve docente nas federais.

Em razão desse processo de mobilização, o governo foi forçado a convocar reunião, depois de mais de um ano sem respostas com a interrupção da negociação em 2014. No dia 22 de maio de 2015, o Secretário de Educação Superior - MEC/SESu, Jesualdo Pereira Farias, convocou reunião quando o governo afirmou não reconhecer o acordo firmado entre MEC/SESu e ANDES-SN, em 23 de abril de 2014. Diante disso, nova rodada de assembleias locais foi realizada, aprovando a deflagração de greve para o dia 28 de maio de 2015 em 18 seções sindicais. Em pouco mais de um mês, houve o aumento para 40 seções com greve deflagrada.

Assim, com o crescimento do movimento, o MEC/SESu foi pressionado e marcou reunião com o Sindicato para o dia 23 de junho de 2015. Nessa reunião, os representantes do CNG-ANDES-SN cobraram a presença do SINASEFE e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) na mesa de negociação. No entanto, além de ignorar as reivindicações, apresenta um documento com respostas evasivas e, como o CNG aponta, o governo permanece na implementação de medidas que efetivam a privatização da Educação e, no que diz respeito às condições de trabalho dos/as docentes, não avança na direção da reestruturação da carreira, embora reconheça a necessidade de discutir o assunto por meio de um Grupo de Trabalho, porém sem prazo definido para tal. As medidas para autorizar diversas formas de contratação, bem como o corte de R\$ 9,4 bilhões de verbas na educação apontam para um contexto de aprofundamento da mercantilização da Educação para o próximo período.

Assim, a atualização do Plano de Lutas deve apontar alguns eixos, com a clareza de que o processo da greve em curso, deflagrada em maio de 2015, será objeto avaliação no 60º CONAD.

O primeiro eixo diz respeito à análise da conjuntura e de seus desdobramentos para a greve nacional dos/as docentes das federais. Ficou explicitada desde o final do primeiro mandato do governo de Dilma Roussef, quando já danunciada sua vitória para o segundo mandato (2015/2018), a manutenção da política econômica neoliberal, com o aprofundamento da retirada de direitos dos trabalhadores. O chamado ajuste fiscal jogou sobre os trabalhadores o ônus da conta da agudização da crise do capital. As Medidas Provisórias 664/15 e 665/15 (convertidas nas Leis 13135/15 e 13134/15), restringem direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, ao passo que indicam a perspectiva dos ataques que virão no próximo período. Entretanto, também como consequência disso, fortalecem as mobilizações que definirão a construção da unidade como a melhor e maior possibilidade de constituir qualquer resistência a esse processo.

Nesse contexto, o Governo, o Congresso Nacional e o Judiciário orquestram vários ataques contra os/as trabalhadores/as. Assim, ao mesmo tempo em que os deputados federais discutiam as MP 664 e 665, tivemos a retomada do PL 4330/04 que, mesmo sobre forte pressão dos trabalhadores, respondendo ao chamando das Centrais Sindicais, acabou por aprovado na Câmara dos Deputados (tramitando no Senado como PLC 30/15). Também na Câmara dos Deputados, tramita a PEC 395/2014, que altera a redação do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal referente à gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, que se insere no processo de privatização das educação superior pública limitando a gratuidade apenas aos cursos regulares de graduação, mestrado e doutorado. Ou seja, permitindo a cobrança de mensalidades ou

outras taxas para cursos não regulares, particularmente cursos de pós-graduação lato sensu, aperfeiçoamento e extensão.

Concomitantemente vê-se a decisão do Supremo Tribunal Federal pela admissibilidade da constitucionalidade das OS, que tanto afeta a contratação de servidores públicos como impacta o atendimento às demandas da população no que diz respeito ao acesso às políticas públicas.

O segundo eixo diz respeito à importante construção da unidade com os SPF que foi mais uma vez evidenciada no dia 28 de junho de 2015, com a rejeição da contraproposta do governo, pelos motivos já apontados aqui. Como o CNG/ANDES avaliou, o condicionamento da discussão da pauta em sua totalidade ao aceite da proposta de reajuste salarial é uma chantagem para que o governo possa reduzir progressivamente o percentual da folha de pagamento dos servidores públicos em relação do PIB – de 4,3%, em 2015, para 4%. Nessa reunião, o governo apresentou uma contraproposta que desconsidera as perdas inflacionárias acumuladas até 2015 e propõe reajuste salarial plurianual, a partir de 2016, que chegará, 21,3% somente em 2019. Estes percentuais apresentados pelo governo estão abaixo das projeções da inflação para o mesmo período proposto.

Por fim, no âmbito específico do Setor, a greve deflagrada em 28 de maio de 2015 não ocorre ao largo de uma acirrada disputa de projetos de sociedade e de educação. Nesse embate, é fundamental reafirmar a premência da luta pelas reivindicações de nossa pauta específica e, sobretudo, na defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade. Não por acaso, a judicialização com ameaças que integram o processo de criminalização dos movimentos sociais exigem o enfrentamento contra medidas explicitamente repressivas e penalizadoras, a exemplo do que está ocorrendo na Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Muqu岸iri (Teófoli Otoni –oMG), onde está em curso a ameaça dos docentes terem lançado em suas fichas funcionais um código de grevistas. Assim como a Reitoria da Universidade Federal do Amapá que tem sistematicamente desrespeitado as decisões coletivas das categorias, como a suspensão do calendário acadêmico orientando os professores que mantivessem suas atividades a fazerem o registro das mesmas em período posterior, bem como em tentar manter o funcionamento do PARFOR durante a greve à revelia da decisão do movimento grevista. Na Universidade Federal do Pará, o Reitor busca criminalizar o movimento grevista desta IFE com ação liminar motivada por sua “insatisfação” com o fechamento dos portões, classificando-o de ilegal, revelando sua postura autoritária e antidemocrática. Cabe destacar, ainda, que a ANDIFES se eximiu de expressar posição pública em relação aos processos de criminalização em curso pelas administrações das Universidades.

Na construção da greve nacional em curso, em meio a todas essas adversidades, a avaliação é de que o crescimento do movimento grevista nas seções sindicais apontam para um balanço positivo. Por sua vez, a condução da direção da greve pelo CNG-ANDES-SN foi fundamental para o fortalecimento da greve nacional dos docentes federais para fazer frente a esse contexto de recrudescimento das lutas e da falta de efetiva negociação do governo no que diz respeito à pauta específica da categoria docente.

O Comando Nacional de Greve (CNG/ANDES), no processo de avaliação, aponta para uma nova etapa (início de junho de 2015) do movimento paredista e indica a necessidade de aprofundar as mobilizações. A unidade com a greve dos técnicos-administrativos e estudantes, assim como a realização de ações unitárias no âmbito dos

Estados com os SPF são parte desse processo. A realização da Reunião e da Caravana da Educação Federal, nos dias 6 e 7 de julho (construídos pelo ANDES-SN, FASUBRA, SINASEFE, ANEL, Oposição de Esquerda da UNE e FENET), se colocaram como mais um importante passo na luta contra os ataques à educação pública. Tais ações devem ser intensificadas no próximo período.

É importante aprofundar a análise das contradições presentes na conjuntura atual, a fim de que haja uma continuidade de ações que consigam manter a unidade, com a participação efetiva de nosso Sindicato, bem como manter ações tanto de caráter específico como de caráter mais geral, ganhando as ruas e a adesão da população face à naturalização de pautas conservadoras, de reformas estruturais, que favorecem o capital na sua lógica de resolução da crise.

Enfim, o processo indica o acerto político que o Sindicato Nacional vem desenvolvendo em termos de mobilização. O conjunto de ações realizadas pelo Setor tem sido intenso e exigido constante avaliação de conjuntura, de estratégias e táticas a serem efetivadas. Considerando que tais ações ainda estão em curso e o curto espaço de tempo entre a produção deste texto e a realização do 60º CONAD – particularmente no que diz respeito à greve nacional dos docentes das IFE e à consolidação de uma greve unificada dos SPF –, o TR do Plano de Lutas do Setor será apresentado no 60º CONAD.

Tema IV: Questões Organizativas e Financeiras

TEXTO 16

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 61º CONAD DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

As seções sindicais que se dispuserem a sediar o 61º CONAD do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até as 16h do dia 14/8/15, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR – 16

O 61º CONAD do ANDES-Sindicato Nacional realizar-se-á na cidade de ..., sob a organização da Seção Sindical.

TEXTO 17

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÃO DE NOVAS SEÇÕES SINDICAIS,

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 60º CONAD, ad referendum do 35º CONGRESSO, a homologação das seguintes seções sindicais.

TR – 17

O 60º CONAD do ANDES-SN delibera:

Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 60º CONAD manifesta-se, *ad referendum* do 34º CONGRESSO, favoravelmente à constituição da Seção Sindical dos Docentes dos(as) Docentes da Universidade Federal do Oeste da Bahia, Seção Sindical do ANDES-Sindicato Nacional – ADUFOB-SSind.

TEXTO 18

Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÃO DE ALTERAÇÕES REGIMENTAIS

TEXTO DE APOIO

Considerando a resolução do 34º Congresso, reproduzida abaixo, e o cumprimento dos ajustes necessários no Regimento da Seção Sindical da Universidade Federal de São João del Rei, de acordo com o parecer da Secretaria Geral do ANDES-SN, a Diretoria do ANDES-SN apresenta ao 60º CONAD, *ad referendum* do 35º CONGRESSO, a seguinte alteração regimental:

O 34º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional manifesta-se favoravelmente às alterações do Regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João del Rei, cumpridos os ajustes necessários, consoante parecer da Secretaria Geral do ANDES-SN.

TR - 18

Em consonância com o estatuto do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e de acordo com a documentação apresentada, o 60º CONAD manifesta-se, *ad referendum* do 34º CONGRESSO, favoravelmente à aprovação das alterações do Regimento da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de São João del Rei - Seção Sindical do ANDES-SN – ADUFSJ-SSind.

TEXTO 19

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÕES DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014

TR – 19

O 60º CONAD aprova as prestações de contas do exercício de 2014

Demonstrativo de Orçamento e Execução

Receitas	Previsão 2014	Execução 2014
Receita Total	8.374.970,73	9.871.866,80
Outras Receitas (Patrimônio. Contribuição Sind. Div.)	209.449,80	126.597,53
Receita de aplicações financeiras	310.000,00	24.211,66
Receita de Contribuições	7.855.520,93	9.721.057,61
Despesas	Previsão 2014	Execução 2014

Água e Esgoto	10.000,00	423,25
Alimentação	10.000,00	20.301,71
Aluguel de Bens Imóveis	235.000,00	199.272,89
Assessoria Contábil	90.000,00	88.990,47
Assessoria Jurídica Pessoa Física	40.000,00	8.605,65
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – AJN	400.000,00	481.637,25
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – Regionais	400.000,00	389.290,03
Assinaturas e Periódicos	2.000,00	2.037,51
Condomínios (Apto Brasília/ Sede / Secretarias Reg.)	100.000,00	136.406,75
Conduções e Passagens Urbanas	85.000,00	124.445,93
Contribuições – Auditoria Cidadã da Dívida	24.000,00	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00	24.000,00
Correios, Transportadoras e Fretes	200.000,00	403.440,45
Custas e Emolumentos	23.000,00	36.277,44
Despesas com Regionais	850.000,00	1.202.842,48
Despesas Diversas	150.000,00	575.911,77
Despesas Financeiras	30.000,00	14.697,07
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas)	25.000,00	24.244,39
Diárias de Diretores	350.000,00	310.850,00
Energia Elétrica	51.000,00	43.963,05
Estacionamentos / Pedágios	5.000,00	7.548,04
Hospedagem	400.000,00	432.995,20
INSS s/Serviços	27.000,00	24.850,12
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00	13.725,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	15.000,00	27.916,24
Material de Consumo	187.000,00	155.166,48
Passagens Aéreas e Terrestres	900.000,00	819.333,34
Pessoal e Encargos	2.100.000,00	2.621.187,36
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	200.000,00	241.330,00
Reembolso de Kilometragem	25.000,00	18.149,27
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	350.000,00	599.593,87
Revista – Universidade & Sociedade	120.000,00	137.491,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	60.000,00	65.719,23
Telefone	130.000,00	112.692,61
Total de despesas	7.628.000,00	9.389.335,85

Demonstrativo de Despesas Diversas

Diárias – Funcionários	4.300,00
Anúncios Publicações	5.542,80
Assinatura de TV a Cabo	4.420,35
Despesas c/Encontro Nacional de Educação	126.475,88
Despesas c/Eventos	4.973,79
Diárias – Colaboradores/Convidados	39.194,40

Fotocópias/Encadernação/Impressões	3.746,45
Internet	37.023,06
Limpeza e Conservação – PJ	90,00
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	4.150,00
Repasse p/FUNDO ÚNICO	185.383,44
Seguros em Geral	5.075,39
Seminários. Congressos e Convenções	6.730,00
Serviços de Digitalização (Bolsistas)	33.600,00
Serviços de Terceiros – PF	29.918,21
Serviços Fotográficos – PJ	2.500,00
Serviços Técnico Profissionais – PJ	82.788,00
	R\$ 575.911,77

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL – 1º Semestre/2014
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
<i>Descontos Obtidos</i>	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,02
<i>Receitas de Contribuição Sindical</i>	0,00	0,00	0,00	2.453,40	132.402,53	0,00	134.855,93
<i>Receitas de Contribuições</i>	891.622,78	731.568,12	833.007,21	763.195,40	760.756,63	731.720,00	4.711.870,14
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	1,00	0,00	1,00
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	309,80	490,23	436,17	173,88	1.504,28	3.024,86	5.939,22
Total das Receitas	891.932,58	732.058,35	833.443,38	765.822,69	894.664,45	734.744,86	4.852.666,31

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	TOTAL
<i>Água e Esgoto</i>	70,52	67,56	47,30	0,00	94,60	48,67	328,65
<i>Ajuda de Custo</i>	0,00	0,00	26,40	66,00	216,00	36,00	344,40
<i>Alimentação</i>	2.268,45	15.660,00	549,75	1.117,69	167,90	771,08	20.534,87
<i>Aluguel de Imóveis</i>	9.839,90	15.747,75	15.534,96	15.986,92	16.983,86	15.446,30	89.539,69
<i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	2.240,55	0,00	1.606,50	0,00	0,00	3.847,05
<i>Assessoria Contábil – PJ</i>	6.622,60	6.622,60	6.622,60	6.622,60	6.622,60	6.622,60	39.735,60
<i>Assessoria Jurídica – AJN</i>	36.748,68	36.748,68	36.748,68	36.748,68	36.748,68	36.748,69	220.492,09
<i>Assessoria Jurídica – PF</i>	2.868,55	2.868,55	2.868,55	0,00	0,00	0,00	8.605,65
<i>Assessoria Jurídica – Regionais</i>	22.412,81	30.296,71	25.681,93	31.181,93	31.181,93	31.181,93	171.937,24
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	340,14	99,90	580,38	344,05	0,00	240,24	1.604,71
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	0,00	969,80	704,56	0,00	0,00	0,00	1.674,36
<i>Atestado de Saúde Ocupacional</i>	0,00	0,00	20,00	0,00	20,00	0,00	40,00
<i>Auxílio Saúde</i>	6.740,25	6.536,00	6.740,25	6.740,25	7.425,00	7.425,00	41.606,75
<i>Condomínio</i>	10.424,27	11.896,20	11.086,26	11.955,80	10.746,28	10.532,73	66.641,54

<i>Conduções e Transportes Urbanos (Táxi – Ressarcimento)</i>	4.226,16	10.831,13	6.930,73	10.246,08	12.772,10	11.831,63	56.837,83
<i>Contrib. p/ AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA</i>	2.000,00	2.000,00	0,00	4.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
<i>Contrib. p/Esc. FLORESTAN FERNANDES</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00
<i>Contribuição p/CNESF</i>	6.349,02	8.126,78	7.313,08	7.313,08	7.038,00	7.768,37	43.908,33
<i>Contribuição p/CONLUTAS</i>	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	140.995,02
<i>Contribuição p/DIAP</i>	298,00	298,00	298,00	298,00	298,00	298,00	1.788,00
<i>Contribuição p/DIEESE</i>	14.730,24	14.730,24	14.730,24	14.730,24	14.730,24	16.759,83	90.411,03
<i>Contribuição p/FNDC</i>	0,00	105,00	0,00	0,00	210,00	0,00	315,00
<i>Contribuição p/FUNDO ÚNICO</i>	12.698,04	16.253,56	14.626,16	14.626,16	14.076,00	15.536,74	87.816,66
<i>Correios e Telégrafos</i>	49,90	22.002,82	2.852,95	2.732,00	424,00	2.789,37	30.851,04
<i>Custas e Emolumentos</i>	489,80	14,52	834,40	9.311,16	1.670,68	3.966,42	16.286,98
<i>Despesas Bancárias</i>	557,24	840,92	636,07	633,07	660,45	618,20	3.945,95
<i>Despesas c/Encontro Nacional de Educação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Despesas c/Eventos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Despesas c/IPTU/TLP</i>	1.181,38	612,77	5.312,28	(10,53)	13.436,91	392,27	20.925,08
<i>Despesas c/Pessoal</i>	120.609,11	142.146,35	101.225,74	127.224,04	128.252,62	117.649,13	737.106,99
<i>Despesas c/Regionais</i>	40.795,89	67.617,62	78.678,00	72.370,33	128.034,65	86.255,46	473.751,95
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,00	2,94	0,00	0,00	0,00	2,94
<i>Diárias – Colaboradores/Convidados</i>	300,00	8.900,00	200,00	400,00	1.100,00	1.200,00	12.100,00
<i>Diárias – Diretores</i>	9.800,00	46.450,00	18.650,00	25.600,00	20.800,00	27.250,00	148.550,00
<i>Diárias – Funcionários</i>	0,00	7.300,00	400,00	0,00	0,00	0,00	7.700,00
<i>Digitalização (Bolsistas)</i>	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	2.700,00	16.200,00
<i>Energia Elétrica</i>	3.078,77	2.943,83	3.014,25	3.969,29	3.105,35	3.261,95	19.373,44
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	442,50	727,20	45,00	628,70	564,60	700,83	3.108,83
<i>FGTS s/Salários</i>	9.281,70	10.656,63	8.316,98	10.251,41	9.801,46	13.879,81	62.187,99
<i>Fotocópias/Encadernações/Impressões</i>	0,00	16.473,08	25,40	25,60	26,20	32,47	16.582,75

<i>Hospedagem</i>	17.315,29	9.061,20	38.497,91	42.323,30	27.508,13	34.420,73	169.126,56
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	0,00	0,00	237,00	0,00	0,00	0,00	237,00
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	0,00	228,75	0,00	0,00	974,35	0,00	1.203,10
<i>INSS Patronal s/Salários</i>	27.497,03	32.247,94	24.405,93	31.669,89	29.546,47	27.882,78	173.250,04
<i>INSS Patronal s/Serviços – PF</i>	2.406,98	3.222,93	3.458,88	1.780,61	2.698,98	1.253,09	14.821,47
<i>Internet</i>	2.574,93	365,01	2.826,60	3.054,52	3.048,85	2.994,90	14.864,81
<i>IRRF s/Aplicações Financeiras</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Jornal Informandes</i>	0,00	20.240,00	29.030,00	19.190,00	19.350,00	19.190,00	107.000,00
<i>Juros e Multas p/Atraso</i>	77,36	0,00	1.706,06	3.933,71	0,00	46,29	5.763,42
<i>Limpeza e conservação – PF</i>	724,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	724,00
<i>Limpeza e Conservação – PJ</i>	0,00	0,00	0,00	90,00	0,00	0,00	90,00
<i>Locação de Bens Móveis</i>	0,00	3.830,00	0,00	0,00	8.050,00	0,00	11.880,00
<i>Locação de Veículos</i>	0,00	2.485,00	510,00	0,00	110,00	0,00	3.105,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	3.800,00	0,00	0,00	3.800,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis</i>	473,71	1.821,52	3.434,08	2.955,52	2.054,08	1.497,08	12.235,99
<i>Material de Consumo</i>	11.159,63	9.763,36	5.647,81	11.559,03	16.318,18	10.014,42	64.462,43
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	800,00	50,00	4.497,10	0,00	8.000,00	0,00	13.347,10
<i>Outros Serviços – PF</i>	2.380,38	2.470,75	588,20	736,00	1.002,54	1.692,40	8.870,27
<i>Passagens Aéreas. Terrestres e Marítimas</i>	24.095,31	48.087,49	72.656,54	64.871,77	69.814,42	49.101,91	328.627,44
<i>PIS s/Folha de Pagamento</i>	1.160,21	1.438,99	1.029,78	1.264,58	1.264,60	1.176,48	7.334,64
<i>Reembolso Creche e/ou Educação</i>	2.752,60	7.079,00	1.356,00	1.724,00	724,00	2.896,00	16.531,60
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	1.280,46	854,37	1.577,10	420,60	1.659,00	980,40	6.771,93
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	0,00	18.497,00	49.350,00	0,00	0,00	9.248,00	77.095,00
<i>Seguros em Geral</i>	329,22	1.767,68	41,67	417,00	(363,25)	12,08	2.204,40
<i>Seminários. Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	70,00	150,00	0,00	0,00	220,00
<i>Serviços Fotográficos – PJ</i>	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
<i>Serviços Gráficos</i>	33.600,00	1.385,00	0,00	0,00	850,00	0,00	35.835,00
<i>Serviços Técnico Profissionais – PJ</i>	29.400,00	30.144,00	0,00	12.150,00	20.184,00	0,00	91.878,00

Telefone	7.654,08	5.640,71	10.187,19	9.116,74	10.481,68	9.867,26	52.947,66
Tradução/Revisão/Ilustração de Textos – PF	2.416,66	357,15	2.479,05	1.547,62	916,66	483,34	8.200,48
Transportes e Fretes	51.129,10	29.384,82	37.823,35	23.015,18	9.865,43	47.132,17	198.350,05
Vale Alimentação e/ou Refeição	27.231,57	25.733,94	27.648,75	43.945,34	9.899,57	52.080,29	186.539,46
Vale Transporte	669,57	1.313,54	1.375,74	127,77	1.980,96	(118,99)	5.348,59
Total das Despesas	600.551,18	794.454,07	722.437,75	724.761,40	743.345,93	721.293,52	4.306.843,85
Superávit/Déficit do Período	291.381,40	(62.395,72)	111.005,63	41.061,29	151.318,52	13.451,34	545.822,46

ANDES – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL – 2º Semestre/2014
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL GERAL
Descontos Obtidos	86,50	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	86,51	86,53
Receitas c/Encontro Nacional de Educação	38.958,01	81.656,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.614,01	120.614,01
Receitas de Contribuição Sindical	(132.402,53)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(132.402,53)	2.453,40
Receitas de Contribuições	762.887,35	870.731,00	834.775,83	812.295,46	751.310,02	977.187,81	5.009.187,47	9.721.057,61
Receitas Diversas	24,79	0,00	0,00	0,00	0,53	3.417,27	3.442,59	3.443,59
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	2.760,84	2.517,47	1.743,73	2.551,83	3.975,66	4.722,91	18.272,44	24.211,66
Total das Receitas	672.314,96	954.904,48	836.519,56	814.847,29	755.286,21	985.327,99	5.019.200,49	9.871.866,80

MESES	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	TOTAL GERAL
Água e Esgoto	47,30	47,30	0,00	0,00	0,00	0,00	94,60	423,25
Ajuda de Custo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	344,40

<i>Alimentação</i>	765,75	390,00	470,57	(13.464,48)	1.441,48	10.163,52	(233,16)	20.301,71
<i>Aluguel de Imóveis</i>	17.446,30	17.446,30	17.451,75	17.451,75	17.451,75	22.485,35	109.733,20	199.272,89
<i>Anúncios e Publicações</i>	0,00	1.695,75	0,00	0,00	0,00	0,00	1.695,75	5.542,80
<i>Assessoria Contábil – PJ</i>	7.036,41	7.036,41	7.036,41	7.036,41	7.036,41	14.072,82	49.254,87	88.990,47
<i>Assessoria Jurídica – AJN</i>	36.748,70	36.748,70	36.748,70	36.748,70	76.100,24	38.050,12	261.145,16	481.637,25
<i>Assessoria Jurídica – PF</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.605,65
<i>Assessoria Jurídica – Regionais</i>	31.181,93	31.181,93	31.771,24	34.409,58	35.476,57	53.331,54	217.352,79	389.290,03
<i>Assinatura de TV a Cabo</i>	259,41	274,24	388,04	441,98	490,59	961,38	2.815,64	4.420,35
<i>Assinaturas e Periódicos</i>	363,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	363,15	2.037,51
<i>Atestado de Saúde Ocupacional</i>	0,00	0,00	960,00	0,00	0,00	0,00	960,00	1.000,00
<i>Auxílio Saúde</i>	7.425,00	7.305,00	7.350,00	7.425,00	7.425,00	7.425,00	44.355,00	85.961,75
<i>Condomínio</i>	10.542,51	10.480,08	11.729,66	11.786,38	12.049,25	13.177,33	69.765,21	136.406,75
<i>Conduções e Transportes Urbanos</i>	10.884,85	9.398,77	12.529,76	11.778,38	15.437,14	7.579,20	67.608,10	124.445,93
<i>Contrib, p/ AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00	24.000,00
<i>Contrib, p/Esc, FLORESTAN FERNANDES</i>	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	12.000,00	24.000,00
<i>Contribuição p/CNESF</i>	7.445,00	8.230,00	8.724,46	8.510,02	8.279,77	7.594,14	48.783,39	92.691,72
<i>Contribuição p/CONLUTAS</i>	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	23.499,17	140.995,02	281.990,04
<i>Contribuição p/DIAP</i>	298,00	298,00	298,00	298,00	298,00	298,00	1.788,00	3.576,00
<i>Contribuição p/DIEESE</i>	14.730,24	15.908,66	15.908,66	15.908,66	15.908,66	15.908,66	94.273,54	184.684,57
<i>Contribuição p/FNDC</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	315,00
<i>Contribuição p/FUNDO ÚNICO</i>	14.890,00	16.460,00	17.448,92	17.020,04	16.559,54	15.188,28	97.566,78	185.383,44
<i>Correios e Telégrafos</i>	470,45	924,87	24.710,70	457,30	897,40	1.907,20	29.367,92	60.218,96
<i>Custas e Emolumentos</i>	9.548,08	1.568,90	2.177,66	3.789,61	1.821,75	1.084,46	19.990,46	36.277,44
<i>Despesas Bancárias</i>	703,30	752,85	840,07	991,25	863,87	823,12	4.974,46	8.920,41
<i>Despesas c/Encontro Nacional de Educação</i>	5.597,55	120.726,33	42,00	42,00	42,00	26,00	126.475,88	126.475,88
<i>Despesas c/Eventos</i>	0,00	0,00	0,00	4.970,40	0,00	0,00	4.970,40	4.970,40
<i>Despesas c/IPTU/TLP</i>	392,27	647,51	392,27	392,27	392,31	0,00	2.216,63	23.141,71

<i>Despesas c/Pessoal</i>	134.165,70	121.971,78	153.209,43	96.729,50	140.118,87	202.341,81	848.537,09	1.585.644,08
<i>Despesas c/Regionais</i>	165.751,52	246.054,10	49.299,03	100.082,86	96.795,08	71.107,94	729.090,53	1.202.842,48
<i>Despesas Diversas</i>	0,00	0,20	0,00	0,00	0,25	0,00	0,45	3,39
<i>Diárias – Colaboradores/Convidados</i>	400,00	3.150,00	6.800,00	8.700,00	7.000,00	700,00	26.750,00	38.850,00
<i>Diárias – Diretores</i>	16.450,00	53.200,00	20.900,00	45.500,00	16.800,00	9.450,00	162.300,00	310.850,00
<i>Diárias – Funcionários</i>	300,00	5.900,00	0,00	(6.200,00)	1.200,00	(4.600,00)	(3.400,00)	4.300,00
<i>Digitalização (Bolsistas)</i>	2.700,00	2.700,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	17.400,00	33.600,00
<i>Energia Elétrica</i>	3.277,71	2.887,64	3.581,59	5.167,52	5.218,74	4.456,41	24.589,61	43.963,05
<i>Estacionamento/Pedágios</i>	1.054,70	316,06	1.005,30	668,90	741,75	652,50	4.439,21	7.548,04
<i>FGTS s/Salários</i>	10.018,42	9.384,01	11.631,98	9.966,58	11.238,58	13.724,99	65.964,56	128.152,55
<i>Fotocópias/Encadernações/Impressões</i>	82,50	38,80	1,20	(12.997,00)	36,20	2,00	(12.836,30)	3.746,45
<i>Hospedagem</i>	76.603,59	35.460,02	55.303,35	40.834,39	93.333,95	(37.666,66)	263.868,64	432.995,20
<i>Impostos e Taxas Diversas</i>	326,74	0,00	0,00	83,77	0,00	0,00	410,51	647,51
<i>Indenizações Trabalhistas</i>	6.696,19	3.756,33	0,00	0,00	0,00	0,00	10.452,52	11.655,62
<i>INSS Patronal s/Salários</i>	30.478,88	28.483,56	35.057,27	30.396,54	33.208,15	54.270,39	211.894,79	385.144,83
<i>INSS Patronal s/Serviços – PF</i>	2.014,47	876,86	1.881,67	1.510,79	2.002,89	1.741,97	10.028,65	24.850,12
<i>Internet</i>	3.761,39	3.143,44	2.967,00	3.092,55	3.092,55	6.101,32	22.158,25	37.023,06
<i>IRRF s/Aplicações Financeiras</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	455,17	0,00	455,17	455,17
<i>Jornal Informandes</i>	19.190,00	36.940,00	19.190,00	1.440,00	19.190,00	38.380,00	134.330,00	241.330,00
<i>Juros e Multas p/Atraso</i>	0,00	13,24	0,00	0,00	0,00	0,00	13,24	5.776,66
<i>Limpeza e conservação – PF</i>	0,00	0,00	357,13	0,00	0,00	0,00	357,13	1.081,13
<i>Limpeza e Conservação – PJ</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90,00
<i>Locação de Bens Móveis</i>	0,00	0,00	0,00	(3.830,00)	0,00	0,00	(3.830,00)	8.050,00
<i>Locação de Veículos</i>	0,00	1.000,00	400,00	300,00	870,00	0,00	2.570,00	5.675,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Imóveis</i>	0,00	0,00	0,00	130,00	0,00	220,00	350,00	4.150,00
<i>Manutenção e Reparo de Bens Móveis</i>	2.013,47	2.173,47	2.588,83	2.638,82	2.682,83	3.582,83	15.680,25	27.916,24
<i>Material de Consumo</i>	44.014,34	10.953,64	10.828,58	12.005,73	6.318,15	6.583,61	90.704,05	155.166,48
<i>Outras Contribuições/Doações</i>	250,00	20.050,00	0,00	0,00	2.489,44	200,00	22.989,44	36.336,54

<i>Outros Serviços – PF</i>	1.599,53	1.521,62	3.373,14	20,00	1.423,32	2.507,29	10.444,90	19.315,17
<i>Passagens Aéreas. Terrestres e Marítimas</i>	75.288,87	71.212,70	101.219,79	46.907,73	133.143,06	62.933,75	490.705,90	819.333,34
<i>PIS s/Folha de Pagamento</i>	1.286,02	1.220,39	1.515,72	1.282,55	1.401,18	2.194,74	8.900,60	16.235,24
<i>Reembolso Creche e/ou Educação</i>	1.810,00	1.598,86	175,00	1.261,00	1.261,00	2.347,00	8.452,86	24.984,46
<i>Reembolso de Kilometragem</i>	1.059,90	2.262,05	1.971,00	3.176,88	1.730,61	1.176,90	11.377,34	18.149,27
<i>Revista Universidade e Sociedade</i>	0,00	0,00	51.148,00	0,00	9.248,00	0,00	60.396,00	137.491,00
<i>Seguros em Geral</i>	546,33	41,65	552,94	485,09	485,09	759,89	2.870,99	5.075,39
<i>Seminários. Congressos e Convenções</i>	0,00	0,00	4.410,00	1.800,00	300,00	0,00	6.510,00	6.730,00
<i>Serviços Fotográficos – PJ</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
<i>Serviços Gráficos</i>	28.082,00	0,00	0,00	(6.672,00)	2.026,73	6.447,50	29.884,23	65.719,23
<i>Serviços Técnico Profissionais – PJ</i>	0,00	0,00	2.000,00	(13.550,00)	200,00	2.260,00	(9.090,00)	82.788,00
<i>Telefone</i>	8.692,22	9.605,92	10.273,58	9.513,53	9.025,03	12.634,67	59.744,95	112.692,61
<i>Tradução/Revisão/Ilustração de Textos – PF</i>	0,00	0,00	726,19	0,00	0,00	595,24	1.321,43	9.521,91
<i>Transportes e Fretes</i>	23.540,18	29.222,77	24.676,02	21.819,89	23.015,18	22.597,40	144.871,44	343.221,49
<i>Vale Alimentação e/ou Refeição</i>	9.436,53	57.942,37	30.673,03	0,00	28.966,26	57.337,73	184.355,92	370.895,38
<i>Vale Transporte</i>	789,43	1.206,97	1.698,24	558,68	857,58	1.053,96	6.164,86	11.513,45
Total das Despesas	875.956,00	1.079.309,22	836.893,05	599.316,72	904.346,54	786.670,47	5.082.492,00	9.389.335,85
Superávit/Déficit do Período	(203.641,04)	(124.404,74)	(373,49)	215.530,57	(149.060,33)	198.657,52	(63.291,51)	482.530,95

ANDES- SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Fundo Único
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO MENSAL – janeiro a dezembro/2014
VALORES EM REAIS (R\$)

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Contribuições Recebidas</i>	77.677,31	72.616,43	78.173,37	67.705,85	86.160,81	85.916,81	73.244,88	79.173,37	76.640,97	71.998,92	66.960,88	83.418,70	919.688,30
<i>Rendimentos s/ Aplicações Financeiras</i>	22.850,57	22.953,86	21.853,79	23.738,45	26.905,05	26.520,04	30.752,67	28.636,58	29.703,76	33.123,61	30.305,56	37.634,17	334.978,11
<i>Depósitos não Identificados</i>	229,78	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.693,78	0,00	256,71	3.180,27
Total das Receitas	100.757,66	95.570,29	100.027,16	91.444,30	113.065,86	112.436,85	103.997,55	107.809,95	106.344,73	107.816,31	97.266,44	121.309,58	1.257.846,68

MESES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
<i>Despesas Bancárias/CPMF/IOF</i>	189,00	229,50	175,50	166,30	187,90	139,45	171,00	195,10	170,25	151,05	148,20	185,25	2.108,50
<i>Despesas c/Contribuições e Doações</i>	20.000,00	0,00	5.000,00	10.000,00	14.250,00	8.000,00	0,00	8.000,00	11.390,00	7.700,00	0,00	0,00	84.340,00
<i>Despesas c/Passagens Aéreas, Terrestres e Marítimas</i>	0,00	0,00	0,00	4.833,61	3.260,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	761,71	8.855,52
<i>Despesas c/Diárias</i>	0,00	0,00	0,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
<i>Despesas c/Condução e Transporte Urbano</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,00
<i>Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	166,00
<i>Despesas c/Prestação de Serviços</i>	0,00	1.000,00	4.000,00	3.000,00	4.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	33.000,00
<i>Despesas c/Hospedagens</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	3.384,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.384,00
<i>Despesas c/Mantimentos e Alimentação</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	738,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	738,45
<i>Despesas c/Reembolso de Kilometragem</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	135,00
<i>Devedores Diversos</i>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.271,98	6.271,98
Total das Despesas	20.189,00	1.229,50	9.175,50	19.199,91	25.820,55	11.482,45	3.171,00	11.395,10	14.560,25	10.851,05	3.148,20	10.218,94	140.441,45
Superávit/Déficit do período	80.568,66	94.340,79	90.851,66	72.244,39	87.245,31	100.954,40	100.826,55	96.414,85	91.784,48	96.965,26	94.118,24	111.090,64	1.117.405,23

**ANDES – SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE
ENSINO SUPERIOR**

**BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2014**

ATIVO

ATIVO CIRCULANTE	2014	2013
	R\$	R\$
DISPONIBILIDADES	5.628.138,54	3.897.507,49
Caixa Geral	1.866,80	4.680,06
Caixa – ANDES	848,12	2.461,83
Caixa – CNESF	58,08	1.016,63
Caixa – FNG	0,10	0,10
Caixa – FUNDO ÚNICO	960,50	1.201,50
Bancos c/Movimento	478.811,66	443.062,19
BB – c/c 403,726-x (ANDES)	190.049,45	205.880,88
BB – c/c 437,525-4 (CNESF)	31.927,12	25.219,41
BB – c/c 5,551-4 (Publicações)	84,60	166,50
BB – c/c 437,864-4 (Eventos)	86.200,40	13.170,49
CEF – c/c 51,567-2 (Contribuição Sindical)	89.591,81	87.407,30
BB – c/c 23,926-7 (FUNDO ÚNICO)	80.375,20	108.580,53
BB – c/c 223,926-4 (FNG)	583,08	2.637,08
Bancos c/Depósitos Bloqueados	13.893,79	0,00
BB – c/c 403,726-x (ANDES)	12.864,62	0,00
BB – c/c 23,926-7 (FUNDO ÚNICO)	1.029,17	0,00
Bancos c/Aplicações Financeiras	5.133.566,29	3.449.765,24
BB – c/403,726-x (ANDES)	495.469,85	51.043,00
BB – c/437,525-4 (CNESF)	456.180,00	362.638,05
BB – c/437,864-4 (Eventos)	5.906,60	5.362,12
BB – c/23,926-7 (FUNDO ÚNICO)	4.077.906,22	2.942.928,11
BB – c/223,926-4 (FNG)	98.103,62	87.793,96
CRÉDITOS	1.209.067,60	1.289.944,48
Devedores por Empréstimos	54.972,07	97.020,18
CNESF	29.067,94	29.240,84
Fundo de solidariedade	7.608,43	7.608,43
APUFSC	3.028,90	19.000,00
SINDUFAP	5.266,80	5.266,80
CONLUTAS	0,00	6.000,00
SESF-Sind. Emp. Est. Serv. Saúde de	10.000,00	10.000,00
FUNDO ÚNICO	0,00	19.904,11
Devedores da Entidade	372.993,69	363.232,23
Ssind. Rateio 22º Congresso	1.461,55	1.461,55
Ssind. Rateio 47º CONAD	3.228,37	3.228,37
Ssind. Rateio 23º Congresso	2.224,57	14.546,39
Ssind. Rateio 48º CONAD	938,27	938,27
Ssind. Rateio 49º CONAD-Brasília	3.093,85	3.093,85

Ssind. Rateio 24º Congresso	13.368,91	13.368,91
Ssind. Rateio 6º CONAD Extraordinário	10.161,28	12.855,39
Ssind. Rateio 50º CONAD	7.395,79	9.156,94
Ssind. Rateio 25º Congresso-MT	16.517,38	16.517,38
Ssind. Rateio 51º CONAD	20.075,92	20.075,92
Ssind. Rateio 26º Congresso-PB	17.369,90	17.369,90
Ssind. Rateio 27º Congresso-GO	662,98	662,98
Ssind. Rateio 3º Congresso Extraordinário	4.505,08	4.505,08
Ssind. Rateio 52º CONAD	4.249,89	5.742,90
Ssind. Rateio 28º Congresso-RS	52.121,53	53.281,84
Ssind. Rateio 54º CONAD	14.088,67	19.121,34
Ssind. Rateio 29º Congresso	16.119,95	17.578,71
Ssind. Rateio 55º CONAD	7.681,65	13.247,37
Ssind. Rateio 56º CONAD-PR	4.008,41	6.521,89
Ssind. Rateio 30º Congresso-MG	19.974,59	20.708,91
Ssind. Rateio 31º Congresso-Manaus/AM	15.728,41	21.863,25
Ssind. Rateio 57º CONAD-Parnaíba/PI	8.044,06	16.021,81
Ssind. Rateio 32º Congresso-Rio de Janeiro/RJ	1.357,44	13.786,71
Ssind. Rateio 58º CONAD-Santa Maria/RS	2.547,20	11.011,74
Ssind. Rateio 33º Congresso-São Luis/MA	16.978,96	0,00
Ssind. Rateio 59º CONAD-Aracaju/SE	62.524,25	0,00
Devedores Diversos	46.564,83	46.564,83
Créditos Diversos	298.363,07	219.829,17
Despesas a Regularizar	214.152,21	214.152,21
Secretaria da Receita Federal	818,57	0,00
Cheques em Caução	3.473,85	3.473,85
INSS a Recuperar	443,77	0,00
Secretaria de Fazenda e Planejamento	479,51	450,17
Cheques Devolvidos	78.995,16	0,00
Salário Maternidade a Recuperar	0,00	1.752,94
Adiantamento a Funcionários	50.167,53	31.828,27
Adiantamento de Salários	4.049,93	8.568,40
Adiantamento de Férias	46.117,60	23.259,87
Adiantamento a Fornecedores	162.757,55	97.637,50
Adiantamento a Fornecedores	162.757,55	97.637,50
Adiantamento a Regionais	214.825,77	425.409,21
Regional Sul	17.864,64	27.855,27
Regional RJ	23.373,11	16.331,44
Regional NE I	2.271,57	733,17
Regional NE II	23.847,46	46.010,69
Regional NE III	191,50	7.253,84
Regional SP	28.023,21	56.119,18
Regional Leste	18.561,91	32.499,74
Regional Norte I	20.526,68	53.198,13
Regional Norte II	16.788,30	23.353,84
Regional Planalto	12.606,93	22.194,48

Regional Pantanal	34.713,88	57.173,37
Regional RS	16.056,58	82.686,06
Depósitos Judiciais	54.987,92	54.987,92
Depósitos Judiciais	54.987,92	54.987,92
Total do Ativo Circulante	6.837.206,14	5.187.451,97
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis	2.910.749,10	2.910.749,10
Edificações	2.280.000,00	2.280.000,00
Benfeitoria 3º Andar	198.565,73	198.565,73
Benfeitoria 5º Andar	432.183,37	432.183,37
Bens Móveis	1.290.197,26	1.255.559,55
Móveis e Utensílios em Geral	317.708,46	315.182,46
Biblioteca	555,00	555,00
Máquinas e Equipamentos	486.806,02	473.402,02
Equipamentos de Informática	465.609,78	446.902,07
Equipamentos de Comunicação	19.518,00	19.518,00
Depreciações Acumuladas	(94.437,76)	(94.437,76)
(-) Dep. Móveis e Utensílios	(20.191,19)	(20.191,19)
(-) Dep. Máquinas e Equipamentos	(47.558,40)	(47.558,40)
(-) Dep. Equipamentos de Informática	(5.217,69)	(5.217,69)
(-) Dep. Edificações	(14.079,52)	(14.079,52)
(-) Dep. Benfeitoria	(6.272,17)	(6.272,17)
(-) Dep. Máquinas, Motores, Aparelhos-BTNF	(1.118,79)	(1.118,79)
Total do Imobilizado	4.106.508,60	4.071.870,89
INTANGÍVEL		
Bens Intangíveis	15.858,27	15.858,27
Programas e Sistemas	15.538,27	15.538,27
Marcas e Patentes	320,00	320,00
(-)Amortização	(222,76)	(222,76)
(-) Amortização de Programas e Sistemas	(222,76)	(222,76)
Total do Intangível	15.635,51	15.635,51
Total do Ativo Não Circulante	4.122.144,11	4.087.506,40
TOTAL DO ATIVO	10.959.350,25	9.274.958,37

BALANÇO PATRIMONIAL
31 de Dezembro de 2014
PASSIVO

PASSIVO CIRCULANTE	2014	2013
	R\$	R\$
EXIGIBILIDADES	946.085,49	945.750,44
Fornecedores	53.882,42	108.272,61
Fornecedores Diversos	53.882,42	108.272,61
Obrigações Sociais e Trabalhistas	145.033,94	127.577,98
Salários a Pagar	2.915,50	0,00
INSS a Recolher	128.393,45	114.867,92
FGTS a Recolher	13.724,99	12.710,06
Obrigações Fiscais e Tributárias – ANDES	28.901,13	27.184,33
IRRF s/Salários a Recolher (0561)	17.533,07	14.601,68
IRRF s/Serviços PF a Recolher (0588)	0,00	347,13
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	1.102,89	1.117,08
PIS s/Folha a Recolher (8301)	2.216,42	2.011,19
ISS a Recolher	7.862,02	6.844,25
PIS. COFINS e CSLL a Recolher (5952)	0,00	1.988,13
IRRF s/Aluguel PF a Recolher (3208)	186,73	274,87
Obrigações Fiscais e Tributárias – FUNDO ÚNICO	45,00	0,00
IRRF s/Serviços PJ a Recolher (1708)	45,00	0,00
Credores da Entidade	35.204,18	29.830,51
Credores Diversos – CONADs	0,00	898,31
Credores Diversos	35.204,18	28.932,20
Depósitos de Diversas Origens	117.594,77	77.218,93
Depósitos não Identificados	117.594,77	77.218,93
Credores por Empréstimo	565.424,05	575.666,08
CNESF	0,00	227,20
FNM	10.485,00	10.485,00
FNG	16.465,06	16.465,06
FUNDO ÚNICO	538.473,99	548.488,82
Fundos p/Financiamento de Campanha	4.747.078,09	3.532.015,37
FNG – Fundo Nacional de Greve	98.686,80	90.431,14
Contribuições Recebidas	802.568,37	802.568,37
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	96.239,23	87.929,57
Doações Recebidas	8.044,35	8.044,35
Depósitos a Identificar	7.522,85	7.522,85
Credores Diversos – FNG	82,00	82,00
(-) Despesas c/Diárias	(169.575,99)	(169.575,99)
(-) Despesas c/Passagens	(99.506,41)	(99.506,41)
(-) Despesas c/Hospedagem	(61.289,50)	(61.289,50)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(34.670,46)	(34.670,46)
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(8.390,29)	(8.336,29)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(80.639,71)	(80.639,71)

(-) Despesas c/IRRF s/Aplicações Financeiras	(12.616,49)	(12.616,49)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(74.181,34)	(74.181,34)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(62.073,32)	(62.073,32)
(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação	(64.326,63)	(64.326,63)
(-) Despesas c/Material de Expediente	(47.805,94)	(47.805,94)
(-) Despesas Diversas	(8.000,09)	(8.000,09)
(-) Despesas a Regularizar	(8.473,68)	(8.473,68)
(-) Xerox Com, E Ind. Ltda	(10.528,14)	(10.528,14)
(-) Despesas c/Telefone	(5.972,91)	(5.972,91)
(-) Despesas c/Limpeza. Higiene e Conservação	(2.460,75)	(2.460,75)
(-) Despesas c/Medicamentos Utens. Farmácia	(317,85)	(317,85)
(-) Despesas c/Jornais e Revistas	(880,50)	(880,50)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.234,16)	(1.234,16)
(-) Despesas c/Loações	(19.392,30)	(19.392,30)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(4.223,00)	(4.223,00)
(-) Despesas c/Material Permanente	(4.038,00)	(4.038,00)
(-) Despesas c/Material de Consumo Diversos	(7.742,26)	(7.742,26)
(-) Despesas c/Juros e/ou Multas	(221,72)	(221,72)
(-) Empréstimos Concedidos – ANDES	(16.465,06)	(16.465,06)
(-) Reembolso de Kilometragem	(246,00)	(246,00)
(-) Empréstimos Concedidos – FNM	(10.497,50)	(10.497,50)
CNESF-Coord. Nac. Ent. Serv. Federais	488.165,20	388.874,09
Contribuições Recebidas	1.833.906,08	1.683.848,21
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	199.972,31	161.976,49
Receitas de Plenária/Seminários	150.691,73	69.901,73
Depósitos a Identificar	46.983,36	46.263,36
Empréstimos Recebidos – ANDES	29.067,94	29.240,84
Empréstimos Recebidos – FDO SOLIDARIEDADE	100,00	100,00
(-) Despesas c/Material de Expediente	(71.930,08)	(69.871,29)
(-) Despesas c/Plano de Saúde	(3.182,21)	(3.182,21)
(-) Despesas c/Fotocópias	(5.126,30)	(5.036,30)
(-) Despesas c/Propaganda e Publicidade	(82.623,00)	(82.623,00)
(-) Despesas c/Juros e Multas	(2.726,24)	(2.664,77)
(-) Despesas c/Telefone	(73.761,35)	(70.120,63)
(-) Despesas c/Condução e Transporte	(9.601,04)	(9.410,84)
(-) Despesas c/Água e Esgoto	(392,16)	(392,16)
(-) Despesas c/Energia Elétrica	(7.707,67)	(7.290,42)
(-) Despesas c/Condomínios	(17.630,52)	(14.387,31)
(-) Despesas Bancárias/CPMF/IOF	(11.563,93)	(10.797,48)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(223.780,25)	(204.809,19)
(-) Despesas c/Vale Alimentação	(454,65)	(425,00)
(-) Despesas c/Vale Transporte	(120,00)	(120,00)
(-) Despesas c/Internet	(5.527,22)	(5.111,48)
(-) Despesas c/Material de Limpeza	(1.740,83)	(1.740,83)
(-) Despesas c/Gêneros Alimentícios	(21.020,66)	(21.020,66)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(157.705,40)	(155.805,40)
(-) Despesas c/Loações	(218.877,35)	(208.102,65)

(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(1.325,35)	(1.275,35)
(-) Despesas c/Diárias	(6.075,00)	(6.075,00)
(-) Despesas c/Passagens	(23.778,05)	(22.603,88)
(-) Despesas c/Gratificações	(150,00)	(150,00)
(-) Despesas c/Brindes	(3.023,98)	(3.023,98)
(-) Despesas c/Flores e Ornamentos	(455,00)	(455,00)
(-) II Enc. Ent. Assoc. de Aposentados	(54.239,98)	(54.239,98)
(-) Despesas a Regularizar	(104.357,14)	(104.357,14)
(-) Despesas c/Transportes e Fretes	(7.280,54)	(7.280,54)
(-) Despesas c/Alimentação	(2.201,22)	(2.201,22)
(-) Despesas c/Assinaturas e Periódicos	(10.767,74)	(9.731,14)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(521.834,76)	(462.116,92)
(-) Empréstimos Concedidos	(400,00)	(400,00)
(-) Despesas c/Hospedagem	(83.721,06)	(23.243,06)
(-) Despesas c/IPTU	(4.689,93)	(3.832,77)
(-) Despesas c/IRRF s/Apl. Financeiras	(26.889,09)	(22.435,22)
(-) Despesas c/Mat. Consumo Uso Duradouro	(5.096,52)	(5.096,52)
(-) Devedores Diversos	(800,00)	(800,00)
(-) Empréstimos Concedidos – ANDES	0,00	(227,20)
FUNDO ÚNICO – Fdo Nac /Mob/Greve	4.160.226,09	3.052.710,14
Contribuições Recebidas	1.575.310,95	655.622,65
Rendimentos s/Aplicações Financeiras	514.164,38	179.186,27
FNM - Fundo Nacional de Mobilização	1.054.607,81	1.054.607,81
Empréstimo Concedido ao FNM pelo FNG	10.497,50	10.497,50
Fundo de Solidariedade	1.899.943,64	1.899.943,64
Empréstimo Conc F. do de Solidariedade p/ANDES	7.608,43	7.608,43
Empréstimos Recebidos – ANDES	0,00	19.904,11
Depósitos a Identificar	10.128,16	6.947,89
(-) Despesas Bancária/CPMF/IOF	(4.130,70)	(2.022,20)
(-) Despesas c/Contribuições e Doações	(251.100,00)	(166.760,00)
(-) Empréstimo Concedido ADUNEB pelo FNM	(20.000,00)	(20.000,00)
(-) Empréstimo Concedido ANDES pelo FNM	(10.485,00)	(10.485,00)
(-) Empréstimo Conc SINDURCA p/Fdo de Solidariedade	(3.757,00)	(3.757,00)
(-) Empréstimo Concedido CNESF p/Fdo de Solidariedade	(100,00)	(100,00)
(-) Empréstimos Concedidos – ANDES	(538.473,99)	(548.488,82)
(-) Desp. c/Material de Consumo Diversos	(10.182,69)	(10.182,69)
(-) Desp. c/Passagens Aéreas. Terrestres	(12.114,81)	(3.259,29)
(-) Desp. c/Loações Diversas	(2.020,00)	(2.020,00)
(-) Despesas c/Diárias	(3.900,00)	(2.500,00)
(-) Despesas c/Condução e Transporte Urbano	(6.202,00)	(6.160,00)
(-) Despesas c/Serviços Gráficos	(510,00)	(510,00)
(-) Despesas c/Combustíveis e Lubrificantes	(318,80)	(152,80)
(-) Despesas c/Prestação de Serviços	(33.380,00)	(380,00)
(-) Despesas c/Hospedagem	(7.560,00)	(4.176,00)
(-) Despesas c/Mantimentos e Alimentação	(1.392,81)	(654,36)
(-) Despesas c/Reembolso de Kilometragem	(135,00)	-

(-) Devedores Diversos	(6.271,98)	-
Total do Passivo Circulante	5.693.163,58	4.477.765,81
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SUPERÁVITS/DEFICITs ACUMULADOS	4.783.655,72	5.044.595,65
Superávit Acumulado	4.989.400,65	5.236.803,74
Ajustes de Exercícios Anteriores	(205.744,93)	(192.208,09)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	482.530,95	(247.403,09)
Superávit/Déficit do Período	482.530,95	(247.403,09)
Total do Patrimônio Líquido	5.266.186,67	4.797.192,56
TOTAL DO PASSIVO	10.959.350,25	9.274.958,37

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial do exercício de 2014 que apresenta um total de R\$ 10,959,350.25 (dez milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos). Estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos documentos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2014

PAULO MARCOS BORGES RIZZO
Presidente
 CPF: 007.499.728-90

**AMAURI FRAGOSO DE
 MEDEIROS**
1º Tesoureiro
 CPF: 324.488.134-34

**IÊDA MENDES
 CORREA**
Contadora
 CPF: 401.745.141-15
 CRC/DF: 013.720/O-8

ANDES-SN – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
31 de Dezembro de 2014
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

RECEITAS	2014	2013
	R\$	R\$
RECEITAS ORDINÁRIAS	9.747.809,20	8.769.606,81
RECEITAS SOCIAIS	9.721.057,61	8.752.379,44
<i>Contribuições</i>	9.721.057,61	8.752.379,44
Outras Receitas	2.539,93	4.138,91
<i>Contribuição Sindical</i>	2.453,40	54,72
<i>Descontos Obtidos</i>	86,53	4.084,19
Receitas Financeiras	24.211,66	13.088,46
<i>Rendimentos s/Aplicações Financeiras</i>	24.211,66	13.088,46
RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS	124.057,60	0,00
Receitas Diversas	124.057,60	0,00
Receitas de Eventos	1.417,26	0,00
Receitas c/Encontro Nacional de Educação	120.614,01	0,00
Receitas Diversas	2.026,33	0,00
Total das Receitas	9.871.866,80	8.769.606,81
DESPESAS		
DESPESAS OPERACIONAIS	9.389.335,85	9.017.009,90
DESPESAS C/PESSOAL E ENCARGOS	2.621.187,36	2.137.311,99
Despesas c/Pessoal	2.091.654,74	1.712.374,98
Ordenados e Salários	1.119.481,51	987.470,91
Férias	107.810,09	80.571,19
1/3 Férias	36.036,66	26.417,33
Abono Pecuniário de Férias	17.593,63	13.926,97
13º Salário	123.207,21	102.629,94
Horas Extras	41.644,38	25.713,96
DSR s/HE	8.056,65	5.369,16
Indenizações Trabalhistas	11.655,62	10.379,25
Licença Prêmio	86.058,68	0,00
Reembolso Creche/Auxílio Educação	24.984,46	25.801,15
Aviso Prévio	3.855,75	5.355,88
Adicional Noturno	64,73	62,21
Atestado Saúde Ocupacional	1.000,00	124,00
Vale Alimentação/Refeição	370.895,38	318.656,24
Vale Transporte	11.513,45	3.307,13
Auxílio Saúde	85.961,75	76.188,00
Hora Extra Pré-Contratada	41.834,79	30.401,66
Encargos Sociais	529.532,62	424.937,01

INSS Patronal	385.144,83	308.199,55
FGTS	128.152,55	103.723,93
PIS s/Folha de Pagamento	16.235,24	13.013,53
DIÁRIAS E AJUDA DE CUSTO	354.344,40	337.626,03
Despesas c/Diárias	354.000,00	337.626,03
Diretores	310.850,00	307.972,00
Funcionários	4.300,00	1.700,00
Colaboradores/Convidados/Assessores	38.850,00	27.954,03
AJUDA DE CUSTO	344,40	0,00
Ajuda de Custo	344,40	0,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	4.207.593,17	4.894.222,39
Despesas c/Material de consumo	155.166,48	168.005,76
Material de Expediente	73.206,19	81.942,13
Gás. Combustível e Lubrificantes	20.101,24	17.680,78
Material de Limpeza. Higiene e Conservação	4.996,41	6.819,01
Gêneros Alimentícios	19.580,83	20.501,15
Material de Copa e Cozinha	1.824,00	2.128,75
Material de Manutenção e Reparos	3.404,74	4.099,07
Material de Uso Duradouro	369,99	899,80
Medicamentos e Utensílios de Farmácia	839,00	836,65
Equipamentos e Material de Informática	15.068,12	5.815,86
Material Elétrico e Hidráulico	278,40	1.826,79
Material de Cama. Mesa e Banho	1.505,74	0,00
Livros. Jornais e Revistas	89,10	15.165,60
Uniformes e Vestuários em Geral	0,00	3.300,00
Bens de Pequeno Valor	4.712,02	0,00
Outros Materiais de Consumo	9.190,70	6.990,17
Serviços de Terceiros – PF	96.973,98	158.086,28
Assessoria Jurídica – PF	8.605,65	34.422,60
Manutenção e Reparo de Bens Móveis	0,00	595,23
Limpeza e Conservação – PF	1.081,13	2.008,19
Serviços de Terceiros – Fundos	0,00	251,96
Serviços de Digitalização (Bolsistas)	33.600,00	37.101,60
INSS s/Serviços – PF	24.850,12	29.474,19
Outros Serviços – PF	19.315,17	18.691,98
Tradução/Revisão de Textos – PF	9.521,91	18.655,74
Assessoria de Imprensa – PF	0,00	16.884,79
Serviços de Terceiros – PJ	3.955.452,71	4.568.130,35
Assessoria Jurídica – AJN	481.637,25	462.258,96
Assessoria Contábil – PJ	88.990,47	83.734,96
Transportes e Fretes	343.221,49	505.676,51
Conduções e Transportes Urbanos	124.445,93	100.971,37
Passagens Aéreas. Terrestres e Marítimas	819.333,34	766.606,05

Hospedagem	432.995,20	650.541,71
Telefone	112.692,61	111.785,24
Energia Elétrica	43.963,05	38.019,43
Água e Esgoto	423,25	1.109,50
Alimentação	20.301,71	7.484,31
Aluguel de Imóveis	199.272,89	194.297,50
Condomínio	136.406,75	119.996,26
Manutenção e Reparos de Bens Móveis	27.916,24	19.847,16
Serviços Gráficos	65.719,23	446.627,50
Limpeza e Conservação	90,00	2.726,00
Assessoria Jurídica – Regionais	389.290,03	293.219,76
Assinaturas e Periódicos	2.037,51	4.637,66
Internet	37.023,06	31.226,77
Fotocópias/Encadernações	3.746,45	9.375,42
Assinatura de TV a Cabo	4.420,35	3.985,80
Correios e Telégrafos	60.218,96	80.583,20
Reembolso de Kilometragem	18.149,27	17.349,45
Estacionamento/Pedágios	7.548,04	6.545,88
Serviços Fotográficos – PJ	2.500,00	2.500,00
Anúncios e Publicações	5.542,80	2.137,40
Revisa Universidade e Sociedade	137.491,00	74.495,50
Serviços Técnico Profissional – PJ	82.788,00	129.631,50
Jornal Informandes	241.330,00	277.564,50
Seguros em Geral	5.075,39	2.622,23
Locação de Bens Móveis	8.050,00	1.770,00
Locações de Veículos	5.675,00	6.113,90
Custas e Emolumentos	36.277,44	87.367,92
Seminários. Congressos e Convenções	6.730,00	5.921,00
Manutenção e Reparo de Bens Imóveis	4.150,00	19.400,00
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	24.244,39	23.733,26
Despesas Tributárias	24.244,39	23.733,26
IPTU/TLP	23.141,71	20.954,84
IRRF s/Aplicações Financeiras	455,17	1.266,70
Impostos e Taxas Diversas	647,51	1.511,72
DESPESAS FINANCEIRAS	14.697,07	11.058,52
Despesas Financeiras	14.697,07	11.058,52
Despesas Bancárias	8.920,41	8.660,00
Juros e Multas p/Atraso	5.776,66	2.398,52
CONTRIBUIÇÕES/DOAÇÕES	832.977,31	751.281,99
Contribuições /Doações	832.977,31	751.281,99
DIEESE- Dep. Inst. Estat. Est Social	184.684,57	169.124,97
DIAP- Dep. Inter. Ass. Parlamentar	3.576,00	3.324,00
CNESF – Coord. Nac. Ent. Serv. Feder	92.691,72	79.875,81
FNDC – Fórum Nac. p/Dem. Com	315,00	1.460,00

CONLUTAS – Coord. Nac. Lutas	281.990,04	281.990,04
Assoc. Amigos Esc. Nac. FLORESTAN FERNANDES	24.000,00	22.500,00
Auditoria Cidadã da Dívida	24.000,00	24.500,00
FUNDO ÚNICO	185.383,44	119.785,90
Outras Contribuições/Doações	36.336,54	48.721,27
DESPESAS C/REGIONAIS	1.202.842,48	828.180,18
Despesas c/Regionais	1.202.842,48	828.180,18
Regional Sul	95.248,13	70.041,23
Regional RJ	104.118,41	93.220,36
Regional NE I	101.774,21	110.428,33
Regional NE II	65.652,06	49.539,02
Regional NE III	126.124,23	89.739,14
Regional SP	89.699,03	49.659,89
Regional Leste	128.774,49	80.118,74
Regional Norte I	52.100,07	41.992,51
Regional Norte II	98.111,46	96.427,13
Regional Planalto	103.673,76	78.124,47
Regional Pantanal	93.786,96	39.711,47
Regional RS	143.779,67	29.177,89
DESPESAS DIVERSAS	131.449,67	33.595,54
Despesas Diversas	131.449,67	33.595,54
Despesas de Exercícios anteriores	2,94	14.518,84
Despesas c/Eventos	4.970,40	19.066,70
Perdas Diversas	0,45	10,00
Despesas c/Encontro Nacional de Educação	126.475,88	0,00
Total das Despesas	9.389.335,85	9.017.009,90
(=) Superávit/Déficit do período	482.530,95	(247.403,09)

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado no Período apresenta no exercício em referência um superávit de R\$ 482,530.95 (quatrocentos e oitenta e dois mil, quinhentos e trinta reais e noventa e cinco centavos). Estando de acordo com os documentos entregues à contabilidade pelo Sindicato, o qual se responsabiliza pela exatidão, veracidade e idoneidade dos mesmos. Ressalve-se que a responsabilidade do profissional contábil fica restrita aos aspectos técnicos, uma vez que operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pelo Sindicato.

Brasília/DF, 31 de dezembro de 2014

**PAULO MARCOS
BORGES RIZZO**
Presidente
CPF: 007.499.728-90

AMAURI FRAGOSO DE MEDEIROS
1º Tesoureiro
CPF: 324.488.134-34

IÊDA MENDES CORREA
Contadora
CPF: 401.745.141-15
CRC/DF: 013.720/O-8

TEXTO 20*Diretoria do ANDES-SN***PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2016****TR – 20**

O 60º CONAD aprova a previsão orçamentária para 2016

Receita	2016
Receita Total	10.780.000,00
Outras Receitas (Patrimônio, Contribuição Sind., Diversas)	120.000,00
Receita de aplicações financeiras	100.000,00
Receita de Contribuições	10.560.000,00

Despesas	2016
Água e Esgoto	1.100,00
Alimentação	21.000,00
Aluguel de Bens Imóveis	220.000,00
Assessoria Contábil	100.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – AJN	583.000,00
Assessoria Jurídica Pessoa Jurídica – Regionais	430.000,00
Assinaturas e Periódicos	2.500,00
Condomínios (Apto Brasília/ Sede 3º e 5º andar/ Secretarias Regionais)	150.000,00
Conduções e Passagens Urbanas/Táxi Ressarcimento	130.000,00
Contribuições – Aud. Cidadã da Dívida	24.000,00
Contribuições – Escola Nac. Florestan Fernandes	24.000,00
Correios e Telégrafos	14.000,00
Custas e Emolumentos	28.000,00
Despesas bolsistas	36.000,00
Despesas com Regionais	1.370.000,00
Despesas Diversas	50.000,00
Despesas Financeiras	15.000,00
Despesas Tributárias (IPTU/ IR/ Impostos e Taxas Diversas)	38.000,00
Diárias de Diretores	310.000,00
Diárias Diversas	40.000,00
Energia Elétrica	50.000,00
Estacionamentos / Pedágios	8.000,00
Hospedagem	440.000,00
INSS s/Serviços	28.000,00
Internet e TV a Cabo	42.000,00
Locação de Equipamentos e Veículos	10.000,00
Manutenção e Reparos Bens Móveis	28.000,00

Material de Consumo	170.000,00
Passagens Aéreas e Terrestres	900.000,00
Pessoal e Encargos	3.100.000,00
Publicações (Informandes impressos/ Cartilhas)	245.000,00
Reembolso de Quilometragem	20.000,00
Repasse Fundo Único	200.000,00
Repasses p/ Entidades Filiadas: DIEESE/ DIAP/ CNESF/ CSP CONLUTAS/ FNDC	600.000,00
Revista – Universidade & Sociedade	176.000,00
Seguros em Geral	7.000,00
Serviços Diversos – PF	25.000,00
Serviços Gráficos (Banners/ Folders/ Cartazes)	60.000,00
Serviços Técnicos Profissionais – PJ	50.000,00
Telefone	130.000,00
Transportadoras e Fretes	380.000,00
Total de Despesas	10.255.600,00

TEXTO 21

Diretoria do ANDES-SN

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 34º CONGRESSO**TR – 21**

O 60º CONAD aprova a prestação de contas do 34º CONGRESSO

DESPESAS DO 34º CONGRESSO	ANDES-SN
<i>Especificação</i>	RATEIO
1-PESSOAL	
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)	
Passagens Aéreas/ Terrestre/ Hospedagem	0,00
Diárias	0,00
Horas extras	26.457,19
Subtotal	26.457,19
2 – IMPRENSA E DIVULGAÇÃO	
Arte do Folder	0,00
Caderno Textos (papel, transporte, toner)	1.180,80
Cartazes Gráfica	700,05
Encadernação	1.750,00
Faixas	0,00
Convites (impressão)	0,00
Banner	1.900,00
Serviço de Impressão/Informativo do Congresso	2.772,00
Subtotal	8.302,85
3 – INFRAESTRUTURA	
Estrutura Física	
Combustível	100,00
Correio	0,00
Aluguel de rádios	0,00
Aluguel de cadeiras e mesas	2.040,00
Aluguel de Notebooks	1.710,00
Aluguel de espaço	19.200,00
Aluguel do auditório	38.000,00
Internet	1.200,00
Decoração	380,00
Apresentação Cultural	2.000,00
Painel	3.120,00
	67.750,00
Prestação de Serviços	
Táxi	600,00
Aluguel de carro	197,12

Som e Filmagem	9.400,00
Enfermeiro/ Ambulância	5.880,00
Água/Café	2.040,00
Coffe Break	15.600,00
	33.717,12
Material de Consumo	
Medicamentos farmácia	156,07
Material de Escritório e expediente	79,00
Material de Consumo elétrico	1.797,87
	2.032,94
Material distribuído aos delegados e observadores	
Pastas/ Bolsas	6.600,00
Camisetas	6.875,00
Crachá	1.622,50
Guia do Congressista	0,00
Canetas	279,62
Blocos	1.358,50
	<u>0,00</u>
Subtotal	16.735,62
4 – COMISSÃO ORGANIZADORA	
Diárias	0,00
Passagens Aéreas	0,00
Hospedagem	0,00
Subtotal	0,00
5- Despesa c/ transporte de um delegado das Seções Sindicais c/ menos de 101 filiados.	9.029,45
Subtotal	9.029,45
TOTAL	164.025,17

TEXTO 22

Contribuição dos professores: Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)

EM DEFESA DA DEMOCRACIA SINDICAL: CONTRA A BARREIRA ÀS POSIÇÕES POLÍTICAS MINORITÁRIAS

TEXTO DE APOIO

A democracia sindical é uma necessidade para que as categorias em lutas possam se expressar, sua preservação é parte essencial do combate às tendências de burocratização e estatização dos movimentos. Não se trata de um procedimento meramente formal, administrativo, mas sim político. Uma política classista e combativa pressupõe a democracia de base que permite a ação frentista, unitária em torno de uma plataforma de luta comum. Aqueles que decidem são chamados a adotarem os métodos coletivos da classe operária e a confiança em suas próprias forças. Uma política reformista se expressa no afastamento das bases das decisões, tende ao consenso de cúpulas e aos métodos jurídico-parlamentares.

Barreiras às posições políticas minoritárias

A partir do 33º Congresso do ANDES-SN, realizado em fevereiro de 2014, foi aprovada uma mudança no funcionamento do Congresso do Andes para deixá-lo mais curto. Uma das medidas adotadas foi a revisão da prática de levar à plenária final as propostas não debatidas nos GTs. A Corrente Proletária na Educação tem apresentado que esta medida leva à exclusão de propostas que são enviadas ao caderno de textos e acabam não sendo apreciadas por nenhuma instância do Congresso.

Para driblar a possibilidade de exclusão sumária de uma TR sem que seja discutida em nenhuma instância coletiva, a direção do ANDES tem ordenado o funcionamento dos GTs com agrupamento dos TRs por tema e início da discussão em cada GT a partir de um ponto diferente. Na prática, esta medida converteu os grupos que deveriam discutir todos assuntos em GTs temáticos definidos arbitrariamente pela direção. E, mesmo assim pela experiência do 34º Congresso e do 7º CONAD extraordinário, ainda houve propostas contidas em TRs e TRs inteiras que foram excluídas sem serem debatidas por nenhuma instância do congresso. Outra barreira é a regra de que das TRs remetidas para a plenária, apenas aquelas que tiverem pelo menos uma proposta aprovada poderiam ser apreciadas pela plenária.

Mais do que isso, a própria barreira colocada pelo regimento, em que uma proposta deve obter 30% em um dos GTs para chegar à plenária é um elemento antidemocrático por princípio. Tal medida submete os debates da plenária deliberativa, que reúne todos os delegados, às votações dos grupos mistos, organizados pela própria direção do ANDES.

Em congressos burocratizados como os dos sindicatos cutistas, a cláusula de barreira é inferior a esse percentual, sobretudo, nos sindicatos em que correntes e partidos que também compõem a direção do Andes atuam como oposições e minorias. Nos

congressos da CNTE, por exemplo, a barreira é criticada por todas as alas oposicionistas (o que inclui PSOL e PSTU), enquanto é defendida como algo “normal” no ANDES, por militantes desses partidos, com os mesmos argumentos dos burocratas cutistas. Alegam que é um “mínimo”, que a minoria, para se estabelecer, precisa alcançar. Por essa lógica, a existência das minorias sindicais depende de um percentual numérico para existir e não de uma diferença programática.

Outro traço burocrático que reproduz práticas de organizações cutistas é a sobreposição de propostas ditas “consensuadas” em que modifica-se uma proposta e vota-se a partir de uma colocação da direção e não a partir da defesa que os proponentes da resolução fizeram. Assim, mesmo quando vence as barreiras colocadas, uma proposta pode ser votada não a partir de sua formulação original, mas sim uma versão pretensamente pactuada, independente do acordo de seus proponentes ou texto resultante do GT.

Prolongamento das plenárias é um problema político

Percebe-se que as correntes que disputam veladamente a direção do Andes (sendo as majoritárias Psol e PCB / Andes pela Base e a minoritária PSTU / Andes em Luta) não debatem efetivamente um programa que enfrente os problemas do docentes e demais explorados. Tanto é que permanecem empunhando o programa reformista para a educação expresso no PNE da Sociedade Brasileira, documento que traz a política do PT antes de entrar no governo. Desperdiçam tempo em correções ortográficas e declarações abstratas. Não apresentam divergências programáticas. Usam as votações como termômetro de sua força, que pode se traduzir em fortalecimento nas eleições sindicais. Parte da base, expressa o conservadorismo e corporativismo, considerando irrelevantes os debates mais gerais. É deste terreno, de disputa pelo aparelho e despolitização, que brotam as propostas de mutilação da democracia. A direção, por essa via, sufoca as posições minoritárias.

O prolongamento das plenárias é um problema político, de incompreensão da importância das plenárias que agregam professores de todo o país. A mudança regimental não impediu as exaustivas correções ortográficas e propostas academicistas, mas eliminou propostas políticas minoritárias. Todas medidas restritivas devem ser revogadas.

TR – 22

O 60º CONAD do ANDES-SN aprova a modificação do artigo 21 e a supressão dos § 2º e 3º do artigo 35 do regimento do Congresso, que passam a ter a seguinte redação:

Art. 21. Dos relatórios consolidados que serão apresentados às plenárias do CONGRESSO constam, necessariamente: I – as propostas apresentadas nas TRs; II – as propostas surgidas GTs; III – as propostas de redação compatibilizadas pela comissão diretora e relatores(as).

§ 1º A comissão diretora poderá redigir e incluir no relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização ou consolidação das propostas oriundas dos grupos mistos. Não poderão ser feitas propostas de acréscimo ou alteração para inclusão no relatório que não correspondam às propostas oriundas dos grupos mistos.

Art. 35. As discussões e votações têm o seguinte procedimento: I – fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição; II – fase de

encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da plenária e dos(as) inscritos(as); III – fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela mesa coordenadora, com aprovação do grupo misto ou da plenária.

§ 1º Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

TEXTO 23

Contribuição dos professores: Sandra Maria Marinho Siqueira (base da APUB/BA), Soraia Carvalho (ADUFCG/PB), Alessandro Teixeira Nóbrega (ADUERN/RN), Douglas Ferreira de Paula (ADUA/AM), Maria das Graças de Araújo (ADUNIR/RO)

DEFENDER OS MÉTODOS DA DEMOCRACIA SINDICAL CONTRA O CHAMADO “CONSENSO PROGRESSIVO”

TEXTO DE APOIO

O aprofundamento dos ataques aos direitos dos trabalhadores e à educação pública, em todos os níveis, coloca a necessidade de avançar na organização, mobilização e luta do conjunto dos explorados e da categoria docente. Nas frentes em que o Andes-SN, tem se repetido a defesa, por parte dos representantes da direção, do método do “consenso progressivo”.

O maior exemplo disso foi a realização dos Pré-ENEs nos estados e do 1º Encontro Nacional de Educação (ENE), no Rio de Janeiro. Nos Seminários da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCOS) a representação do ANDES afirmou que essa é a via para construir a unidade e sugeriu que aqueles que discordam dos atuais princípios da FNCPS deveriam se retirar do espaço. Com esta prática, abandona-se a discussão das posições divergentes e impede-se a votação pela base presente nas diversas instâncias e atividades da entidade. A unidade na ação se constrói com liberdade de crítica e debate sobre as divergências.

Para os defensores do “consenso progressivo”, trata-se de juntar propostas as mais contraditórias possíveis num único documento e encaminhá-lo à direção da entidade, que ficará responsável por operacionalizá-las. As discussões nos GTs se tornam uma formalidade, tendo em vista que não há mais plenárias para se defender, discutir e aprovar as propostas, basta remeter à direção da entidade e esta escolhe qual proposta aplicar durante o próximo período. Quem seleciona e aplica as propostas de fato é a direção da entidade, comandada pelas correntes majoritárias. É evidente que apenas as propostas que estão de acordo com as posições dessas correntes serão encaminhadas à prática. Trata-se de uma clara violação do método da democracia operária e da prevalência, em última instância, das posições dos dirigentes e não das deliberações coletivas tomadas pela base. Para as posições diferentes, nunca há acúmulo suficiente. E ainda se falsifica o resultado destes encontros como “deliberações consensuais”, mesmo sem espaços efetivamente deliberativos.

Uma frente em defesa da educação ou saúde pública, por exemplo, deve agregar todos que lutam por estas reivindicações, mesmo que haja divergências programáticas e táticas. O método do “consenso progressivo” levará ao aprofundamento do divisionismo, fragmentação e ao burocratismo, minando as decisões coletivas e de base. A base de fato não decide nada, porque, afinal de contas, é a direção que selecionará as propostas que serão concretizadas pelas entidades.

TR – 23

Que o Andes-SN, em suas próprias instâncias e nas frentes em que atua, se coloque pela defesa da democracia sindical, o que significa que as bases nos grupos, plenárias e assembleias decidem a política e o plano de lutas a serem implementados.

TEXTO 24

Diretoria do ANDES-SN

REPASSES DAS SEÇÕES SINDICAIS**TEXTO DE APOIO**

De acordo com a deliberação do 52º CONAD, São Luís – MA, 26 a 29/7/07, a Diretoria está apresentando o quadro com os repasses das seções sindicais ao ANDES-SN, atualizado até o dia 31 de maio de 2015, acompanhado dos acordos estabelecidos com a tesouraria nacional.

NORTE 1									
ADUA – 1231-9 – MANAUS/AM									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	04/02/15	13.234,72	759,89				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	19/02/15	14.433,60	808,35				
MARÇO	F	fevereiro/2015	13/03/15	14.433,60	808,60				
ABRIL	F	março/2015	24/04/15	14.570,56	803,07				
MAIO	F	abril/2015	22/05/15	14.354,80	804,20				
JUNHO	F	maio/2015							
SESDUF-RR – 1236-X – BOA VISTA/RR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	09/01/15	6.818,73	545,50				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	10/02/15	6.768,59	541,49				

MARÇO	F	fevereiro/2015	11/03/15	6.547,60	532,46				
ABRIL	F	março/2015	10/04/15	6.966,16	532,46				
MAIO	F	abril/2015	11/05/15	7.008,38	557,29				
JUNHO	F	maio/2015			560,67				

ADUNIR – 1235-1 – PORTO VELHO/RO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	09/01/15	2.160,00	76,60	11/12/14	10/60	1.400,00	
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	11/02/15	2.160,70	76,60	09/01/15	11/60	1.400,00	
MARÇO	F	fevereiro/2015	09/03/15	2.160,70	76,60	11/02/15	12/60	1.400,00	
ABRIL	F	março/2015	08/04/15	2.160,70	76,60	09/03/15	13/60	1.400,00	
MAIO	F	abril/2015	12/05/15	2.160,70	76,60	08/04/15	14/60	1.400,00	
JUNHO	F	maio/2015				12/05/15	15/60	1.400,00	

ADUFAC – 1232-7 – RIO BRANCO/AC									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	20/01/15	10.035,79	534,93				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	20/02/15	10.422,02	529,21				
MARÇO	F	fevereiro/2015	08/04/15	9.953,19	530,38				
ABRIL	F	março/2015	14/05/15	10.361,64	546,91				
MAIO	F	abril/2015	14/05/15	10.329,03	545,66				
JUNHO	F	maio/2015							

SIND-UEA - 1340-4 –MANAUS/AM									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	09/01/15	234,00	32,30				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	24/02/15	234,00	32,30				
MARÇO	E	fevereiro/2015	12/03/15	234,00	32,30				
ABRIL	E	março/2015	08/04/15	234,00	32,30				
MAIO	E	abril/2015	13/05/15	234,00	32,30				
JUNHO	E	maio/2015			32,30				

SINDUERR -1387-0 BOA VISTA /RR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

SINDIFAP -1381- MACAPÁ/AP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							

JUNHO	F	maio/2015							
-------	---	-----------	--	--	--	--	--	--	--

SINDUEAP- MACAPÁ/AP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

NORTE 2

ADUFRA – 1234-3 – BELÉM/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	10/02/15	1.522,23	121,78				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	20/03/15	1.258,39	100,67				
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFPA – 1233-5 – BELÉM/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	16/01/15	29.660,03	2.372,80				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	11/02/15	29.496,82	2.359,75				
MARÇO	F	fevereiro/2015	10/03/15	29.579,32	2.366,35				
ABRIL	F	março/2015	10/04/15	30.851,82	2.468,15				
MAIO	F	abril/2015	13/05/15	30.834,53	2.466,76				
JUNHO	F	maio/2015							

SINDUFAP – 1349-8 – MACAPÁ/AP									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	22/12/14	2.185,31	174,83				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	06/01/15	2.440,84	195,27				
MARÇO	F	fevereiro/2015	05/02/15	2.376,93	190,15				
ABRIL	F	março/2015	12/05/15	2.445,39	195,63				
MAIO	F	abril/2015	12/05/15	2.448,02	195,84				
JUNHO	F	maio/2015							

SINDUEPA – 1284-X – BELÉM/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							

ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

SINDUFOPA - SANTARÉM/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

SINDUNIFESSPA- 1383-8 MARABÁ/PA									
S.SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

NORDESTE 1

APRUMA – 1238-6 – SÃO LUÍS/MA

S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	18/12/14	8.559,37	684,75				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	15/01/15	9.205,94	736,47				
MARÇO	F	fevereiro/2015	20/02/15	9.206,38	736,51				
ABRIL	F	março/2015	17/03/15	9.240,78	739,26				
MAIO	F	abril/2015	17/04/15	9.266,15	741,29				
JUNHO	F	maio/2015	15/05/15	9.269,90	741,59				

ADUFPI – 1239-4 – TERESINA/PI

S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	11/02/15	3.825,66	280,92				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	11/02/15	3.825,66	210,69				
MARÇO	F	fevereiro/2015	04/03/15	3.825,66	210,69				
ABRIL	F	março/2015	16/04/15	3.825,66					
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADCESP – 1240-8 – TERESINA/PI

S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	05/01/15	3.371,60	269,73				

FEVEREIRO	E	janeiro/2015	04/02/15	3.371,60	269,73				
MARÇO	E	fevereiro/2015	12/03/15	3.371,60	269,73				
ABRIL	E	março/2015	16/04/15	3.371,60	269,73				
MAIO	E	abril/2015	07/05/15	3.371,60	269,73				
JUNHO	E	maio/2015							

SESDUFC – 1241-6 – FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUNIFOR – 1242-4 – FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2014							
FEVEREIRO	P	janeiro/2015							
MARÇO	P	fevereiro/2015							
ABRIL	P	março/2015							
MAIO	P	abril/2015							
JUNHO	P	maio/2015							

SINDCEFET-PI - - TERESINA/PI									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	02/03/15	3.025,59	302,55				
MARÇO	F	fevereiro/2015	20/03/15	109,97					
ABRIL	F	março/2015	10/04/15	1.240,00					
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

SINDCENTEC - JUAZEIRO DO NORTE/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

SINDIUVA – 1341-2 – SOBRAL/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	20/01/15	2.104,00	168,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	10/02/15	2.290,10	183,20				
MARÇO	E	fevereiro/2015	11/03/15	2.281,65	182,50				
ABRIL	E	março/2015	08/04/15	2.332,30	186,60				
MAIO	E	abril/2015	07/05/15	2.331,80	186,55				
JUNHO	E	maio/2015							

SINDUECE – 1342-0 – FORTALEZA/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	20/02/15	4.430,83	354,47				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	20/02/15	4.430,83	354,47				
MARÇO	E	fevereiro/2015	16/03/15	3.032,47	242,60				
ABRIL	E	março/2015	07/04/15	3.172,06	253,76				
MAIO	E	abril/2015			253,89				
JUNHO	E	maio/2015							

SINDURCA – 1354-4 – CRATO/CE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	06/01/15	1.822,86	145,82				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	23/02/15	1.928,25	154,27				
MARÇO	E	fevereiro/2015	12/03/15	1.928,26	154,27				
ABRIL	E	março/2015	22/04/15	1.924,76	153,98				
MAIO	E	abril/2015	07/05/15	1.926,06	154,09				
JUNHO	E	maio/2015							

NORDESTE 2

ADESA-PE – 1253-X – ARCO VERDE/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2014							
FEVEREIRO	M	janeiro/2015							
MARÇO	M	fevereiro/2015							
ABRIL	M	março/2015							

MAIO	M	abril/2015							
JUNHO	M	maio/2015							

ADESB – 1255-6 – BELO JARDIM/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2014							
FEVEREIRO	M	janeiro/2015							
MARÇO	M	fevereiro/2015							
ABRIL	M	março/2015							
MAIO	M	abril/2015							
JUNHO	M	maio/2015							

ADFURRN – 1249-1 – MOSSORÓ-RN									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	13/02/15	8.315,25	665,22				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	23/02/15	8.343,25	667,46				
MARÇO	E	fevereiro/2015	30/03/15	8.329,39	666,35				
ABRIL	E	março/2015	30/04/15	8.336,55	666,93				
MAIO	E	abril/2015	28/05/15	8.340,20	667,22				
JUNHO	E	maio/2015							

ADUC – 1245-9 – CAJAZEIRAS-PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	20/02/15	2.088,25	82,29				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	25/03/15	496,29	39,70				
MARÇO	F	fevereiro/2015	29/04/15	1.066,52	85,32				
ABRIL	F	março/2015	19/05/15	499,07	39,92				

MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUEPB – 1246-7 – CAMPINA GRANDE/PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014				14/07/14	5/150	3.244,75	
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

ADUFCG – 1244-0 – CAMPINA GRANDE/PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	08/01/15	12.043,53	963,48				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	10/02/15	11.547,70	923,81				
MARÇO	F	fevereiro/2015	10/03/15	11.547,70	923,81				
ABRIL	F	março/2015	14/04/15	11.547,70	923,81				
MAIO	F	abril/2015	11/05/15	11.547,70	923,81				
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFCG-PATOS – 1250-5 – PATOS/PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							

MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFEPE – 1251-3 – RECIFE/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	20/01/15	37.227,23	2.978,18	20/01/15	5/20	12.333,43	
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	23/02/15	37.281,55	2.982,52	23/02/15	6/20	12.333,43	
MARÇO	F	fevereiro/2015	25/03/15	32.208,77	2.976,70	25/03/15	7/20	12.333,43	
ABRIL	F	março/2015	28/04/15	37.183,03	2.974,64	17/04/15	8/20	12.333,43	
MAIO	F	abril/2015	28/05/15	37.183,03	2.974,64	28/05/15	9/20	12.333,43	
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFERPE – 1252-1 – RECIFE/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	16/01/15	15.155,65	1.212,45				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	13/02/15	14.736,95	1.178,95				
MARÇO	F	fevereiro/2015	13/03/15	14.771,82	1.181,74				
ABRIL	F	março/2015	16/04/15	15.324,07	1.225,92				
MAIO	F	abril/2015	14/05/15	15.240,19	1.219,21				
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFPB – 1243-2 – JOÃO PESSOA/PB									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	15/01/15	21.870,86	1.749,37	15/01/15	16/60	7.058,87	
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	12/02/15	22.508,24	1.800,66	12/02/15	17/60	7.058,87	
MARÇO	F	fevereiro/2015	19/03/15	22.850,84	1.828,07	19/03/15	18/60	7.058,97	
ABRIL	F	março/2015	17/04/15	23.084,93	1.846,79	17/04/15	19/60	7.058,87	

MAIO	F	abril/2015	20/05/15	23.517,48	1.881,40	20/05/15	20/60	7.058,87	
JUNHO	F	maio/2015							

ADUPE – 1254-8 – RECIFE/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

ADURN – 1247-5 – NATAL/RN									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFERSA – 1248-3 – MOSSORÓ/RN									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	20/01/15	3.200,00	128,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	18/02/15	3.200,00	128,00				
MARÇO	F	fevereiro/2015	05/03/15	3.200,00	128,00				

ABRIL	F	março/2015	20/04/15	3.200,00	128,00				
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

SINDFAFICA – 1256-4 – CARUARU/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2014							
FEVEREIRO	P	janeiro/2015							
MARÇO	P	fevereiro/2015							
ABRIL	P	março/2015							
MAIO	P	abril/2015							
JUNHO	P	maio/2015							

SINDFAVIP - - VALE DO IPOJUCA/PE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2014							
FEVEREIRO	P	janeiro/2015							
MARÇO	P	fevereiro/2015							
ABRIL	P	março/2015							
MAIO	P	abril/2015							
JUNHO	P	maio/2015							

SINDUNIVASF - - JUAZEIRO/BA 1325-0									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014		acordo	acordo	23/02/15	50%	13.888,75	
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	06/03/15	877,60	70,21	09/04/15	1/50	277,76	
MARÇO	F	fevereiro/2015	06/03/15	872,74	69,82				

ABRIL	F	março/2015	09/04/15	929,00	74,32				
MAIO	F	abril/2015	22/05/15	962,55	54,78				
JUNHO	F	maio/2015							

NORDESTE 3

ADUFAL – 1258-0 – MACEIÓ/AL									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	16/01/15	12.892,97	1.031,44				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	12/02/15	12.971,56	1.037,72				
MARÇO	F	fevereiro/2015	16/03/15	13.016,13	1.041,29				
ABRIL	F	março/2015	23/04/15	13.940,23	1.115,22				
MAIO	F	abril/2015	15/05/15	14.045,59	1.123,65				
JUNHO	F	maio/2015							

APUR - CRUZ DAS ALMAS/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	14/01/15	2.671,22					
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	02/04/15	2.671,22					
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUNEB – 1260-2 – SALVADOR/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	06/01/15	3.321,74	266,39				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	09/02/15	3.321,74	266,39				
MARÇO	E	fevereiro/2015	04/03/15	3.321,74	266,39				
ABRIL	E	março/2015	08/04/15	3.321,74	266,39				
MAIO	E	abril/2015	07/05/15	3.321,74	266,39				
JUNHO	E	maio/2015							

ADUFS-BA – 1261-0 – FEIRA DE SANTANA/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	09/01/15	3.340,00	344,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	12/02/15	3.340,00	344,00				
MARÇO	E	fevereiro/2015	27/03/15	3.340,00	344,00				
ABRIL	E	março/2015	10/04/15	3.340,00	344,00				
MAIO	E	abril/2015	08/05/15	3.340,00	344,00				
JUNHO	E	maio/2015							

ADUFS – 1257-2 – SÃO CRISTÓVÃO/SE									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	05/01/15	13.066,67	1.045,33				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	12/02/15	12.537,86	1.045,33				
MARÇO	F	fevereiro/2015	12/02/15	13.066,67	1.045,33				

ABRIL	F	março/2015	16/04/15	13.066,67	1.045,33				
MAIO	F	abril/2015	16/04/15	12.537,86	1.045,33				
JUNHO	F	maio/2015	05/05/15	13.066,67					

ADUSB – 1262-9 – VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

S. SINDICAL	ST	MÊS DE		REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
		MÊS	REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	09/01/15	4.000,00	320,00					
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	10/02/15	4.000,00	320,00					
MARÇO	E	fevereiro/2015	10/03/15	4.000,00	320,00					
ABRIL	E	março/2015	10/04/15	4.000,00	320,00					
MAIO	E	abril/2015	12/05/15	4.000,00	320,00					
JUNHO	E	maio/2015								

APUB - SALVADOR/BA

S. SINDICAL	ST	MÊS DE		REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
		MÊS	REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	CONTABILIDADE
JANEIRO	F	dezembro/2014								
FEVEREIRO	F	janeiro/2015								
MARÇO	F	fevereiro/2015								
ABRIL	F	março/2015								
MAIO	F	abril/2015								
JUNHO	F	maio/2015								

ADUCSAL – 1263-7 – SALVADOR/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	CONTABILIDADE
JANEIRO	P	dezembro/2014							
FEVEREIRO	P	janeiro/2015							
MARÇO	P	fevereiro/2015							
ABRIL	P	março/2015							
MAIO	P	abril/2015							
JUNHO	P	maio/2015							

APUNI – 1265-3 – IBICARAÍ/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2014							
FEVEREIRO	P	janeiro/2015							
MARÇO	P	fevereiro/2015							
ABRIL	P	março/2015							
MAIO	P	abril/2015							
JUNHO	P	maio/2015							

SINDESP-BA - - ITABUNA/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	Mult	dezembro/2014							
FEVEREIRO	Mult	janeiro/2015							
MARÇO	Mult	fevereiro/2015							
ABRIL	Mult	março/2015							

MAIO	Mult	abril/2015							
JUNHO	Mult	maio/2015							

SINDESP-Sudoeste/BA - - VITÓRIA DA CONQUISTA/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	Mult	dezembro/2014							
FEVEREIRO	Mult	janeiro/2015							
MARÇO	Mult	fevereiro/2015							
ABRIL	Mult	março/2015							
MAIO	Mult	abril/2015							
JUNHO	Mult	maio/2015							

SINDFUNESA – 1344-7 – ARAPIRACA/AL									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

ADUSC – 1264-5 – ILHÉUS/BA									
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	FUNDO ÚNICO	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	11/03/15	1.874,14	176,47				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	11/03/15	1.874,14	176,47				

MARÇO	E	fevereiro/2015	17/04/15	1.874,14	176,94				
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

SINDESP-ExtremoSul/BA – 1333-X – EUNÁPOLIS/BA									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	Mult	dezembro/2014							
FEVEREIRO	Mult	janeiro/2015							
MARÇO	Mult	fevereiro/2015							
ABRIL	Mult	março/2015							
MAIO	Mult	abril/2015							
JUNHO	Mult	maio/2015							

LESTE

ADFMTM – 1267-X – UBERABA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	03/02/15	358,40	222,90				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	05/03/15	355,20	222,90				
MARÇO	F	fevereiro/2015	07/04/15	355,20	222,90				
ABRIL	F	março/2015	06/05/15	353,60	221,90				
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFSJ – 1275-0 – SÃO JOÃO DEL REY/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	13/01/15	10.833,85	866,70				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	16/03/15	10.527,12	842,17				
MARÇO	F	fevereiro/2015	10/04/15	10.943,17	875,45				
ABRIL	F	março/2015	06/05/15	10.943,17	875,45				
MAIO	F	abril/2015	11/05/15	10.996,16	879,69				
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFES – 1276-9 – VITÓRIA/ES									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	27/01/15	25.009,25	2.000,74				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	20/02/15	25.028,77	2.002,30				
MARÇO	F	fevereiro/2015	27/03/15	24.990,77	1.999,26				
ABRIL	F	março/2015	22/04/15	25.331,23	2.026,49				
MAIO	F	abril/2015	27/05/15	25.368,68	2.029,49				
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFLA – 1272-6 – LAVRAS/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	10/12/14	20.212,60	516,06				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	12/02/15	6.789,80	808,56				
MARÇO	F	fevereiro/2015	13/03/15	6.861,70	497,24				

ABRIL	F	março/2015	14/04/15	6.893,10	593,08				
MAIO	F	abril/2015	13/05/15	6.927,90	504,65				
JUNHO	F	maio/2015			507,39				

ADUFOP – 1274-2 – OURO PRETO/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	19/01/15	10.841,31	867,30				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	25/02/15	10.928,80	874,30				
MARÇO	F	fevereiro/2015	23/03/15	10.969,33	877,55				
ABRIL	F	março/2015	16/04/15	10.971,92	877,75				
MAIO	F	abril/2015	15/05/15	10.982,85	878,60				
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFU – 1266-1 – UBERLÂNDIA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	07/01/15	18.305,09	1.464,41				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	10/02/15	18.295,61	1.463,65				
MARÇO	F	fevereiro/2015	10/03/15	24.037,14	1.922,97				
ABRIL	F	março/2015	08/04/15	24.014,89	1.921,19				
MAIO	F	abril/2015	06/05/15	25.422,82	2.033,83				
JUNHO	F	maio/2015							

ADUNIFAL – 1280-7 – ALFENAS/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	16/01/15	249,00	36,80				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	11/02/15	249,00	36,80				
MARÇO	F	fevereiro/2015	11/03/15	249,00	36,80				
ABRIL	F	março/2015	10/04/15	249,00	36,80				
MAIO	F	abril/2015	12/05/15	249,00	36,80				
JUNHO	F	maio/2015							

ADUNIFEI – 1273-4 – ITAJUBÁ/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUNIMONTES – 1277-7 – MONTES CLAROS/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR		DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	18/03/15	1.489,79					
MARÇO	E	fevereiro/2015	18/03/15	1489,79					
ABRIL	E	março/2015	08/05/15	1.489,79					

MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

APES-JF – 1270-X – JUIZ DE FORA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	14/01/15	19.132,33	1.503,56				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	04/02/15	19.132,33	1.503,56				
MARÇO	F	fevereiro/2015	05/03/15	19.132,33	1.503,56				
ABRIL	F	março/2015	10/04/15	19.132,33	1.503,56				
MAIO	F	abril/2015	13/05/15	20.635,89	1.503,56				
JUNHO	F	maio/2015							

ASPUV – 1271-8 – VIÇOSA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	22/12/14	20.700,06	1.672,85				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	05/01/15	20.910,66	1.666,29				
MARÇO	F	fevereiro/2015	13/02/15	20.828,60	1.666,25				
ABRIL	F	março/2015	12/03/15	20.804,16	1.664,33				
MAIO	F	abril/2015	20/04/15	24.032,96	1.922,64				
JUNHO	F	maio/2015	05/05/15	24.032,95	1.922,63				

SINDCEFET-MG – 1269-6 – BELO HORIZONTE/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	09/12/14	8.137,00	650,96				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	16/01/15	8.137,00	650,96				
MARÇO	F	fevereiro/2015	06/02/15	8.697,12	695,77				
ABRIL	F	março/2015	06/03/15	8.771,80	748,60				
MAIO	F	abril/2015	08/04/15	9.357,46	739,58				
JUNHO	F	maio/2015	14/05/15	9.244,78	739,58				

SINDCEFET-OP – 1349-8 – OURO PRETO/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

APUBH – BELO HORIZONTE/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							

JUNHO	F	maio/2015							
-------	---	-----------	--	--	--	--	--	--	--

ADUFVJM – 1350-1 – DIAMANTINA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	21/01/15	695,00	55,60				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	09/02/15	699,58	55,96				
MARÇO	F	fevereiro/2015	12/03/15	699,58	64,96				
ABRIL	F	março/2015	16/04/15	746,81	59,74				
MAIO	F	abril/2015	05/05/15	747,29	59,78				
JUNHO	F	maio/2015							

SINDUNIT – 1279-3 – UBERLÂNDIA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2014							
FEVEREIRO	P	janeiro/2015							
MARÇO	P	fevereiro/2015							
ABRIL	P	março/2015							
MAIO	P	abril/2015							
JUNHO	P	maio/2015							

ADOM – IPIRANGA/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							

FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUEMG – BELO HORIZONTE/MG									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

PLANALTO									
ADCAC – 1286-6 – CATALÃO/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	19/02/15	1.340,52	120,64				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	28/04/15	1.340,52	120,64				
MARÇO	F	fevereiro/2015	28/04/15	1.340,52	120,64				
ABRIL	F	março/2015	29/05/15	1.340,52	120,64				
MAIO	F	abril/2015			120,64				
JUNHO	F	maio/2015							

ADCAJ – 1287-4 – JATAÍ/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	12/02/15	1.000,89	20,01				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	12/02/15	940,47	18,80				
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUEG - - GOIÂNIA/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

ADUFG - - GOIÂNIA/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUNB – 1281-5 – BRASÍLIA/DF									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	15/01/15	16.200,20	1.295,99				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	13/02/15	16.200,00	1.295,99				
MARÇO	F	fevereiro/2015	13/03/15	16.200,20	1.295,99				
ABRIL	F	março/2015	15/04/15	16.200,20	1.295,99				
MAIO	F	abril/2015	14/05/15	16.200,20	1.295,99				
JUNHO	F	maio/2015							

ADUCB - - BRASÍLIA/DF									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2014							
FEVEREIRO	P	janeiro/2015							
MARÇO	P	fevereiro/2015							
ABRIL	P	março/2015							
MAIO	P	abril/2015							
JUNHO	P	maio/2015							

APUG – 1345-5 – GURUPI-TO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2014	11/02/15	1.455,72	158,34	05/03/15	1/25	431,74	
FEVEREIRO	M	janeiro/2015	11/02/15	1.455,72	158,90	01/04/15	2/25	431,74	
MARÇO	M	fevereiro/2015	05/03/15	2.048,90	163,91	06/05/15	3/25	431,74	
ABRIL	M	março/2015	01/04/15	2.390,58	191,25				
MAIO	M	abril/2015	06/05/15	2.080,81	166,47				

JUNHO	M	maio/2015							
-------	---	-----------	--	--	--	--	--	--	--

SESDFIMES - - MINEIROS/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2014							
FEVEREIRO	M	janeiro/2015							
MARÇO	M	fevereiro/2015							
ABRIL	M	março/2015							
MAIO	M	abril/2015							
JUNHO	M	maio/2015							

SESDUEG - - ANÁPOLIS/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

SESDUFT - 1352-8 - PALMAS/TO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	15/01/15	3.432,57	68,85				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	05/02/15	3.432,57	68,85				
MARÇO	F	fevereiro/2015	11/03/15	3.432,57	68,65				
ABRIL	F	março/2015	07/04/15	3.432,57	68,65				
MAIO	F	abril/2015	08/05/15	3.432,57	68,65				

JUNHO	F	maio/2015			68,65				
-------	---	-----------	--	--	-------	--	--	--	--

SINDCEFET-GO – 1284-X – GOIÂNIA/GO									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

PANTANAL

ADUFMAT – 1288-2 – CUIABÁ/MT									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	05/12/14	12.536,30	1.159,74				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	20/01/15	12.536,30	1.159,74				
MARÇO	F	fevereiro/2015	05/02/15	12.536,30	1.159,74				
ABRIL	F	março/2015	03/03/15	12.536,30	1.159,74				
MAIO	F	abril/2015	23/04/15	12.536,30	1.159,74				
JUNHO	F	maio/2015	06/05/15	12.536,30	1.159,74				

ADUNEMAT – 1290-4 – CÁCERES/MT									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	22/12/14	5.522,84	223,45				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	26/01/15	5.355,87	214,93				
MARÇO	E	fevereiro/2015	02/03/15	7.275,79	291,03				
ABRIL	E	março/2015	16/04/15	5.836,69	233,47				
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

ADUFMAT-ROO – 1291-2 – RONDONÓPOLIS/MT									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUEMS – 1292-0 – DOURADOS/MS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	12/05/15	7.056,00					

MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

ADUFDOURADOS – 1293-9 – DOURADOS/MS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	01/04/15	600,00	127,50	01/04/15	28/60	229,57	
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	01/04/15	600,00	127,50	29/05/15	29/60	229,57	
MARÇO	F	fevereiro/2015	30/04/15	600,00					
ABRIL	F	março/2015	29/05/15	600,00					
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADLESTE - 1377-3 – TRÊS LAGOAS/MS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	05/02/15	992,00	79,36				
MARÇO	F	fevereiro/2015	13/02/15	1.696,00	135,68				
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

RIO DE JANEIRO

ASDUERJ – 1294-7 – RIO DE JANEIRO/RJ

S. SINDICAL	ST	MÊS DE		REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	E	dezembro/2014	12/02/15	12.978,69	1.297,87	11/11/14	1/59	1.792,77		
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	12/02/15	12.978,69	1.297,87	12/2/15	2/59	1.792,77		
MARÇO	E	fevereiro/2015	30/04/15	12.978,69	1.297,87	30/4/15	3/59	1.792,77		
ABRIL	E	março/2015	29/05/15	12.978,69	1.297,87	29/5/15	4/59	1.792,77		
MAIO	E	abril/2015								
JUNHO	E	maio/2015								

ADUFRJ – 1295-5 – RIO DE JANEIRO/RJ

S. SINDICAL	ST	MÊS DE		REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR		
JANEIRO	F	dezembro/2014	08/01/15	161.127,84	9.667,67					
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	05/02/15	80.997,49	4.859,85					
MARÇO	F	fevereiro/2015	09/03/15	80.707,41	4.842,44					
ABRIL	F	março/2015	07/04/15	83.582,16	5.014,93					
MAIO	F	abril/2015	07/05/15	84.098,93	5.045,94					
JUNHO	F	maio/2015								

ADUNI-RIO – 1296-3 – RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	08/01/15	7.045,19	563,61				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	04/02/15	7.057,65	564,61				
MARÇO	F	fevereiro/2015	06/03/15	7.096,33	567,70				
ABRIL	F	março/2015	15/05/15	7.568,48	605,26				
MAIO	F	abril/2015			605,47				
JUNHO	F	maio/2015							

ADCEFET-RJ – 1297-1 – RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	12/02/15	7.000,00		06/01/15	13/36	5.810,33	
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	17/03/15	7.000,00		12/02/15	14/36	5.810,33	
MARÇO	F	fevereiro/2015	07/04/15	7.000,00		17/03/15	15/36	5.810,33	
ABRIL	F	março/2015	06/05/15	7.000,00		07/04/15	16/36	5.810,00	
MAIO	F	abril/2015				06/05/15	17/36	5.810,00	
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFF – 1298-X – NITERÓI/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	06/01/15	56.461,36	4.516,91				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	11/02/15	56.315,29	4.505,22				
MARÇO	F	fevereiro/2015	18/03/15	56.315,29	4.505,22				
ABRIL	F	março/2015	27/04/15	58.041,19	4.643,30				
MAIO	F	abril/2015	27/04/15	55.970,58	4.477,65				

JUNHO	F	maio/2015							
-------	---	-----------	--	--	--	--	--	--	--

ADUR-RJ – 1299-8 – SEROPÉDICA/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	28/01/15	31.474,62	2.517,98				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	09/03/15	15.870,34	1.269,63				
MARÇO	F	fevereiro/2015	08/04/15	7.935,15	1.269,63				
ABRIL	F	março/2015	08/04/15	7.935,15	1.269,63				
MAIO	F	abril/2015	07/05/15	7.935,15	1.269,63				
JUNHO	F	maio/2015	07/05/15	7.935,15	1.269,33				

SESDUENF – 1356-0 – RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	18/12/14	2.400,00	192,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	23/01/15	2.400,00	192,00				
MARÇO	E	fevereiro/2015	25/02/15	2.400,00	192,00				
ABRIL	E	março/2015	18/03/15	2.400,00	192,00				
MAIO	E	abril/2015	05/05/15	2.400,00	192,00				
JUNHO	E	maio/2015	22/05/15	2.400,00	192,00				

ADUEZO – RIO DE JANEIRO/RJ									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							

FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

SÃO PAULO

ADAFÁ – 1306-4 – PIRASSUNUNGA/SP

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADFATEC – 1309-9 – SÃO PAULO/SP

S. SINDICAL	ST	MÊS DE REFERENCIA	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
			DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

ADFMM- 1308-0 – MARÍLIA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	12/01/15	1.396,90	111,75				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	19/02/15	1.403,00	112,24				
MARÇO	E	fevereiro/2015	13/03/15	1.403,00	112,24				
ABRIL	E	março/2015	14/04/15	1.403,00	112,24				
MAIO	E	abril/2015	12/05/15	1.403,00	112,24				
JUNHO	E	maio/2015							

ADUFSCAR – 1300-5 – SÃO CARLOS/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ADUNESP – 1305-6 – SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	21/01/15	11.582,80	927,00				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	13/03/15	11.469,01	926,62				

MARÇO	E	fevereiro/2015	31/03/15	11.690,44	917,52				
ABRIL	E	março/2015	04/05/15	11.357,85	908,62				
MAIO	E	abril/2015	21/05/15	11.357,38	908,59				
JUNHO	E	maio/2015							

ADUNICAMP – 1302-1 – CAMPINAS/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	15/01/15	33.755,56	2.700,44				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	12/02/15	33.835,99	2.706,88				
MARÇO	E	fevereiro/2015	12/03/15	33.944,51	2.715,56				
ABRIL	E	março/2015	14/04/15	33.986,82	2.718,94				
MAIO	E	abril/2015	14/05/15	33.986,11	2.718,88				
JUNHO	E	maio/2015							

ADUNIFESP – 1304-8 – SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	16/01/15	4.523,84	361,90				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	20/02/15	4.508,04	360,64				
MARÇO	F	fevereiro/2015	26/03/15	4.602,36	368,18				
ABRIL	F	março/2015	17/04/15	2.267,42	408,13				
MAIO	F	abril/2015	20/05/15	2.350,99	423,17				
JUNHO	F	maio/2015							

ADUNIMEP – 1301-3 – PIRACICABA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	P	dezembro/2014							
FEVEREIRO	P	janeiro/2015							
MARÇO	P	fevereiro/2015							
ABRIL	P	março/2015							
MAIO	P	abril/2015							
JUNHO	P	maio/2015							

ADUSP – 1303-X – SÃO PAULO/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	08/01/15	57.007,13	4.560,57				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	06/02/15	58.376,28	4.670,10				
MARÇO	E	fevereiro/2015	05/03/15	58.590,62	4.867,24				
ABRIL	E	março/2015	09/04/15	58.510,06	4.680,80				
MAIO	E	abril/2015	07/05/15	58.599,47	4.687,95				
JUNHO	E	maio/2015							

ADEEP- PIRACICABA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2014							
FEVEREIRO	M	janeiro/2015							
MARÇO	M	fevereiro/2015							

ABRIL	M	março/2015							
MAIO	M	abril/2015							
JUNHO	M	maio/2015							

ADUFABC- SANTO ANDRÉ/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

IFSP-SBV SÃO JOÃO DA BOA VISTA/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

SINDUNITAU – SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	M	dezembro/2014							
FEVEREIRO	M	janeiro/2015							
MARÇO	M	fevereiro/2015							
ABRIL	M	março/2015							
MAIO	M	abril/2015							
JUNHO	M	maio/2015							

SUL

ADUNICENTRO – 1353-6 – GUARAPUAVA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	07/01/15	470,00					
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	06/02/15	470,00					
MARÇO	E	fevereiro/2015	09/03/15	470,00					
ABRIL	E	março/2015	17/04/15	522,00					
MAIO	E	abril/2015	06/05/15	522,00					
JUNHO	E	maio/2015							

ADUNIOESTE – 1317-X – CASCAVEL/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	05/01/15	2.857,03	228,56				

FEVEREIRO	E	janeiro/2015	04/02/15	2.857,03	228,56				
MARÇO	E	fevereiro/2015	03/03/15	2.857,03	228,56				
ABRIL	E	março/2015	01/04/15	2.857,03	228,56				
MAIO	E	abril/2015	06/05/15	2.857,03	228,56				
JUNHO	E	maio/2015							

APRUDESC – 1319-6 – FLORIANÓPOLIS/SC									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014				10/03/15		1.086,00	Parte do valor do Rateio do 34º Congresso
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	10/03/15	348,79		10/03/15	3/72	694,44	
MARÇO	E	fevereiro/2015	27/05/15	336,20		27/05/15	4/72	694,44	
ABRIL	E	março/2015	27/05/15	336,20					
MAIO	E	abril/2015	27/05/15	336,20					
JUNHO	E	maio/2015							

APUFPR – 1311-0 – CURITIBA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	08/01/15	54.465,61	4.117,25				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	06/02/15	51.573,08	4.125,85				
MARÇO	F	fevereiro/2015	10/03/15	52.450,45	4.196,04				
ABRIL	F	março/2015	06/05/15	55.119,63	4.409,57				
MAIO	F	abril/2015	04/05/15	55.228,71	4.418,30				
JUNHO	F	maio/2015							

SINDUEPG – 1316-1 – PONTAGROSSA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014	02/02/15	3.229,15	256,38				
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	13/02/15	2.961,26	258,33				
MARÇO	E	fevereiro/2015	02/04/15	3.564,07	285,13				
ABRIL	E	março/2015	11/05/15	3.578,34	286,27				
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

SINDUTF-PR – 1312-9 – CURITIBA/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	02/02/15	18.914,24	2.017,52				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	02/02/15	18.914,24					
MARÇO	F	fevereiro/2015	24/04/15	18.821,10	3.004,18				
ABRIL	F	março/2015	24/04/15	18.821,10	3.004,18				
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

S. Sind. UFSC – 1384 – FLORIANÓPOLIS/SC									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	22/12/14	3.744,45	299,55				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	03/02/15	3.723,72	297,90				
MARÇO	F	fevereiro/2015	18/02/15	3.529,19	282,34				
ABRIL	F	março/2015	30/03/15	3.661,55	292,92				
MAIO	F	abril/2015	29/04/15	3.891,26	311,30				
JUNHO	F	maio/2015	29/05/15	4.024,02	321,92				

SESDUEM – 1376 – MARINGÁ/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015	01/04/15	7.811,51	624,92				
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

SINDUFFS – CHAPECÓ/SC									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014							
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

SINDUNESPAR- PARANAGUÁ/PR									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	E	dezembro/2014							
FEVEREIRO	E	janeiro/2015							
MARÇO	E	fevereiro/2015							
ABRIL	E	março/2015							
MAIO	E	abril/2015							
JUNHO	E	maio/2015							

RIO GRANDE DO SUL

Seção Sindical na UFRGS - PORTO ALEGRE/RS

S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	15/01/15	406,30	32,50				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	13/03/15	421,87	33,75				
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

APROFURG – 1320-X – RIO GRANDE/RS

S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	07/01/15	15.727,53	1.258,20				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	04/02/15	15.746,60	1.259,72				
MARÇO	F	fevereiro/2015	05/03/15	15.746,60	1.259,72				
ABRIL	F	março/2015	06/05/15	15.792,24	1.263,38				
MAIO	F	abril/2015	07/05/15	15.727,32	1.258,18				
JUNHO	F	maio/2015							

ADUFPEL – 1321-8 – PELOTAS/RS

S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	04/12/14	45.733,28	1.843,07				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	09/01/15	23.123,08	1.849,85				
MARÇO	F	fevereiro/2015	10/02/15	23.193,44	1.855,48				
ABRIL	F	março/2015	06/03/15	23.041,99	1.843,36				

MAIO	F	abril/2015	09/04/15	24.288,38	1.943,07				
JUNHO	F	maio/2015	11/05/15	23.916,85	1.913,35				

SEDUFMSM – 1322-6 – SANTA MARIA/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	29/01/15	22.982,04	1.838,56				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015	26/02/15	22.978,75	1.838,30				
MARÇO	F	fevereiro/2015	30/03/15	22.904,12	1.832,33				
ABRIL	F	março/2015	27/04/15	23.283,75	1.862,70				
MAIO	F	abril/2015	28/05/15	24.038,48	1.923,08				
JUNHO	F	maio/2015							

SESUNIPAMPA - - BAGÉ/RS									
S. SINDICAL	ST	MÊS DE	REPASSE MENSAL		FUNDO ÚNICO	ACORDOS			OBSERVAÇÕES
MÊS		REFERENCIA	DATA	VALOR	VALOR	DATA	PARC	VALOR	
JANEIRO	F	dezembro/2014	18/07/14	480,00	48,00				
FEVEREIRO	F	janeiro/2015							
MARÇO	F	fevereiro/2015							
ABRIL	F	março/2015							
MAIO	F	abril/2015							
JUNHO	F	maio/2015							

ANEXO AO TEXTO 24
SEÇÕES SINDICAIS COM ACORDOS VIGENTES
POSICIONAMENTO ATÉ O MÊS DE MAIO/15

REGIONAIS	S. SINDICAL	PARCELAMENTO	SALDO DEVEDOR	SITUAÇÃO
NORTE 1	ADUNIR	Foi realizado um novo acordo referente ao período de mar a dez/12 no valor de R\$ 26.289,00, incluindo o Rateio do 31º Congresso no valor de R\$ 6.134,34, e o repasse de jan a dez/13, no valor de R\$ 29.170,80, totalizando R\$ 83.726,12 que será parcelado em 60 meses de R\$ 1.395,43. Está na 15/60.	R\$ 58.526,12	OK
	SIND-UEA	Pendente Rateio do 31º Congresso, no valor de R\$ 13.093,64.	R\$ 13.093,64	Pendente
NE1	ADUNIFOR	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a 3 meses de mensalidades pendentes de 2009, no valor de R\$ 2.134,67, repasses de mar a dez/10, no valor de R\$ 18.981,40 e repasses de jan a dez/11, no valor de R\$ 22.77,68, totalizando R\$ 43.893,75, que será parcelado em 36 meses de R\$ 1.219,27.	R\$ 43.893,75	Pendente
	SINDCEFET-PI	- Foi realizado um novo acordo, referente ao repasse de dez/12 a nov/13, no valor total de R\$ 3.758,67 que será parcelado em 10 meses de R\$ 375,87. Está na 2/10	R\$ 3.382,80	Pendente
		- Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 1.858,63 que será parcelado em 12 meses de R\$ 154,88	R\$ 1.858,63	Pendente
		- Rateio do 34º Congresso no valor de R\$ 200,18	R\$ 200,18	Pendente
		-Rateio do 7º CONAD Extraordinário no valor de R\$ 10,12.	R\$ 10,12	Pendente
NE2	ADUFPB	No 32º Congresso foi feito um novo acordo, somando os acordos anteriores e o débito dos repasses e fundos dos meses de mai a dez/12, totalizando R\$ 423.532,08, que será parcelado em 60 meses de R\$ 7.058,87. Está	R\$ 282.354,68	OK

		na 20/60.		
	ADUFEPE	Foi realizado um novo acordo referente ao repasse em aberto de 2012, no valor de R\$ 27.784,05, o repasse e Fundo Único de fev a jul/14, no valor de R\$ 208.382,64 e o Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 10.501,89, totalizando R\$ 246.668,58 que será parcelado em 20 meses de R\$ 12.333,43. Está na 9/20	R\$ 135.667,71	OK
	ADUPE	No 31º Congresso, foi feito um acordo referente a mensalidade e fundos pendentes de 2009 a 2011, no valor de R\$ 102.167,00, parcelado em 100 meses de R\$ 1.021,67.	R\$ 102.167,00	Pendente
	ADUFCG-PATOS	Foi realizado um novo acordo de parcelamento da dívida, referente aos meses de mai a out/12 e o restante do acordo anterior no valor de R\$ 3.982,80, totalizando R\$ 9.293,22, que foi parcelado em 12 meses de R\$ 774,43. Está 2/12	R\$ 7.744,36	Pendente
	ADUC	No 33º Congresso foi realizado um acordo referente aos repasses em aberto de set/11 a jan/14, totalizando R\$ 12.715,44 que será parcelado em 12 meses de R\$ 1.059,62. Está na 4/12	R\$ 8.476,96	Pendente
	ADUERN	Compromete-se a pagar a cota do Rateio do 59º CONAD no valor total de R\$ 2.161,63 em 2 parcelas de R\$ 1.080,81.	R\$ 2.161,63	Pendente
	SINDUNIVASF	Foi feito um novo acordo referente aos repasses em aberto dos anos de 2011 a 2014, totalizando o valor de R\$ 27.776,87, tendo um sinal de 50% do valor, restando R\$ 13.888,43 que será parcelado em 50 meses de R\$ 277,76. Está na 1/50	R\$ 13.610,67	Pendente
	ADUEPB	Foi realizado um novo acordo no 33º Congresso, sobre o parcelamento da dívida do período de jan/2007 a	R\$ 467.244,27	Pendente

		jan/2014 totalizando R\$ 486.712,77 que será parcelado em 150 meses de R\$ 3.244,75. Está na 6/150		
NE3	ADUCSAL	Foi realizado um acordo de 30 parcelas de R\$ 419,11 referente aos repasses do mês de dezembro de 2007 e dos meses de janeiro a agosto de 2008 - incluindo fundos 2/30. Último pagamento dia 23/4/09.	R\$ 11.316,11	Pendente
LESTE	ADUNIMONTES	Acordo de 100 parcelas de R\$ 232,64, totalizando R\$ 23.264,00 (Está na 7ª parcela);	R\$ 21.900,80	Pendente
		Rateio do III Congresso Extraordinário no valor de R\$ 170,01.	R\$ 170,01	Pendente
PLANALTO	APUG	Foi realizado um novo acordo referente as 15 parcelas restante do acordo anterior mais 3 meses em aberto de 2014, totalizando R\$ 10.793,74, que será parcelado em 25 meses de R\$ 431,74. Está 3/25	R\$ 9.498,52	OK
PANTANAL	ADLESTE	<p>No 57º CONAD, foi feito um novo acordo referente aos valores pendentes, do 30º Congresso e do 56º CONAD, totalizando R\$ 5.298,61, que será dividido em 15 parcelas de R\$ 353,24. Foram pagas 4 parcelas (compensado da devolução de passagens, referente a cota de Rateio) Está na 10/15.</p> <p>Com o valor que seria devolvido referente à passagem para o 58º CONAD no valor de R\$ 1.050,18, compensamos uma parte no débito, restando para ser pago R\$ 716,03.</p>	Pendente	
	ADUFDOURADOS	No 56º CONAD foi feito um novo acordo somando débitos anteriores no valor de R\$ 13.774,13 parcelado em 60 meses de R\$ 229,57. Está na 29/60.	R\$ 7.116,60	OK

	ADCEFET-RJ	Parcelamento dos repasses em aberto de 2008 a 2011, no valor total de R\$ 209.171,70, que será parcelado em 36 meses de R\$ 5.810,33. Está na 17/36	R\$ 110.401,70	OK
	ASDUERJ	- Foi realizado um novo acordo referente aos repasses em aberto no valor de R\$ 59.423,67, o Rateio do 33º Congresso no valor de R\$ 3.520,25 e três meses de repasse em aberto de 2014, no valor de R\$ 42.829,68, totalizando R\$ 105.773,55, que será parcelado em 59 meses de R\$ 1.792,77. Está na 4/59 - Compromete-se a pagar o valor de R\$ 3.795,03 referente ao Rateio do 59º CONAD em 4 parcelas de R\$ 948,75, iniciando em 10/9.	R\$ 98.602,47 R\$ 948,75	OK Pendente
	ADUNIMEP	- No 56º CONAD, foi feito um novo acordo, sobre a pendência de empréstimo de R\$ 6.000,00, mais o restante do acordo anterior de R\$ 1.500,00 de mensalidades pendentes, no valor total de R\$ 7.500,00 que foi dividido em 10 parcelas de R\$ R\$ 750,00. - Parcelamento do Rateio do 56º CONAD no valor total de R\$ 1.191,49, que foi dividido em 3 parcelas de R\$ 397,17.	R\$ 7.500,00 R\$ 1.191,49	Pendente
	SINDUFFS	Parcelamento do valor referente à contribuição da diretoria do ano de 2013 no valor de R\$ 1.850,24, que será parcelado em 6 meses de R\$ 308,37. Está na 3/6	R\$ 616,76	Pendente
	APRUDESC	Foi parcelado o valor de R\$ 50.000,00 referente ao Repasse Mensal, Fundo de solidariedade e Fundo Nacional de mobilização, em 72 meses de R\$ 694,44, iniciando em setembro/14. Está na 4/72	R\$ 47.222,24	OK

SIGLAS

ABI: Associação Brasileira de Imprensa
AGU: Advocacia-Geral da União
ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BGA: Bacharelados em Grandes Áreas
C&T: Ciência e Tecnologia
CADIN: Cadastro de Inadimplentes
CAPES/MEC: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior /MEC
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CLT - Consolidação das Leis de Trabalho
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNESF: Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais
CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAD: Conselho do ANDES Sindicato Nacional
CONED: Congresso Nacional de Educação
CONGRESSO: Congresso do ANDES-SN
CONLUTAS: Coordenação Nacional de Lutas.
CONLUTE: Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes
CPA: Comissões Próprias de Avaliação
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CSS: Contribuição Social para Saúde
DA: Diretórios Acadêmicos
DCE: Diretório Central de Estudantes
DE: Dedicção Exclusiva
DIEESE: Departamento Intersindical de Estatística e Estudo
DPC: Diretrizes Gerais para Planos de Carreira dos Servidores Públicos
DRU: Desvinculação de Recursos da União
EaD: Educação a Distância
EC: Emenda Constitucional
ETF: Escolas Técnicas Federais
ENADE: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
ENFF: Escola Nacional Florestan Fernandes
FASUBRA-Sindical: Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras
FIES: Financiamento Estudantil
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC: Fernando Henrique Cardoso

FINEP: Financiadora de Estudos e Projetos

FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação

FNDE: Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação

FNDEP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública

FUNDEB: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GEBTT : Gratificação da Educação Básica, Técnica e Tecnológica

GEMAS: Gratificação de Estímulo ao Magistério Superior

GT: Grupo de Trabalho

GTCA: Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte

GTPFS: Grupo de Trabalho de Política e Formação Sindical

HU: Hospital Universitário

ICV: Índice do Custo de Vida

IEES: Instituições Estaduais de Ensino Superior

IES: Instituições de Ensino Superior

IFE: Instituições Federais de Ensino

IFES: Instituições Federais de Ensino Superior

IFET: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IMES: Instituições Municipais de Ensino Superior

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPES: Instituições Particulares de Ensino Superior

LDB: Lei de Diretrizes e Bases

LDO: Lei de Diretrizes Orçamentárias

LGBTTT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgênero

LOA: Lei Orçamentária Anual

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDE: Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

MEC: Ministério do Estado da Educação

MPOG: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MTE: Ministério do Trabalho e Emprego

OAB: Ordem dos Advogados do Brasil

OCC: Outros Custeios de Capital

OIT: Organização Internacional do Trabalho

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PCMSO: Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional – Diretrizes para a Educação

PEC: Proposta de Emenda Constitucional

PIB: Produto Interno Bruto

PL: Projeto de Lei

PLANFOR: Plano Nacional de Formação Docente
PLC: Projeto de Lei da Câmara dos Deputados
PLP: Projeto de Lei Complementar
PLS: Projeto de Lei do Senado Federal
PNE: Plano Nacional de Educação
PPA: Plano Plurianual
PPG: Projeto de Pós-Graduação
PPPs: Parcerias Público Privadas
PPRA: Programas de Prevenção de Risco Ambiental
PROEP: Programa de Expansão da Educação Profissional
PROIFES: Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior
PROUNI: Programa Universidade para Todos
REHUF: Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais
PUCRCE: Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RGPS: Regime Geral da Previdência Social
RJU: Regime Jurídico Único
RT: Retribuição por Titulação
SESu/MEC: Secretaria de Educação Superior / MEC
SINAES: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINASEFE: Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional
SISOSP: Sistema Integrado de Saúde Ocupacional do Servidor
SPF: Servidores Públicos Federais
SR: Secretarias Regionais
STF: Supremo Tribunal Federal
STJ: Superior Tribunal de Justiça
SUS: Sistema Único de Saúde
TCU: Tribunal de Contas da União
UAB: Universidade Aberta do Brasil
USAID: United States Agency for International Development